

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA, *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
EM REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* BLUMENAU,  
SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**

**Dissertação de Mestrado  
LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ**

**Florianópolis/SC**

**2024**

**LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ**

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* BLUMENAU,  
SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**

Dissertação submetida ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)  
como requisito parcial para obtenção de Diploma do Curso de Pós-Graduação  
stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em  
Rede Nacional.

Orientador(a) da Dissertação: Profa. Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra.

Linha de Pesquisa 1 - Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica  
(EPT)

Florianópolis/SC

2024

Q3p

Queiroz, Luiz Felipe Santos.

A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, sobre as perspectivas de continuidade dos estudos / Luiz Felipe Santos Queiroz ; orientadora: Gislene Miotto Catolino Raymundo. -- 2024, 152 p.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Florianópolis, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo.

1. Ensino Médio Integrado. 2. Continuidade dos estudos. 3. Formação. 4. Educação Profissional e Tecnológica. I. Raymundo, Gislene Miotto Catolino. II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. Título.

CDD 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Elisandra Mariléa Quintino – CRB 14/998

**LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ**

**A PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* BLUMENAU,  
SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**


Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em  
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina –  
*Campus* Florianópolis.

Florianópolis, 13 de novembro de 2024.


**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **GISELENI MIOTTO CATOLINO RAYMUNDO**  
Data: 14/02/2025 11:18:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra. – Orientador(a)

Documento assinado digitalmente  
 **MARIZETE BORTOLANZA**  
Data: 14/02/2025 08:02:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Marizete Bortolanza Spessatto, Dra. – Membro Interno

Documento assinado digitalmente  
 **MARLENE ZWIEREWICZ**  
Data: 14/02/2025 00:08:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Marlene Zwierewicz, Dra. – Membro Externo

**LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ**


**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO  
INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* BLUMENAU,  
SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**

Este Produto Educacional foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina – *Campus* Florianópolis.

Florianópolis, 13 de novembro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente


 **GISLENE MIOTTO CATOLINO RAYMUNDO**  
Data: 14/02/2025 11:20:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....

.....

Profa. Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra. – Orientadora  
**IFSC – *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS**

Documento assinado digitalmente


 **MARIZETE BORTOLANZA**  
Data: 14/02/2025 07:59:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....

.....

Profa. Marizete Bortolanza Spessatto, Dra. – Membro Interno  
**IFSC – *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS**

Documento assinado digitalmente

 **MARLENE ZWIEREWICZ**  
Data: 14/02/2025 00:07:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....

.....

Profa. Marlene Zwierewicz, Dra. – Membro Externo  
**UNIARP – *CAMPUS* CAÇADOR**

Este trabalho é dedicado à Simony Ribeiro Santos Queiroz e aos caríssimos estudantes das turmas 301 e 302 de Informática do IFC, *Campus Blumenau* no ano de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Determinadas pessoas fizeram parte do meu caminho até aqui, elas me trouxeram força, incentivo e apoio fundamentais para que eu tivesse resistência.

Agradeço aos meus pais, Simony Ribeiro Santos Queiroz e Carlos Alberto Pereira Queiroz, pelos estímulos, ensinamentos e os princípios que fazem de mim uma pessoa temente e grata a Deus.

Agradeço aos meus tios amados e mais próximos, Neuza Ribeiro Santos Moreira, Jefer Silva Moreira, Luiz Ribeiro dos Santos, Cida Ribeiro Santana e Cristina da Silva Queiroz Landgraf, por suas presenças valiosas em minha formação como pessoa; com escuta, orientação, ternura e, sobretudo, educação.

Agradeço, também, aos meus irmãos, Carlos Henrique e Izabel Cristina, pela proteção, carinho e amparo de todas as horas.

Agradeço às minhas amigas e colegas de trabalho no IFC, Mariéli Bitencourt, Keli Carneiro, Rita de Cássia, Rosângela de Amorim, Lilian Souza, Rúbia Sagaz, Simone Olczyk, Luciana Monteiro, Cintia Gaia, Ana Clara, Rosana Wenderlich, Elaine Caroline, Joana Fontanela e Izolde Rejane, pelas vivências e ajuda preciosa que contribuíram para o amadurecimento desse trabalho.

Agradeço aos meus amigos e amigas, Valmira da Costa, José Constantino (*in memoriam*), Herson Alex, Tayana Reckziegel, André Coelho, Arthur Dorfner, Matheus Camini, Lucas Beduski, André Hoepers, Matheus Elias e Leandro Bewianh, por tanto apoio em todos esses anos de estudo e trabalho.

Agradeço ao Prof. Aldelir Fernando Luiz, por permitir que esta pesquisa se realizasse no *Campus* Blumenau, bem como as colaborações da Prof. Juliana Vasconcelos Wurmeister, Prof. Cíntia Barbosa Passos, do Prof. Dalton Luiz de Menezes Reis e da Prof. Lany Link Bezerra Moura. Em especial, agradeço à Prof. Marilane Maria Wolff Paim, por toda ajuda, carinho, perspicácia e confiança para me aproximar do Ensino. Da mesma forma, minha especial gratidão à minha querida orientadora, Prof. Gislene Miotto Catolino Raymundo, pessoa de colossal competência, além de coragem e acolhimento fundamentais para que eu persistisse.

Finalmente, agradeço a todos os estudantes do *Campus* Blumenau, por terem trazido ânimo e felicidade à minha vida. Estes jovens me apresentaram o lugar onde nós pudemos nos encontrar, esse lugar de que sempre estarei a sentir saudades.

Esta alta tarefa é que somos chamados a retomar, todos nós que vemos na educação a causa maior do povo brasileiro; o requisito essencial para a realização de nossas potencialidades dentro da civilização moderna.

(Darcy Ribeiro)

Em seu livro Assim Falava Zaratustra, Nietzsche sugeria que a vida se encontra balizada por dois únicos pontos fixos, o nascimento e a morte. Entre esses dois pontos há um meio, uma travessia, como diria Guimarães Rosa, um mistério, um mundo de constrangimentos e possibilidades.

(José Machado Pais)

## RESUMO

QUEIROZ, Luiz Felipe Santos. **A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau, sobre as perspectivas de continuidade dos estudos.** 2024, 152 p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2024.

O presente projeto teve como objetivo geral investigar em que medida as possibilidades de continuidade dos estudos após o Ensino Médio eram identificadas e/ou conhecidas pelos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau. Os estudantes do 3º ano do Ensino Médio, ao atingirem a etapa derradeira da educação básica, são confrontados com novas responsabilidades, como a necessidade de refletir sobre as escolhas profissionais. Trata-se de uma etapa permeada por inseguranças, indecisões, conflitos nas relações familiares e desafios em conciliar trabalho e estudo, tudo isso agravado pelas pressões oriundas das transformações no mundo do trabalho. A pesquisa documental, de natureza aplicada, qualitativa quanto à abordagem e bibliográfica quanto aos procedimentos, coletou dados com os estudantes da referida instituição por meio de um questionário. A partir dos resultados da pesquisa, foi elaborado um Produto Educacional, na tipologia oficina. A proposta era de que houvesse uma iniciativa que permitisse discutir com os estudantes acerca das diferentes possibilidades de continuidade dos estudos, das quais se pode lançar mão ao fim do Ensino Médio Integrado. Esperou-se, com este estudo, contribuir para a formação dos estudantes para que eles pudessem melhor identificar oportunidades e ter ciência de seus direitos, a fim de ampliar seus horizontes, fomentar sua profissionalização e a verticalização da formação acadêmica e, por conseguinte, promover sua inclusão cidadã e inserção profissional no mundo do trabalho por meio da educação.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integrado. Continuidade dos estudos. Formação. Educação Profissional e Tecnológica. Produto Educacional.

## ABSTRACT

QUEIROZ, Luiz Felipe Santos. **The perception of students in the 3rd year of Integrated High School Program at the Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, regarding the prospects of continuing studies.** 2024. 152 p. Thesis (Postgraduate Course *stricto sensu* Professional Master's Degree in Professional and Technological Education on a National Network) – Federal Institute of Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2024.

The general objective of this project is to investigate to what extent the possibilities of continuing studies after high school were identified and/or known by students in the 3rd year of Integrated High School Program at the Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau. When students in their third year of high school reach the final stage of their basic education, they are faced with new responsibilities, such as the need to reflect on their career choices. This is a stage permeated by insecurities, indecisions, conflicts in family relationships and challenges in balancing work and study, all of which are aggravated by the pressures arising from changes in the world of work. The applied documentary research, qualitative in its approach and bibliographic in its procedures, collected data from students at the aforementioned institution through a questionnaire. Based on the results of the research, an Educational Product was developed, in the workshop format. The proposal was to have an initiative that would allow students to discuss the different possibilities for continuing their studies, which they can use at the end of Integrated High School Program. It was hoped that this study would contribute to the education of students so that they could better identify opportunities and be aware of their rights, in order to broaden their horizons, foster their professionalization and the vertical integration of academic education and, consequently, promote their civic inclusion and professional insertion in the world of work through education.

**Keywords:** Integrated High School Program. Continuity of studies. Education. Professional and Technological Education. Educational Product.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Número de estudantes formados por ciclo.....	40
<b>Quadro 2</b> - Possíveis riscos e prevenções da pesquisa.....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Gênero.....	56
<b>Gráfico 2</b> - Ano de nascimento.....	57
<b>Gráfico 3</b> - Deficiência.....	58
<b>Gráfico 4</b> - Município de residência.....	59
<b>Gráfico 5</b> - Com quem você mora?.....	60
<b>Gráfico 6</b> - Média de renda <i>per capita</i> da família.....	61
<b>Gráfico 7</b> - Você tem irmãos mais velhos?.....	62
<b>Gráfico 8</b> - Irmãos mais velhos e o ensino superior.....	62
<b>Gráfico 9</b> - Maior escolaridade dos responsáveis.....	63
<b>Gráfico 10</b> - Você faz estágio?.....	65
<b>Gráfico 11</b> - Você trabalha?.....	66
<b>Gráfico 12</b> - Influência do trabalho na continuidade dos estudos.....	67
<b>Gráfico 13</b> - Interferência do horário do curso/trabalho na continuidade dos estudos.....	68
<b>Gráfico 14</b> - Motivações para continuidade dos estudos.....	69
<b>Gráfico 15</b> - Pretensão de sair da cidade para estudar/trabalhar.....	70
<b>Gráfico 16</b> - A distância entre a sua residência e uma possível instituição educacional influencia na sua decisão de continuidade dos estudos?.....	71
<b>Gráfico 17</b> - Você pretende atuar como técnico em informática após concluir o curso?.....	71
<b>Gráfico 18</b> - Contribuição do EMI para a melhoria da percepção sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho.....	73
<b>Gráfico 19</b> - Pretensões após a conclusão do Ensino Médio.....	74
<b>Gráfico 20</b> - Meios de continuidade dos estudos.....	76
<b>Gráfico 21</b> - Compreensão das possibilidades de continuidade dos estudos, a partir das informações obtidas no EMI.....	77
<b>Gráfico 22</b> - Dificuldades enfrentadas para continuidade dos estudos.....	78
<b>Gráfico 23</b> - Resultados da avaliação dos alunos sobre a oficina.....	122

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> -	Desenho do rio que flui por campos verdes.....	84
<b>Imagem 2</b> -	Turma 301.....	86
<b>Imagem 3</b> -	Turma 302.....	87
<b>Imagem 4</b> -	<i>Slide</i> – Oficina: Possibilidades de Continuidade dos Estudos..	89
<b>Imagem 5</b> -	Mentimeter.....	91
<b>Imagem 6</b> -	Estudantes participando da oficina.....	92
<b>Imagem 7</b> -	<i>Slide</i> – Quando você pensa em continuidade dos estudos o que vem à sua cabeça?.....	93
<b>Imagem 8</b> -	<i>Slide</i> – Nuvem de palavras.....	93
<b>Imagem 9</b> -	<i>Slide</i> interativo – A formação da nuvem de palavras.....	94
<b>Imagem 10</b> -	Infográfico.....	96
<b>Imagem 11</b> -	Infográficos impressos e dispostos sobre a mesa.....	98
<b>Imagem 12</b> -	<i>Slide</i> – Instituições de ensino superior.....	99
<b>Imagem 13</b> -	<i>Slide</i> – Cursos superiores.....	100
<b>Imagem 14</b> -	<i>Slide</i> – Áreas do conhecimento.....	101
<b>Imagem 15</b> -	<i>Slide</i> – Formações profissionais.....	103
<b>Imagem 16</b> -	<i>Slide</i> – SISU.....	104
<b>Imagem 17</b> -	<i>Slide</i> – PROUNI.....	107
<b>Imagem 18</b> -	Tela para opções de cursos do FIES Social.....	109
<b>Imagem 19</b> -	<i>Slide</i> – Carreiras militares e serviço público.....	113
<b>Imagem 20</b> -	Apresentação aos estudantes.....	117
<b>Imagem 21</b> -	<i>Slide</i> – Estratégias de permanência.....	118
<b>Imagem 22</b> -	QR Code para avaliação no infográfico.....	121
<b>Imagem 23</b> -	Interação com os estudantes.....	124

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 DA TÉCNICA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Breve Histórico da Educação Profissional e Tecnológica.....</b>	<b>25</b>
2.1.1 Ensino Médio Integrado.....	33
2.1.2 Juventude.....	35
<b>2.2 Breve histórico do Instituto Federal Catarinense - IFC.....</b>	<b>36</b>
2.2.1 Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio .....	38
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 Analisar a percepção dos estudantes .....</b>	<b>41</b>
<b>3.2 Conhecer o perfil dos estudantes.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3 Verificar as dificuldades dos estudantes .....</b>	<b>43</b>
<b>3.4 Verificar conhecimentos sobre possibilidades de continuidade dos estudos .....</b>	<b>43</b>
<b>3.5 Revisão bibliográfica .....</b>	<b>44</b>
<b>3.6 Construção de um produto educacional.....</b>	<b>44</b>
<b>3.7 Caracterização da Pesquisa .....</b>	<b>44</b>
<b>3.8 Local, período e recrutamento dos estudantes.....</b>	<b>47</b>
<b>3.9 Contexto de participantes e critérios de inclusão e exclusão .....</b>	<b>49</b>
3.9.1 Critérios de Inclusão.....	49
3.9.2 Critérios de Exclusão.....	50
<b>3.10 Riscos e Benefícios.....</b>	<b>50</b>
3.10.1 Riscos e prevenção.....	50
3.10.2 Benefícios.....	51
<b>3.11 Instrumentos de Coleta/Geração de Dados .....</b>	<b>52</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>55</b>

<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>80</b>
<b>5.1 Caracterização do Produto Educacional.....</b>	<b>83</b>
<b>5.2 Tecnologia a ser Empregada e Meio de Divulgação do Produto Educacional .....</b>	<b>126</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>127</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE B – Infográfico.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) .....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE E – Termo de Confidencialidade e Sigilo.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE F – Carta de Anuência .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO A – Aprovação do Projeto de Pesquisa .....</b>	<b>152</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ato de lembrar, de reviver, de refazer e de reconstruir a história não constitui tarefa fácil, pois é um movimento, e não uma descrição linear de algo. Isso significa, também, a continuidade naquilo que se faz com os saberes, com os conhecimentos e com as aprendizagens, em que o movimento do pensamento reelabora as vivências e elabora as possibilidades da inserção no processo de pesquisa (Bosi, 1994). A reconstrução das minhas histórias e trajetórias, como pesquisador, remontam ao início da última década do século XX; e o meu local de chegada no mundo, deu-se em Montes Claros, uma cidade média do interior do Estado de Minas Gerais, Brasil.

Era uma família de 5 pessoas, eu fui o último a chegar para compor o lar em que já havia um casal de filhos. Naquele ano, pouco mais de 1 mês antes do meu nascimento, houve a queda do Muro de Berlim, um sinal de que o mundo passaria por importantes mudanças, uma vez que simbolizou o fim da Guerra Fria. Segundo Hobsbawm (1995, p. 196): “A Guerra Fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear.”

Se a queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria e de quatro zonas de influência na Alemanha, acho que na minha vida de primeira infância quatro zonas de influência começaram a se formar. Meu pai, um muito respeitado homem paciente, maquinista que estava sempre viajando e fazia nossa alegria sempre que regressava; minha mãe, a limpa, impaciente, mandona e exigente cuidadora do lar; a escola, pela qual chorei inúmeras vezes, em que meu ingresso formal aconteceu tardiamente, aos 6 anos de idade; e o medo, que era uma presença significativa no meu início de vida. Havia em mim medo era de muitas coisas, tais como de aranha, de assombração, de mãe bater, de meus pais se separarem, de mãe morrer numa queda do pé de goiaba ou de eu ter feito algo sem volta e, por isso, merecer uma penalidade derradeira da vida, sem conserto, sem reparação. Era um cenário em que pesava sobre mim o medo, a solidão e o remorso.

Mas se a zona de influência do medo muito me abalava, por outro lado, a outra zona, a da escola, me enchia de esperança. As minhas memórias mais marcantes da infância são de episódios em que eu questionava meus pais por eu

ainda não ir à escola, e de eles me responderem que havia algo com o cadastro, quando eu nem conseguia falar essa palavra direito - cadastro eu confundia com cadarço, e imaginava o cadarço do tênis. Eu só entendia que alguém tinha que ir em algum lugar fazer algo e, que, quando meu pai chegasse de viagem, ele iria lá resolver alguma pendência, no entanto, a verdade é que essa demanda nunca se resolvia. Eu, realmente, acreditava que eu seria a pessoa mais burra do mundo sem ir à escola, via meus irmãos irem, e eu não, sabia que o primo mais novo do que eu já tinha uma escola para ir, e eu não. Nunca entendi ao certo o que eles realmente fizeram ou deixaram de fazer, entretanto, o fato é que eu chorava, e mais do que isso, eu sofria.

Não fosse o entendimento e as ações de Neuza Ribeiro Santos Moreira esse sofrimento não teria sido muito aliviado. Tia Neuza era professora de creches da prefeitura, morava longe e se deslocava de ônibus. No entanto, ela saía de sua casa e, em determinado trecho do trajeto do ônibus, desembarcava e descia a pé até a minha casa para, então, voltar caminhando comigo até a avenida onde se podia pegar o ônibus novamente. Eu amava Tia Neuza. Na creche, onde nem matriculado eu era, mas que eu ia de vez em quando (quando minha mãe deixava, quando Tia Neuza conseguia me buscar etc.), eu aparecia até de uniforme. Lá, eu não dormia de jeito nenhum na hora do soninho, nem com as massagens para dormir realizadas pelas tias. Meu estado de vigília era proporcional à minha vontade de aproveitar o dia.

No ano de 1994, ir à creche de ônibus significava ter que manipular o dinheiro do recém-implantado Plano Real. Esperar o ônibus, tomar o ônibus, ver minha tia pagar o cobrador, passar debaixo da catraca ou passar pela outra porta (ter medo de me perder de minha tia), pegar o vale-transporte na prefeitura (usá-lo, algumas vezes, para trocar por doces e lanches), usar dinheiro e receber o troco (ainda que na forma de balas a mais) eram atividades apreciáveis do meu cotidiano que, embora parecessem frívolas aos olhos de qualquer observador, para mim representavam uma forma de pertencer e estar no mundo que, em outrora, quando ir à escola era apenas um anseio angustiante, nem imaginava frequentar.

Nessa rotina, no calor do sertão de Minas, tomar um geladinho na rua era como uma bomba de bem-estar para uma criança. Então, sob o olhar atento da minha tia, enquanto esperávamos mais um ônibus em alguma praça do centro da

cidade ou em algum ponto de ônibus perto da creche periférica, eu ia perguntar ao vendedor da barraquinha, ou ao homem do carrinho de picolé passante na rua, se suas vendas aceitavam vale-transporte em troca de 'chupa-chupa'. Tudo isso repercutia em aprendizado e diversão para mim.

Finalmente o ano de 1996 chegou, nesse ano eu entrei na escola efetivamente. Eu pisei na escola para ser feliz e para amar aquele lugar, estava confirmado, para mim, que a esperança pelo mundo da escola havia valido a pena. Lembro-me que de tudo eu aprendi nesse ano: ler, escrever, olhar as horas etc. Eu andava pela rua (sempre a pé para a escola) lendo tudo: todas as placas, todos os letreiros de campanhas políticas. E por falar nisso, recordo-me de que o ano de 1996 foi um ano de eleições municipais, o ano da urna eletrônica, um marco na história da informatização do processo eleitoral brasileiro. Eu também adorava ouvir *jingles* das campanhas políticas, embora nunca tivesse sido muito bom para memorizar algumas composições só de ouvi-las. Pode ter começado ali meu interesse pela política, enquanto eu me alfabetizava, pois a cada vez mais entendia o que se passava ao meu redor, era olho nas campanhas nas ruas, olho no horário eleitoral da televisão. Creio que apenas um interesse, sem grandes intenções, pois a paixão mesmo que eu tinha era de ir à escola.

Essa paixão se seguiu firme até o fim do Ensino Fundamental, entretanto, o meu coração não era mais o mesmo para estrear, como um adolescente motivado, no Ensino Médio. Havia uma tensão constante no ar, que tinha a ver com a primeira zona de influência, meu pai e a sua relação com a segunda zona de influência, minha mãe. Notadamente, o adolescente, esse ser atravessado por elementos biopsicossociais e em estado peculiar de formação, não estava mais tão feliz. Os erros e o desespero nunca foram tão acentuados, nem a amargura tão amarga e a vontade de voltar no tempo tão profunda *Wake Me When It's Over*<sup>1</sup>.

Cursei o Ensino Médio em duas escolas privadas, foi um tempo em que estava completamente permeado por dúvidas, por muitos conflitos familiares e existenciais. Ao final do terceiro ano, a dúvida me torturou um pouco mais, mas no meu âmago havia duas certezas: a de que eu pertencia ao mundo das Ciências Humanas e de que, no fundo, existia uma vontade maior, a de sair dali e partir para

---

<sup>1</sup> Música da banda *The Cranberries*, do álbum *In the End*, 2019.

algum lugar sem saber o quê exatamente fazer, mas ciente de que a zona de influência escola havia acabado, graças a Deus!

O meu último ano na escola foi em uma instituição bastante focada na aprovação em vestibulares, um modelo de escola que restringia muito as possibilidades de vivência e os ritos de uma escola comum. O meu contexto interno não estava bom, mas esse tipo de escola também alimentou esse período de escuridão. No entanto, houve um episódio luminoso lá, um professor muito bom me incentivou a cursar História na minha cidade como alternativa à impossibilidade de cursar Jornalismo ou Relações Internacionais. Não foram poucas as vezes que me disseram que eu escrevia bem, houve quem dissesse que meus trabalhos acadêmicos tinham identidade com a escrita do texto jornalístico.

Todavia, partir para longe tornou-se secretamente o meu grande mote, então, essa foi uma ação tomada por mim alguns anos após o fim do Ensino Médio. Logo após a partida, trabalhei como Auxiliar em Administração numa Universidade Federal, no setor de importações. Depois, transferi-me para um Instituto Federal, local onde me reconectei com o adolescente de outros tempos e com a escola, servindo com muita satisfação aos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) por sete anos.

Ao fim e ao cabo, entre idas, mudanças de cidade e vindas, concluí o curso de Direito no final de 2020. Posteriormente, em 2021, fiz uma pós-graduação em Direito Público, em um ano marcado pela continuidade da pandemia de COVID-19, vivida desde março de 2020. Este foi um período com muitas atividades remotas.

Nesse contexto, surgiu a ideia de fazer o Mestrado ProfEPT, motivado pela oportunidade de aprimorar a minha formação com uma pós-graduação *stricto sensu* e também pela minha permanente atuação, como Auxiliar em Administração, em setor de atendimento direto ao estudante, servindo, sobretudo, no suporte e acompanhamento educacional dos adolescentes do Ensino Médio Integrado (EMI).

Nessa perspectiva, dentre alguns anseios meus, o de conseguir desenvolver um trabalho de pesquisa junto aos estudantes do 3º ano do EMI e ter como resultado um Produto Educacional que os auxiliasse em suas escolhas após o Ensino Médio, deu corpo à minha propositura como pesquisador.

Esta proposta visou desenvolver um produto, em forma de oficina, que subsidiasse os estudantes a conhecerem as diversas possibilidades existentes para darem continuidade aos seus estudos.

Sabe-se que é uma realidade que cursos superiores, como possibilidade de escolha, sequer são debatidos no Ensino Médio, em que pese alguns esforços para orientação profissional, mas sem que haja algo estruturado de forma organizada para abordar os possíveis caminhos após o Ensino Médio. Na minha vivência profissional com esses estudantes, percebi que as informações e possibilidades não são tão evidentes para eles.

Nesse sentido, além de informar sobre a gama variada de cursos superiores existentes, também objetivou-se clarificar para o estudante sobre o funcionamento de inúmeras oportunidades que, aparentemente, estão bem divulgadas como o Sistema de Seleção Unificada (SISU)<sup>2</sup> via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>3</sup>, os concursos públicos com internato para formação acadêmica, carreiras militares, entre outros.

A pesquisa apresentada encontra enquadramento na linha de pesquisa 'Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)', destacada no 'Macroprojeto 1 - Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT'.

Acentua-se que o sentido de inclusão pela educação constitui-se em uma ação fundamental à proteção das juventudes e à construção da cidadania. Assim, a profissionalização está assegurada na Constituição Federal (1988), em seu Art. 227, que assevera:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, n.p.).

Como garantias constitucionais, o direito à educação e à igualdade dialogam intimamente, haja vista que em diversas situações, e por diferentes motivos, o

---

<sup>2</sup> O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é uma plataforma criada em 2009 para oferta dos cursos superiores da rede federal de ensino que são acessados via nota do ENEM.

<sup>3</sup> O Programa Universidade para Todos é um programa do governo federal que oferece bolsas de estudo integrais e parciais em universidades privadas credenciadas.

acesso e a permanência em instituições de ensino, bem como a inserção no mundo do trabalho, não se dão de forma equitativa. Contudo, os estudantes do Ensino Médio Integrado recebem informações para disporem de oportunidades difundidas nos meios de comunicação, inclusive pelas comunicações governamental e institucional, como é o caso do ingresso no ensino superior via SISU.

Nessa perspectiva, é fundamental o entendimento dos estudantes sobre o universo de profissões, cursos e itinerários de vida. Sendo assim, dada a importância da discussão sobre o tema, este projeto apresentou como problema a seguinte questão: Em que medida as possibilidades de continuidade dos estudos são conhecidas e ou identificadas pelos estudantes do 3º ano do EMI? Essa inquietação deu-se pela minha prática profissional, que me remeteu à hipótese de que os estudantes do 3º ano do EMI do Instituto Federal Catarinense – *Campus Blumenau*, desconhecem as diferentes possibilidades de formação para o mundo do trabalho.

Investigando na base de dados *SciElo* com ‘Ensino Médio Integrado’ como descritor, apareceram 27 artigos. No entanto, ao agregar ‘Percepção dos Estudos’ a esse descritor, nenhum artigo foi encontrado. Além disso, ao agregar o descritor ‘Ensino Médio Integrado’ ao descritor ‘IFC’, também nenhum artigo foi identificado na base de dados da *SciElo*.

A posteriori, ao investigar na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) o descritor ‘Ensino Médio Integrado’, apareceram 550 teses e dissertações; e ao descritor ‘Percepção dos Estudantes’, 6 resultados. Porém, ao somar aos descritores anteriores ao descritor ‘IFC’, nenhum artigo foi identificado na base de dados da BDTD. Esse resultado indicou que a pesquisa tem poucas referências, o que evidenciou, no contexto a ser investigado, a necessidade de aprofundar esse tema de pesquisa para possibilitar mais informações, conhecimentos e vivências

Ressalta-se que, segundo Corseuil, Franca e Poloponsky (2021, p. 5): “[...] o primeiro emprego tende a apresentar características de pior qualidade em dimensões relacionadas a salário, informalidade e estabilidade [...]”, além da evasão escolar e da descontinuidade dos estudos. Diante dessa conjuntura, essa temática se fez necessária e atual, pois é um assunto emergente e pertinente para o contexto social.

Nesse sentido, essa pesquisa teve por objetivo geral investigar o conhecimento que os estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do IFC – *Campus* Blumenau, tinham sobre as possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio.

Quanto aos seus objetivos específicos, pôde-se arrolar os seguintes tópicos:

- Analisar a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado sobre as perspectivas que têm após a conclusão do Ensino Médio Integrado, por meio de um questionário;
- Conhecer o perfil dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado quanto às problemáticas socioeconômicas e às possibilidades de continuidade dos estudos;
- Verificar a existência de dificuldades que os estudantes enfrentam para a continuidade dos estudos;
- Realizar uma revisão bibliográfica dos últimos cinco anos sobre a produção científica relacionada a continuidade dos estudos após o Ensino Médio Integrado;
- Construir um produto educacional que possibilite aos estudantes buscar informações e conhecimentos sobre a continuidade dos estudos, na forma de palestras ou oficinas informacionais.

Pelo fato dessa pesquisa ter procurado identificar as fontes de informação, orientações escolares e suporte que podiam influenciar esses alunos no processo decisório quanto à educação superior, pôde-se destacar entre suas contribuições: conhecer e analisar as oportunidades educacionais; a preparação que os estudantes iniciam no processo de transição para o ensino superior e as barreiras percebidas (como financeiras, geográficas ou pessoais) que impactam essas decisões. Além disso, o levantamento ofereceu uma base para melhorar as orientações vocacionais no contexto escolar, promovendo uma tomada de decisão mais informada e alinhada às necessidades e possibilidades do público-alvo.

## 2 DA TÉCNICA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A História da Ciência registra os progressivos avanços relacionados a elementos como fatos, métodos e teorias que contribuíram com o avanço científico, bem como aqueles fatores que foram óbices à construção dos conhecimentos. Em verdade, conhecimento e a técnica científica estão em constante construção e, nesse processo, contextualiza-se tanto a época (e o cientista responsável pela descoberta ou lei científica) quanto os erros e mitos que atravancaram a realização científica. Nesse sentido, deve-se ter a clareza de que um conjunto de crenças circunscritas a um determinado período histórico provocam a necessidade de respostas que são compatíveis com os ditames da observação e do método científico em voga. Ou seja, em cada tempo há a criação de escolas que são científicas, ainda que determinadas respostas sejam superadas depois (Kuhn, 2011).

Já a técnica, que veio muito antes da ciência, constitui-se em um modo de intervenção no mundo. Ela possibilitou, por exemplo, que em período primitivo da história do homem, assim como os produtos para garantir sua sobrevivência, fossem desenvolvidos, como os processos e instrumentos criados para a agricultura. Nas ações para o desenvolvimento desses produtos, ocorria a adaptação da natureza à sua necessidade, e no ato de trabalho para o desenvolvimento desses produtos, dava-se o ensinamento aos mais jovens sobre o processo necessário para construir os produtos e garantir a sobrevivência (Saviani, 2007). Trata-se, então, de um conhecimento muito processual e sistematizado, que representa a tecnologia, a ciência da técnica (Vieira Pinto, 2005).

Assim, a técnica é objeto de estudo da tecnologia e das ciências modernas, mas, na verdade, estas são filhas da técnica, porque a técnica sempre existiu.

O ponto de partida da técnica como algo que antecede a tecnologia é algo diferente do que presenciamos desde a modernidade, em que a ênfase parece ter sido destacada à tecnologia. Nesse sentido, as contribuições platônico-aristotélicas nos permitem repensar a relação entre homem, técnica e tecnologia, na medida em que nos fazem perceber que a técnica, na Antiguidade, estava no homem, que detinha poder ante a técnica (Kussler, 2015, p. 192-193).

Outro exemplo que evidencia a técnica como precedente da tecnologia, apoia-se sobre a existência de técnicas agrícolas milenares. Cada conjunto de

técnicas, em si, representa um conjunto de saberes que precisam por si mesmos de um estudo. A ciência é o estudo ou epistemologia da técnica. Ainda, segundo os estudos de Kussler (2015), sob a égide dos pressupostos de Parry (2003): “Enquanto que a *téchnē* é associada com saber como fazer (*epístasthai*) determinadas atividades, ***epistēmē*, às vezes, indica um componente teórico da *téchnē***. Portanto, é associada com entendimento (gnósis)” (Parry, 2003 apud Kussler, 2015, p. 190, grifo nosso).

Nesse sentido, também, a existência do trabalho está calcada nessa característica humana que é a técnica. A técnica não é uma atividade da máquina ou de qualquer objeto, mas sim um atributo do homem que é capaz de alterar e modificar a natureza, conforme as suas necessidades. Constitui-se no "agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho" (Saviani, 2007, p. 154).

A bem das condições reais, o homem age sobre a natureza e tem com ela uma relação metabólica, ele a transforma porque tem que adaptá-la a si, e nessa ação, tem-se o trabalho. O trabalho é, portanto, a ação transformadora do homem sobre a natureza, a real essência humana que é um feito dos próprios homens. A existência do homem não é garantida pela natureza, e sim pelo próprio homem que aprende a ser homem em seu processo histórico. Assim, a produção do homem se conecta à formação do homem, há um processo educativo a partir da produção humana, pois à medida que produz sua existência na experiência, o homem aprende e educa.

Lukács (1981), importante filósofo e sociólogo marxista húngaro, amplamente conhecido por suas contribuições à teoria social e à filosofia marxista, especialmente por seu trabalho sobre a consciência de classe, a reificação e a ontologia do ser social, posiciona como a "ponte" fundamental entre o homem, a natureza e a sociedade, o trabalho como atividade transformadora e mediadora:

[...] somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, [...], mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (Lukács, 1981, p. 5).

Vê-se, então, que Lukács (1981), enfatiza essa dimensão relacional e a função do trabalho como mediador das interações e transformações sociais.

Portanto, a técnica deve ser sempre vista como atividade humana pensada a partir de sua relação com o mundo do trabalho, reconhecendo-se nela uma forma de humanização e não sendo colocada separada ou oposta ao que se entende por formação humana, do ponto de vista materialista.

Em suma, a técnica, que tem uma relação intrínseca com a educação profissional - por ter como objetivo preparar o cidadão para o exercício de profissões e para atuar nesse meio, é absolutamente humanizante e sua presença pode ser constatada mesmo entre os povos considerados mais arcaicos e remotos da humanidade.

A educação profissional, portanto, distingue-se pela sua formação voltada ao trabalho, que é a condição básica e fundamental da vida humana. A realização do trabalho está atrelada à capacidade e à qualidade humana de produzir técnica, pois, por meio da técnica os indivíduos conseguem intervir no mundo para produzir sua existência. Segundo Sigaut (2009, p. 51): “A ação técnica me socializa, identifica-me, faz de mim tal membro de tal grupo, ou seja, uma pessoa. É por isso que sinto prazer, mesmo quando as tarefas que me são atribuídas são subalternas, penosas, repetitivas”.

Inferre-se, do excerto acima, que o trabalho - especialmente o técnico, repetitivo e até mesmo subalterno - é visto não apenas como uma atividade produtiva, mas como um elemento essencial para o sentimento de pertencimento a um grupo e para a formação da própria identidade. Mesmo quando as tarefas são difíceis, o fato de elas inserirem o indivíduo em um grupo social específico confere a elas um valor positivo, proporcionando prazer. Esse prazer está ligado ao reconhecimento e à identidade que o trabalho oferece, elementos fundamentais à constituição do Eu Social e à percepção de utilidade e importância, independentemente de sua natureza.

No entanto, o trabalho não surge do ser humano de forma espontânea, já que a necessidade de se adaptar à natureza e criar possibilidades à sua existência é que faz com que o homem aprenda a trabalhar. O trabalho, portanto, é o exercício social da técnica. A cultura não se opõe à técnica, pois esta não se resume à atividade manual, mas sim a técnica deve ser pensada em ligação com o mundo do trabalho e deve ser vista como forma de humanização, afastando-se da lógica de opor

formação técnica e formação humana. A técnica é uma atividade humana e não da máquina ou do objeto.

Segundo Frigotto (2001), o homem apresenta uma tripla dimensão: individualidade, posto que ao nascer está vinculado a um nome; ser da natureza, porque depende de ar, comida e vitaminas; e a capacidade de interagir com os demais seres humanos.

Nesse sentido, cumpre destacar que a técnica é sempre uma solução pessoal, pois há sempre uma dimensão pessoal que incorpora o sujeito à sua técnica. Quando se cria um produto da técnica de forma muito consolidada, perde-se a capacidade de recriá-lo. A técnica está no coração do laço social, ela é tão essencial quanto a linguagem, ademais, a linguagem pode ser entendida como uma dimensão da técnica que, em suma, é a capacidade humana de transformar o mundo.

## **2.1 Breve Histórico da Educação Profissional e Tecnológica**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) possui um longo histórico que reflete as transformações econômicas, sociais e políticas ao longo dos séculos. O trabalho, como principal propulsor dessas transformações, é tão importante que não é possível a existência humana sem ele, pois a natureza não a garante e por isso não existe vida de um homem sem que este possa trabalhar. Mas o surgimento da propriedade privada cria exceção à regra do trabalho para a existência de qualquer ser humano, porque, a partir disso, a classe dos proprietários cria condições de viver sem trabalhar. Os proprietários, detentores do controle privado da terra, passam a sobreviver do trabalho alheio, do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter obrigação de serviço para com seu senhor.

A intensificação do desenvolvimento da economia medieval gera transformações na estrutura da sociedade, à época muito mais baseada na troca de mercadorias e no contrato entre as partes. Esta realidade impõe a necessidade de cultura a todos os membros da sociedade, o que se intensifica ainda mais com o advento da Revolução Industrial. Ressalta-se que na Idade Média, a educação profissional era informal e centrada em guildas e corporações de ofício, mas durante o Renascimento, o crescimento das cidades e o aumento das atividades comerciais

envolveram a criação de escolas voltadas para áreas técnicas, como comércio e navegações (Polanyi, 2000).

Segundo Vieira e Souza Júnior (2016), a partir do desenvolvimento das máquinas na Inglaterra do séc. XVIII, o trabalho manual foi sendo paulatinamente substituído. Os equipamentos ocuparam essa cena, caracterizando o período da Revolução Industrial Inglesa e o início da própria Educação Profissional (EP).

A partir daí, as nações mais poderosas trataram de organizar sistemas nacionais de ensino para generalizar a escola básica, o que permitiu a socialização dos indivíduos, sua familiarização com códigos formais e sua integração ao processo produtivo. Mais uma vez, tem-se uma dupla manifestação baseada na origem social dos estudantes: escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de ciências e humanidades para os futuros dirigentes, os filhos dos detentores de poder. Sobre o contexto da Revolução Industrial Inglesa, Padoin e Amorim (2016) ressaltam o surgimento de um movimento para o ensino de atividades específicas e fragmentadas e orientadas a determinados trabalhos, o que significou a Educação Profissional a serviço dos objetivos e ideários da classe hegemônica.

Nesse sentido, Ramos (2005) destaca que a dualidade social determinada pelo modo de produção capitalista impacta numa dualidade na educação sendo que:

Por isto, a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade (Ramos, 2005, p. 3).

Na história da Educação Profissional no Brasil, há um fator determinante: a marca da cultura extrativista, típica do colonialismo. Faz-se importante apontar que, Segundo Ribeiro (2000), nesse segmento, boa parte do ensino profissional foi desenvolvido pelos jesuítas que recebiam recursos da coroa portuguesa para fundar colégios, relativos às missões. Nesse contexto, a lógica era extrair bens que são levados da colônia à metrópole, sem que haja uma estratégia ou, sequer, uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social local. Soma-se a isto a cultura escravocrata, em que portugueses traziam da África, pessoas que não eram consideradas gente, os negros.

Os negros eram a força do trabalho na colônia, visto que o trabalho no Brasil Colonial era exclusivamente escravo. Os escravos eram subjugados dentro de uma estrutura de um forte poder, toda a cultura e normas daquela época reproduziam o

poder estabelecido sobre essas pessoas consideradas não seres humanos, em que deviam ser controladas, a despeito de serem a fonte de trabalho naquela sociedade.

E essa lógica se manteve, visto que as diferenças sociais se tornaram marcantes pelos índices racial e espiritual, o que esclarece, segundo Inácio de Carvalho Dias de Andrade (2020, p. 83), antropólogo brasileiro, "[...] por que, até hoje, um sistema político justo é avaliado pela capacidade de indivíduos poderosos redistribuírem bens e direitos por meio de uma estrutura política baseada na raça."

Frisa-se que a ética trazida por Portugal é de uma desvalorização cultural do trabalho, conduta que se espalhou pelo Brasil. O Portugal das Grandes Navegações manteve a ética da aventura em que a lógica era explorar, encontrar novos territórios e deles extrair sua riqueza, não era uma lógica em que o trabalho levaria à dignidade, mas agradava à Igreja Católica que, à época, tinha interesse em financiar expedições para encontrar novos territórios e conquistar fiéis, já que estava ameaçada pela Reforma Protestante e precisava de novos fiéis.

As grandes navegações receberam apoio financeiro da nobreza e da burguesia, interessadas na exploração de outras terras e no alargamento do comércio; e também dos reis, ansiosos por encontrar novas fontes de renda. A Igreja, por sua vez, sonhava em conquistar novos fiéis e em empreender seu trabalho de catequese em territórios virgens, ideais que não se chocavam com a descoberta e a posse de novas terras e riquezas. Como escreveu Colombo numa carta, o ouro tinha a virtude de enviar almas ao paraíso (Woods, 2008, p. 33).

Diferentemente de outros países do mundo, inclusive países da América Latina, como Peru, havia no Brasil poucas guildas, espécies de sindicatos locais para a organização profissional, o que mostra como a cultura do trabalho estava escanteada no país. Em 1785, a Rainha D. Maria I editou uma norma proibindo a formação de fábricas e manufaturas no Brasil, o entendimento era de que isso prejudicaria a exploração de terras no vasto território e que prejudicaria a cultura e a lavoura.

Ao mesmo tempo, no Brasil, a educação profissional demorava a aparecer, experimentava-se a predileção pelos diplomas de bacharelado, o título de bacharel chegava a ser instrumento para a ascensão social sob um contexto de país com tanta miséria e sem uma real valorização do trabalho.

Outrossim, a Educação Profissional no Brasil remonta ao período republicano, quando surgem, em 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices que possibilitaram ao trabalhador ganhar dinheiro por si, a partir de suas formações. Pois, assim,

formavam-se profissionais liberais com ofícios como sapataria, marcenaria etc., profissões que interessavam à sociedade. Nesse contexto, o presidente Nilo Peçanha, que sucedeu o falecido Afonso Pena, foi muito importante para o estabelecimento destas escolas, as quais já apresentavam uma visão de inclusão das pessoas que se formavam para o trabalho. Essa experiência foi a pioneira em âmbito nacional de Ensino Profissional, pois o Estado brasileiro assumiu para si a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política pública direcionada às “classes menos protegidas da fortuna” (Soares, 1981, p. 75), logo, as experiências que se antecederam estavam reduzidas aos âmbitos local ou regional.

Não obstante, há uma crítica por parte de Moura (2007) sob o viés da democratização do acesso à escola, sobretudo, no período anterior ao início do século XX. Segundo ele “a relação entre a educação básica e a profissional, no Brasil, está marcada historicamente pela dualidade [...]” (Moura, 2007, p. 5), sendo a educação uma ferramenta de manutenção e reprodução classista, haja vista que a elite tinha acesso à escola; e a grande parcela do povo, não. Por essa ótica, a educação profissional foi construída como forma de amparar os filhos da classe trabalhadora, os menos favorecidos.

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. É neste nível de ensino que se revela com mais evidência a contradição fundamental entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? A história nos permite maior clareza sobre a questão, porque vai revelar a ordenação da sociedade em classes que se distinguem pela apropriação da terra, da riqueza que advém da produção social e da distribuição dos saberes (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 31).

Assim, a divisão do homem em classes enseja a divisão da educação em duas modalidades, uma centrada nas atividades intelectuais e destinada aos homens livres e a outra vinculada ao processo de trabalho e destinada aos escravos e serviçais, classe não-proprietária.

A modalidade de educação focada em atividades intelectuais deu origem à escola, que era o lugar para estar aqueles que tinham tempo livre, o lugar do ócio para os pertencentes à classe dominante. Por outro lado, o lugar da maioria, é o lugar do trabalho desempenhado pela classe dominada. O desenvolvimento de uma sociedade separada por classes consolidava a divisão entre educação e trabalho. A educação no trabalho vai acontecendo enquanto ocorre o próprio processo de

trabalho; e a educação escolar, desse modo, era destinada apenas ao trabalho intelectual.

Nos anos 30 e 40, as intensas mudanças no cenário político e econômico, pelas quais o Brasil atravessou, repercutiram na educação. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública fez surgir novas escolas industriais e a oferta de novas especializações (Vieira; Souza Júnior, 2016). É neste contexto que a educação profissional começa a adquirir maior relevância política no Brasil, por força do preparo que fornecia à mão de obra necessária ao processo produtivo e ao crescimento da indústria (Favretto; Scalabrin, 2015). Figurava, como objetivo da educação profissional, a formação da mão de obra para um mercado profissional emergente.

Nesse período, ocorreu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que pedia pela democratização da escola para todos. Porém, a proposição dos “escolanovistas” considerava duas categorias: atividades relativas a áreas humanas e ciências, com enfoque voltado à intelectualidade e aos cursos técnicos, com abordagens mais mecânicas e manuais. Desta forma, o que se propunha não era um rompimento, com a diferenciação entre os indivíduos criativos e críticos e indivíduos que apenas executavam atividades.

Em 1942 são criados SESI e SENAI; em 1961, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases, a qual passa por uma revisão em 1996, e em 2005 se implementa a expansão das escolas técnicas federais e CEFETs.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, fez renascer as discussões sobre as especificidades, finalidades e demandas do Ensino Médio e da Educação Profissional. Posteriormente, o Decreto nº. 2.208/97 estabeleceu a segmentação dessas duas modalidades, ao vetar a oferta de Ensino Médio Integrado à educação profissional, o que acabou por ampliar, concomitantemente, a oferta de cursos de ensino superior e do Ensino Médio regular. Segundo Pacheco (2011), a partir desse novo elemento, houve uma potencialização das segmentações existentes, já que a ampliação do acesso ao ensino superior intensificou a busca por uma qualidade nos cursos de Ensino Médio regular, a fim de possibilitar esse acesso, ao passo que os cursos superiores se dividiram, a partir daí, em formações acadêmicas e técnicas.

A lei 11.892, de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que dando ensejo a uma política pública, priorizam a formação profissional e de nível médio da juventude, a partir da oferta da modalidade de Ensino Médio Integrado à educação profissional. Sobre as possibilidades de Ensino Médio Integrado, ainda em 2006, durante a I Conferência Nacional em Educação Profissional e Tecnológica, o então ministro da Educação, Fernando Haddad considerou:

Por fim, refiro-me ao ensino médio integrado, dever do Poder Público estadual e federal. Depois de revogado o Decreto no 2.208/97, não podemos impor o ensino médio integrado, mas penso que devemos fomentar, induzir e apoiar as iniciativas que buscam essa integração. [...] Penso que o decreto que hoje regulamenta a matéria é consistente, considerando que abre as possibilidades da concomitância, do pós-médio e do integrado. Enfim, libera os sistemas educacionais, sobretudo os estaduais, que têm a seu encargo o ensino médio, para modular a oferta deste conforme as circunstâncias de cada região, de cada cidade, de cada estado. A flexibilidade da legislação acarreta-nos uma responsabilidade muito grande, que é a de fomentar com seriedade o ensino médio integrado (Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2007, p. 38).

A perspectiva adotada pelo MEC, em 2008, a respeito dos Institutos Federais tem como objetivos principais contribuir para a construção de um país soberano e avançar a inclusão social de setores excluídos das benesses da modernidade à construção da cidadania. Nesse sentido, o documento do MEC assevera:

Em síntese, esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Brasil, 2008a, p. 23).

Há, atualmente, uma enorme organização na Educação Profissional e Tecnológica, que atravessa a educação básica, a educação superior, o catálogo nacional de cursos técnicos e tecnológicos, vários requisitos legais à educação superior, políticas de educação profissional e até o Novo Ensino Médio, composto por novos itinerários formativos.

Entretanto, é adequado o entendimento de que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está ligada ao homem desde as épocas mais distantes da existência humana. Segundo Vieira e Souza Júnior (2016):

Não é exagerado afirmar que a educação profissional e tecnológica (EPT) acompanha o homem desde os tempos mais remotos, quando se transferiam os saberes e técnicas profissionais pela observação, pela prática e pela repetição. De geração em geração, eram repassados os conhecimentos sobre a fabricação de utensílios e ferramentas, de instrumentos de caça e outros que possibilitassem o funcionamento das sociedades, garantindo a sobrevivência de homens e mulheres. Aprendia-se por ensaio e erro, repetindo-se os saberes acumulados pela história. (Vieira; Souza Júnior, 2016, p. 153).

Nesse aspecto, é importante apontar distinções entre a Educação Profissional (EP) e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A primeira vem com o simples objetivo de formar indivíduos que atendam às atividades produtivas necessárias ao mercado, ou seja, a técnica e a intelectualidade ficam apenas a serviço dos interesses dominantes no mundo do trabalho. O Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, em seu Art. 1º, inciso I evocava essa realidade de educação fragmentada: “[...] com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas” (Brasil, 1997). Esse mesmo dispositivo legal ainda mencionava, em seu inciso II: “proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho [...]” (Brasil, 1997).

Já a Educação Profissional e Tecnológica é muito mais abrangente, uma vez que perpassa a autonomia intelectual, cultural, técnica e científica dos estudantes para que se realize uma formação integral. Segundo Ramos (2005), esta última proposta rompe com a lógica de dualidade na educação em realidades opostas: grupos pobres de um lado e determinados grupos privilegiados de outro “[...] uma educação só para o trabalho manual e para os segmentos menos favorecidos, ao lado de uma educação de qualidade e intelectual para o outro grupo” (Ramos, 2005, p. 3).

Para Pacheco (2015), a EPT está direcionada às atividades de ensino, à pesquisa e à extensão, e está calcada na integração entre ciência, tecnologia e cultura. Nesse sentido, ele afirma que os IFs adotam a pesquisa como princípio pedagógico; e o trabalho, como princípio educativo. Além disso, as ações de extensão constituem em uma forma de diálogo com a comunidade para que o conhecimento não seja transmitido de forma fragmentada (Pacheco, 2015).

Segundo Ramos (2014) há dois sentidos de trabalho como princípio educativo, o ontológico e o histórico. O primeiro, o sentido ontológico, diz respeito à apropriação de todos os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade (Ramos, 2014). Já sobre o sentido histórico, Ramos (2014) diz que “[...] o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educacional, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo”. Desta forma, a autora relaciona o mundo do trabalho à ocorrência de formações específicas destinadas às atividades produtivas.

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão à atuação autônoma e consciente na dinâmica da sociedade (Ramos, 2014, p. 92).

Ao falar sobre formação integral, Saviani (2007) expressa a concepção de educação politécnica. Segundo ele, o princípio educativo aparece no ensino fundamental trazendo a relação entre trabalho e educação de uma forma indireta, pois:

[...] Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade (Saviani, 2007, p. 160).

Por outro lado, no caso do Ensino Médio, a relação entre trabalho e educação é direta, visando resgatar os conhecimentos básicos que interessam à prática do trabalho, ou seja, teoria e prática se articulam. Isso ocorre, por exemplo, para a transformação de matérias primas, lançando-se mão de uma multiplicidade de processos e técnicas existentes que são úteis à produção moderna (Saviani, 2007). Não se trata, portanto, de reduzir-se somente ao conhecimento específico para uma única determinada atividade (Ramos, 2005).

Considerando que o pilar da formação integral está alicerçado nesses fundamentos, é importante destacar que o surgimento dos IFs, em 2008, significou a compilação das melhores propostas até então implantadas no Brasil no que se refere à EPT (Pacheco, 2015).

### 2.1.1 Ensino Médio Integrado

O Decreto Nº 5154/2004 (Brasil, 2004a) é o dispositivo legal cujo espírito busca olhar às necessidades dos trabalhadores, de modo que os sujeitos jovens e adultos possam ter uma formação que os conduza não só à educação básica, mas também à possibilidade de formação para o exercício profissional. Este regramento definiu as modalidades subsequente, concomitante e integrada para a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio.

Segundo Ramos (2008), a forma subsequente está inserida numa lógica de educação continuada, permitindo que estudantes que concluíram o ensino médio regular possam obter uma formação profissional ou atualizar seus conhecimentos. Já no caso da formação técnica concomitante, que ocorre ao mesmo tempo que o ensino médio, mas em currículos e instituições diferentes, Ramos (2008, p. 13) afirma que “[...] só faz sentido quando as redes de ensino não têm condições de oferecer o ensino médio integrado, mas sempre como transição e não como opção definitiva”.

Ao se falar em formação integral dos estudantes com o preparo para os desafios do mundo contemporâneo, está no cerne dessa iniciativa o Ensino Médio Integrado (EMI), que é uma modalidade de ensino que busca articular a formação geral com a educação profissional e tecnológica.

Nesse contexto, interessante voltar à reflexão de Marise Ramos (2008) sobre o ensino técnico:

[...] é uma experiência na qual os jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia - ciência materializada em força produtiva - apreendem o significado formativo do trabalho, não no sentido moralizante que sustentou as políticas educacionais no início do século XX, mas sob o princípio ontológico de que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual (Ramos, 2008, p.12).

Moura (2007) reforça a importância do EMI como uma forma de combater a dualidade histórica entre a educação geral e a educação profissional no Brasil, visto que o EMI não só prepara os estudantes para o mercado de trabalho, mas também os prepara para a continuidade dos estudos, no nível superior. Nesse sentido, por se tratar de uma formação que integra conhecimentos teóricos e práticos, esta modalidade é também mais completa e crítica. Para tanto, Moura (2007) enfatiza

que a abordagem pedagógica deve valorizar a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, exatamente para que os discentes possam compreender a aplicação prática dos conhecimentos que adquirem no curso.

Quanto à técnica de ensino na ideia de ensino integrado, Frigotto e Araújo (2015) afirmam que:

[...] é condição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras que os sujeitos do ensino, principalmente, e da aprendizagem revelem uma atitude humana transformadora, que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade de trabalhadores, até porque as práticas educativas não se constituem na escola e nem tem implicações que se encerram nela (Frigotto; Araújo, 2015, p. 253).

Frigotto e Araújo (2015) ainda ressaltam que, no entanto, para que haja práticas pedagógicas integradoras, é necessária a formação de um ambiente material propício, onde se leve em conta, por exemplo, os sujeitos envolvidos e a totalidade social, de modo que o ensino integrado não está reduzido a um ato de vontade dos gestores educacionais e dos docentes.

Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre, tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes específicos e locais ao conjunto de saberes sociais (Frigotto; Araújo, 2015, p. 256).

Dessa forma, a ação didática integradora adquire significado como uma ação ético-política que promove a integração entre os conhecimentos e práticas locais e globais, além de facilitar a compreensão dos objetos em sua relação com o contexto social mais amplo.

Em suma, o Ensino Médio Integrado oportuniza a realização de uma educação completa, carregada de criticidade e que esteja em consonância com os desafios que os estudantes e a juventude enfrentam no mundo contemporâneo. Para que haja efetividade nas práticas pedagógicas, é fundamental a formação continuada dos professores, a fim de garantir qualidade do ensino, a contextualização dos conteúdos, a interdisciplinaridade, a participação ativa dos estudantes e a gestão democrática nas escolas.

### 2.1.2 Juventude

Existem duas vertentes para entender a juventude: uma que a define pelo desenvolvimento biológico e psicológico, e outra que a vê como uma construção social e histórica, sujeita a mudanças.

Esta última vertente exprime a visão das Ciências Humanas, que entendem a juventude como um fenômeno coletivo, socialmente construído e vivenciado em determinado momento da vida. A adesão ou desvinculação da juventude pode ocorrer em qualquer idade, determinada pela adoção de valores culturais juvenis. Destarte, a produção teórica sobre juventude reconhece a existência de diversos grupos, influenciados por processos de globalização e urbanização. Isso significa que diferentes realidades socioeconômicas produzem suas próprias juventudes, influenciadas pelo contexto urbano globalizado.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ascensão juvenil marcava a diferença do que é ser jovem e do que é ser adulto, como categorias pertencentes a mundos diferentes. No caso brasileiro, entre meados da década de 1960 e o início de 1970, a juventude se engajou politicamente, opondo-se à Ditadura Militar de 1964, mas esse engajamento era restrito a estudantes universitários das classes média e alta, ao passo que jovens da classe trabalhadora, urbana e rural, permaneciam invisíveis. Para Silva (2015, p. 49): “[...] a juventude emergia em todo o mundo ocidental como um desafio. Além disso, ela era considerada uma etapa susceptível à revolução ou à rebelião e poderia manifestar atitudes rebeldes ou delinquentes.”

Nos anos 1970, a Sociologia passou a observar a juventude como uma categoria social e histórica com importante função política. E a partir de 1980, com a redemocratização e com a globalização, a juventude foi seduzida pelo consumo e inovações tecnológicas, redefinindo valores e estilos de vida. Desta feita, a juventude tornou-se um estilo de vida desejado por todos.

No entanto, ao mesmo tempo em que a juventude passou a ser demasiadamente visada por todos, a participação dos jovens no mundo foi atravessada por tensões como o consumo, por exemplo. Ainda, para Silva (2015, p. 50): “Visto como um potencial consumidor, a juventude tornou-se referência para a indústria de marketing e passou a definir padrões de consumo.” No Brasil, a massificação da escola pública trouxe uma heterogeneização sociocultural, com

uma diversidade maior de jovens. Além disso, a sociabilidade juvenil, marcada pela formação de redes sociais, redefinem o cotidiano e a percepção dos jovens.

Os valores sociais e condutas juvenis, influenciados pela mídia global, manifestam-se dentro da escola. Para Libâneo (2006), a escola sintetiza a cultura vivenciada pelos alunos nas mídias, cidade e cotidiano com a cultura formal. Esses fatores corroboram a ideia de que a juventude é uma construção histórica e social, fragmentada em diversas juventudes, que adentram os espaços escolares com suas culturas e origens sociais.

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (Dayrell, 2003, p. 40).

Os jovens exigem reconhecimento de suas vivências e experiências pessoais. Embora os espaços de lazer sejam típicos de sociabilidade juvenil, os ambientes escolares também se tornam locais de fruição juvenil, onde os jovens estabelecem relacionamentos e interações. Dessa forma, os novos alunos que chegam às salas de aula trazem consigo elementos da cultura midiática global, absorvidos e adotados por seus grupos de pertencimento. Esses valores nem sempre coincidem com os esperados pela escola, que muitas vezes mantém uma linha tradicional. Conforme analisa Libâneo (2006), a escola contemporânea é um espaço de sociabilidade para a juventude, ganhando relevância por ser um local de exposição de suas culturas, namoro, amizades e outras interações, portanto um espaço de real vivência juvenil.

## **2.2 Breve histórico do Instituto Federal Catarinense - IFC**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia procuram trazer um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica preocupada com as demandas crescentes por formação profissional, difusão de conhecimentos e suporte aos arranjos produtivos locais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, constituem um novo

modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais. O Instituto Federal Catarinense (IFC) teve origem na integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, além dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina por ocasião da mesma lei de criação dos IFs (IFC, 2014, p. 17).

Com origem na integração das antigas escolas agrotécnicas federais e nos colégios agrícolas vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o IFC tem como concepção “a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana” (IFC, 2014, p. 21). O referido instituto tem como missão “constituir um ponto de partida para a avaliação da responsabilidade que a instituição tem para com a sociedade” (IFC, 2014, p. 21). Tem como Projeto Político Pedagógico os seguintes princípios e fundamentos:

A educação brasileira pública é, conforme Constituição Federal/1988, Art. 205 “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Não obstante, os princípios instituídos igualmente pela CF/88 são balizadores do ensino ministrado pelo Instituto Federal Catarinense, tal qual nos traz o artigo 206: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar [...]; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; [...] (IFC, 2014, p. 43).

Destaca-se, aqui, a relevância social da EPT sob a visão de Frigotto (2001), pois, segundo esse autor, a EPT traz à sociedade uma educação emancipadora, pois é completa para o desenvolvimento do ser humano, é um projeto que vai além de uma formação meramente técnica. Em suas palavras, ele define que:

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na idéia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento “sustentável”. Afirmar a ideia de que essa educação por ser básica e de qualidade social, é a que engendra o sentido da emancipação humana e a melhor preparação técnica para o mundo da produção no atual patamar científico tecnológico (Frigotto, 2001, p. 82).

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, é fruto do plano de expansão do Ensino Tecnológico no Brasil, assim, logo após a criação do IFC, o Programa de Expansão Federal deu vazão ao surgimento de novos *campi*.

O *Campus* Blumenau está localizado no município de Blumenau, a cidade-sede da região metropolitana do Vale do Itajaí e terceira cidade mais populosa do estado de Santa Catarina e, ainda, se constitui em um dos principais polos tecnológicos e industriais do Brasil. Nesse sentido, o *Campus* Blumenau iniciou suas atividades em junho de 2010, e seu primeiro curso a se estabelecer, com primeira turma iniciada no ano de 2012, foi o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, haja vista que um dos principais destaques do município é seu parque tecnológico. Em 2013, o segundo curso oferecido por essa instituição foi uma graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Em 2014, é ofertado à comunidade mais dois cursos na modalidade subsequente, os cursos técnicos em Mecânica e em Eletromecânica (IFC, 2024).

No ano de 2015, é oferecido o curso Licenciatura em Pedagogia; em 2016, é aberto o Curso Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio; e no ano de 2017, o *Campus* Blumenau oferece os primeiros cursos de pós-graduação: Educação com ênfase em Alfabetização; Educação com ênfase em Educação da Pequena Infância e Educação Profissional e Tecnológica. No ano de 2018, o *Campus* Blumenau dá mais um passo importante e oferece o curso Bacharelado em Engenharia Elétrica, bem como inicia a sua primeira turma do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT (IFC, 2024). Já em 2019, iniciou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, que posteriormente deu origem ao EJA-EPT com Qualificação Profissional em Eletricista Industrial.

### 2.2.1 Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

Como pioneira no setor de informática, a cidade de Blumenau figura entre as principais aglomerações produtivas de *software* no país, liderando o polo de Tecnologia da Informação em Santa Catarina com o maior número de empresas de tecnologia distribuídas por segmentos variados. As características dessa cidade e

sua realidade de forte produção de tecnologias da informação foi relevante à iniciação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, no ano de 2012, como o primeiro curso da instituição. O ato de criação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio teve seu Projeto Pedagógico de Curso aprovado pela Resolução CONSUPER n. 024, de 2013, onde destaca-se:

O Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática do IFC – *Campus Blumenau*, vem ao encontro da proposta do Instituto Federal Catarinense, que visa o vínculo entre ciência e prática. Com isso almeja-se que a educação básica seja desenvolvida em uma concepção curricular unitária com diversidades de formas, orientados pelos eixos: trabalho, cultura, ciência e tecnologia em consonância com o desenvolvimento integrado e sustentável (IFC, 2019, p. 6).

O Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é detalhado no Projeto Pedagógico de Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (PPCTM) como curso da modalidade presencial e integrante do eixo tecnológico Informação e Comunicação (IFC, 2019). Essa descrição do curso consta na atualização do Projeto Pedagógico de Curso que data de Agosto de 2019. Esse mesmo documento informa que a carga horária do curso é de 3600 horas, o turno de oferta é integral (manhã e tarde), o tempo de duração do curso é de três anos e o regime letivo e a periodicidade de oferta são anuais para uma quantidade de 70 vagas. O referido Projeto Pedagógico não registra carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório, o que indica que não há uma cobrança formal dos estudantes pela realização de estágio para integralização do curso.

Dados colhidos na coordenação de Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI), no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas do Instituto Federal Catarinense (SIGAA-IFC), além de consultas aos censos internos publicados pelo Instituto Federal Catarinense, informaram que do ciclo iniciado em 2012 até o ciclo iniciado em 2020, 430 estudantes concluíram o curso com êxito. Isto significa que no decorrer de 9 anos foram ofertadas 630 vagas, no entanto, esse mesmo documento mostrou que os alunos que concluíram o programa ou com *status* de concluído o curso com êxito, são 430 estudantes, o que representou 68,25% do total de vagas oferecidas no período.

O número total de turmas iniciadas do curso e com finalização até dezembro de 2023 é de 10 turmas. A seguir, elas estão listadas com seu respectivo número de estudantes formados:

Quadro 1 - Número de estudantes formados por ciclo

<b>Estudantes da Informática formados por ciclo iniciado</b>	
2012 - 2014	25 estudantes
2013 - 2015	44 estudantes
2014 - 2016	51 estudantes
2015 - 2017	41 estudantes
2016 - 2018	50 estudantes
2017 - 2019	53 estudantes
2018 - 2020	63 estudantes
2019 - 2021	54 estudantes
2020 - 2022	49 estudantes
2021 - 2023	51 estudantes

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As turmas com ingresso nos anos de 2012, 2013 e 2014 não foram conhecidas por este servidor, visto que minha atuação no setor SISAIE iniciou-se em 2017. Já as turmas com ciclos iniciados entre 2015 e 2021, tiveram encerramento dentro do período em que desenvolvi o trabalho profissional no setor de apoio ao estudante. Quanto às turmas do ciclo 2021-2023, que resultaram em 51 estudantes formados no ano de 2023, destas turmas surgiu o total de 52 estudantes do 3º ano que participaram desta pesquisa.

Neste trabalho, entrei em contato com vários setores do *Campus* Blumenau, mas não foram encontrados documentos que demonstrem que os estudantes egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio estejam formalmente catalogados pela instituição, a fim de que se tenha um banco de informações que revelem os caminhos escolhidos pelos estudantes após o término do curso, ou seja, informações que relatem se foram estudar, trabalhar ou mesmo verticalizar suas formações, escolhendo dentre os cursos oferecidos pela própria instituição.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em seu macroprojeto 1: Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT, isso, por considerar que os resultados dessa pesquisa podem contribuir com a gestão da EPT, uma vez que, ao pesquisar sobre esse tema, poderia ser constatado que os estudantes não possuem o conhecimento necessário acerca das possibilidades de formação após a conclusão do Ensino Médio, de maneira a identificar falhas no fomento à verticalização do ensino na EPT. Dessa forma, em uma instituição focada em EPT, estabelecer procedimentos que ampliam o acesso do seu público-alvo a conhecimentos que dão suporte à sua entrada no ensino superior poderia contribuir de forma significativa à continuidade de estudos desse público. Como instrumento de pesquisa, este trabalho teve a aplicação de um questionário (Apêndice A) aos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau.

No entanto, a aplicação desse instrumento somente ocorreu após o pesquisador ter o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob o nº 6.308.332 de 18 de setembro de 2023.

#### 3.1 Analisar a percepção dos estudantes

Para analisar a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado sobre as perspectivas que eles têm após a conclusão do seu Ensino Médio Integrado, foi confeccionado um questionário. Nesse questionário há questões fechadas e abertas sobre as características pessoais e socioeconômicas dos estudantes. Além disso, tais questões buscam identificar o que os estudantes pretendem fazer após a conclusão do EMI e verificar o conhecimento desses estudantes sobre as possibilidades de continuidade dos estudos.

O questionário está no Apêndice A desta pesquisa e também no seguinte *link*: <https://forms.gle/PTCprYTgzbE7hP5PA>.

### 3.2 Conhecer o perfil dos estudantes

Para conhecer o perfil dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado, através de perguntas presentes no questionário semiestruturado, pretendeu-se redigir questões sobre suas características pessoais e socioeconômicas, como, por exemplo: a) idade; b) gênero; c) pessoa com ou sem deficiência; d) com quem mora; e) média de renda *per capita* da família. Além disso, os estudantes foram questionados sobre a existência de irmãos mais velhos, e se esses irmãos têm acesso ou interesse em acessar o ensino superior, entre outras questões.

Compreender o perfil do estudante torna o ensino mais humanizado, pois permite aos seus educadores que considerem os aspectos emocionais, culturais e pessoais de cada aluno. Isso possibilita a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor, onde os alunos se sintam valorizados. Além de compreender o contexto social, econômico e cultural dos estudantes, essa ação permite que a instituição de ensino adeque suas políticas e programas à realidade vivida por esses alunos, pois, considerar a história de vida e as expectativas dos alunos enriquece o processo de ensino, criando uma educação que realmente atende às suas necessidades e expectativas, o que fortalece a relação aluno-escola e melhora a experiência.

O “perfil desses estudantes é constitutivo de múltiplos fatores decorrentes das condições de vida e das diferentes experiências vividas em seus contextos sociais e escolares, culminando na diversidade de características identitárias” (Raymundo; Raitz; Gesser, 2021. p. 266), sendo assim, é imprescindível conhecê-los. Todavia, a análise do perfil identitário destes estudantes é relevante.

Para Dayrell (2006 *apud* Raymundo; Raitz; Gesser, 2021), a escola deve conhecer os alunos com os quais trabalham, tanto no contexto escolar quanto fora dele, pois dessa forma irá compreender quais as necessidades, possibilidades e singularidades que constituem o perfil dos estudantes, sendo possível planejar um percurso formativo com mais equidade. Portanto, o conhecimento do perfil dos estudantes fortalece o ensino humanizado, melhora o desempenho, adapta estratégias de ensino e orienta as decisões estratégicas das instituições, promovendo um ambiente de ensino mais eficaz e acolhedor.

### **3.3 Verificar as dificuldades dos estudantes**

Pretendeu-se verificar e conhecer a existência de dificuldades e perspectivas dos estudantes por meio de perguntas presentes no questionário semi-estruturado, como, por exemplo: a) Você trabalha?; b) Você faz estágio?; c) A necessidade de trabalhar influencia a continuidade dos estudos?; d) O horário do curso pretendido e/ou horário do trabalho é fator determinante para a continuidade dos estudos?; e) Você pretende atuar como técnico em informática após concluir o curso? etc.

A compreensão do perfil dos estudantes na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, especialmente nos cursos técnicos, surge como uma necessidade essencial para se buscar formas eficazes de avaliar o processo de ensino-aprendizagem. Este entendimento permite uma análise mais profunda das práticas pedagógicas e das estratégias avaliativas, considerando as características únicas dos estudantes.

Nesse sentido, Raymundo, Raitz e Gesser (2021), apoiadas nos estudos de Dayrell (2006), declaram:

Todavia, para pensar quais as formas de avaliação que atendam o processo formativo dos estudantes dos cursos subsequentes, é extremamente relevante, a priori, conhecê-los e aprofundar uma análise da diversidade que caracteriza o perfil destes estudantes. Dayrell (2006) declara que a escola e seus profissionais devem conhecer os alunos com os quais trabalham, dentro e fora da escola, para melhor compreender quem eles são. Esse autor ainda salienta que à medida que os profissionais da educação conhecerem a singularidade e a diversidade de fatores que constituem o perfil dos estudantes, haverá mais possibilidades de planejar um percurso formativo com conteúdos escolares contextualizados e articulados com a realidade dos alunos (Raymundo; Raitz; Gesser, 2021, p. 268).

Depreende-se, então, que a análise do perfil dos estudantes desses cursos é, portanto, um pilar essencial para a construção de um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e justo, que considere as especificidades e aspirações de cada aluno, promovendo uma educação profissional.

### **3.4 Verificar conhecimentos sobre possibilidades de continuidade dos estudos**

Finalmente, os estudantes foram questionados sobre seus conhecimentos com relação às possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão do EMI como, por exemplo: a) Possibilidades/meios de continuidade dos estudos que

tem conhecimento; b) Compreensão dos processos necessários para acessar as possibilidades de continuidade dos estudos; c) Contribuição do EMI para melhora da percepção sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho; d) O que pretende fazer após a conclusão do EMI?

### **3.5 Revisão bibliográfica**

Foi realizada uma revisão bibliográfica da produção científica dos últimos cinco anos relacionada às possibilidades de continuidade dos estudos após o Ensino Médio Integrado, com base nas plataformas *SciELO* e também na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os seguintes descritores foram utilizados na pesquisa: 'Ensino Médio Integrado'; 'Percurso formativo'; 'Educação Profissional'; 'Percurso formativo na EPT'; 'Itinerários formativos no Ensino Médio Integrado'; 'Profissionalização'.

A partir da organização e da análise das informações coletadas nesta pesquisa, identificou-se as categorias de análise. As análises dessas categorias foram, portanto, fundamentadas teoricamente com pesquisadores que estudam sobre a temática.

### **3.6 Construção de um produto educacional**

A partir da análise das respostas e da revisão bibliográfica, pretendeu-se construir um produto educacional que possibilitasse aos estudantes do público-alvo buscar informações e conhecimentos sobre as possibilidades de formação para continuidade dos seus estudos, como também da possível inserção deles no mercado de trabalho, isso por meio de uma oficina informacional, a qual será melhor explicada no capítulo 5 desta pesquisa.

### **3.7 Caracterização da Pesquisa**

Como delineamento metodológico da pesquisa, foi adotada a de natureza aplicada. A pesquisa aplicada consiste na utilização dos conhecimentos já disponíveis para alguma aplicação prática. Trata-se de investigações com fins

práticos que envolvem verdades e interesses locais, de modo que os resultados obtidos são pretendidos como aplicação imediata à resolução de problemas da realidade (Rauen, 2015, p. 164).

A abordagem é qualitativa, considerando que as experiências educacionais de pessoas de diferentes idades, bem como todo o tipo de materiais que contribuam para aumentar o conhecimento relativo a essas experiências, tanto em contexto escolar como exteriores à escola, podem constituir objeto de estudo. Para Bogdan e Biklen, 1994:

[...] os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico [...] o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenómenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas [...] (Bogdan; Biklen, 1994, p. 16-17).

Quanto ao seu objetivo, inscreve-se como exploratório-descritivo, desenvolvidos de acordo com os pressupostos teóricos dos estudos de levantamento, pois a pesquisa se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento e nível de conhecimento se deseja conhecer. Segundo Gil (2002, p. 50): “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.”

É objetivo da pesquisa exploratória maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

[...] Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem os dados a seguir: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2002, p. 41).

No aspecto descritivo, inúmeros são os estudos que podem ser classificados sob este título, “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (Gil, 2002, p. 42).

A característica da pesquisa exploratória, de possuir planejamento flexível, possibilita que o estudo do tema seja abordado sob diferentes ângulos e aspectos.

Por outro lado, na pesquisa descritiva não há interferência do pesquisador, pois esse apenas registra e observa os fatos:

[...] as que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, bem como descobrir a existência de associações entre variáveis, por exemplo, as pesquisas eleitorais, que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos e/ou escolaridade. Uma das características mais significativas das pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52-53).

Os documentos de organização didática incluem regimentos escolares, programas de disciplinas, projetos pedagógicos, currículos, calendários acadêmicos etc. Esses documentos alinham as atividades educativas com os objetivos e diretrizes que norteiam a instituição de ensino. Por embasar a transparência e a organização do ambiente escolar, eles são importantes para garantir eficácia, qualidade e coerência nas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, quanto aos procedimentos, esta pesquisa caracteriza-se como documental. Em relação à pesquisa documental, foram analisados alguns dados pré-existentes referentes ao IFC, como materiais que orientam e estruturam o processo de ensino e aprendizagem naquela instituição educacional. Assim, documentos aplicáveis a seus discentes e docentes, como o Projeto Pedagógico de Curso<sup>4</sup>, a Organização Didática dos Cursos do IFC<sup>5</sup> e demais documentos balizados por coordenações, equipe multidisciplinar e equipe de ensino como um todo, foram verificados buscando analisar, por exemplo, o perfil do egresso, de acordo com Plano Pedagógico de Curso de Informática (IFC, 2019) e a grade curricular, objetivando identificar se é oportunizado aos estudantes acesso a conhecimentos relacionados à continuidade dos estudos.

Quanto à técnica para coleta de dados, será usado o questionário, pois, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche [...]”, podendo esse ter questões abertas ou fechadas.

---

<sup>4</sup> PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO (PPCTM), publicado em Agosto/2019, disponível em: <https://informatica.blumenau.ifc.edu.br/wp-content/blogs.dir/14/files/sites/148/2023/03/PPC-Integrado-Informatica-Blumenau-%E2%80%93-2019.pdf>

<sup>5</sup> ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS DO IFC - RESOLUÇÃO Nº 10/2021 – CONSUPER, publicada em 2021, disponível em: <https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/12/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>

Essa técnica foi escolhida por apresentar várias vantagens, dentre elas a capacidade de alcançar um grande número de pessoas, ser mais econômico e padronizar questões, o que facilita a interpretação uniforme das respostas. Essa uniformidade simplifica a compilação e a comparação das respostas e permite o anonimato dos respondentes, garantindo a privacidade e incentivando a sinceridade. No entanto, a aplicação desse instrumento somente ocorreu após o pesquisador ter o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob o nº 6.308.332 de 18 de setembro de 2023.

Para embasamento teórico desta pesquisa, foram realizadas buscas em bases de dados científicos como: periódicos Capes, *Scielo* e artigos das Bases Conceituais para EPT, além de consulta ao acervo próprio da instituição. Foram utilizados os seguintes termos de busca: Ensino Médio Integrado; Percursos formativos; Educação Profissional do Brasil; Percursos formativos na EPT; Itinerários formativos no Ensino Médio Integrado; Profissionalização e Profissionalização e Currículo nos Institutos Federais. Para a coleta de dados, foram realizadas consultas documentais junto ao IFC – *Campus* Blumenau, tais como o PPCTM do curso de Informática, para levantamento do número de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado e número de estudantes ativos no último ano do curso. De posse desses dados quantitativos, pretende-se conhecer o perfil desses estudantes e as expectativas para a conclusão do Ensino Médio Integrado.

A pesquisa A Percepção dos Estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, sobre as Perspectivas de Continuidade dos Estudos foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio do parecer consubstanciado do CEP, sob o nº 6.308.322 em 18 de setembro de 2023.

### **3.8 Local, período e recrutamento dos estudantes**

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, foi o local em que a pesquisa foi aplicada. A pesquisa foi realizada com os estudantes que estão matriculados no 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Essa pesquisa foi iniciada em novembro de 2023, com término da coleta de dados em dezembro de 2023.

A pesquisa foi realizada nas dependências do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, localizado à Rua Bernardino José de Oliveira, nº 81, bairro Badenfurt, onde puderam ser utilizados os espaços das salas de aula das duas turmas do curso, turma 301 Informática e turma 302 Informática.

Além disso, os espaços dos 5 laboratórios de informática (A03, A04, D05, D06 e D07) e da sala D04 também foram utilizados, já que estes espaços detêm maior espaço físico ou computadores com internet que puderam facilitar o acesso dos estudantes ao questionário eletrônico. Isto foi oportunizado, pois, alguns estudantes poderiam não ter acesso à internet e a computadores em suas casas. Em todo caso, como se tratou de um questionário confeccionado na forma eletrônica, os estudantes também puderam respondê-lo de seus aparelhos eletrônicos, em casa, com celulares e computadores com acesso à internet, se assim preferissem.

A pesquisa que utilizou os referidos espaços, realizou-se nos meses de novembro a dezembro de 2023, com a disponibilização do questionário durante os horários em que os estudantes estiveram na instituição, envolvidos em atividades escolares, seja no período da manhã ou da tarde.

O recrutamento dos estudantes foi iniciado por meio de uma conversa em cada uma das turmas, visando explicá-los sobre o propósito da pesquisa. A partir dessa conversa, fez-se o convite à participação na pesquisa, em que se destacou o questionário como a ferramenta definida para recolher os dados da pesquisa.

Entretanto, como a maioria dos estudantes, potenciais participantes desta pesquisa, eram menores de idade, antes da disponibilização do questionário foi entregue a cada um dos discentes o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice C) e esclarecido na forma física e impresso, a fim de que eles os levassem aos seus responsáveis, que tiveram a ciência da pesquisa e, posterior a isso, autorizaram a participação dos seus tutelados na pesquisa. Nesse sentido, foi combinado, na ocasião dessa conversa, uma data para recolhimento do documento assinado.

Ainda, foi explicado aos estudantes como o questionário ficaria disponível para eles de forma remota. O *link* do questionário no *Google Forms* (<https://forms.gle/PTCprYTgzbE7hP5PA>) poderia ser encaminhado via *e-mail* – o pesquisador poderia ter acesso ao *e-mail* dos estudantes após a solicitação desses dados ao setor da secretaria da instituição – ou acesso ao contato dos estudantes

via grupo institucional de recados da turma, estabelecido no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Este último era um recurso utilizado por integrantes do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE, coordenadores de curso e líderes de turma para a comunicação com toda a turma ou para acessar o contato de cada estudante individualmente. Integrantes do setor SISAE, como o pesquisador realizador desta pesquisa, faziam parte do referido grupo de caráter institucional, o qual existia para cada uma das turmas – turma 301 Informática e turma 302 Informática. Somente após o recolhimento e conferência do termo de consentimento, o acesso ao questionário eletrônico foi disponibilizado a cada estudante.

Ademais, visando o recrutamento dos estudantes, após a devolução dos termos de consentimento assinados pelos seus responsáveis, houve um segundo momento de encontro com os discentes na sala de aula, a fim de que os participantes pudessem ser conduzidos ao laboratório de informática para responderem ao questionário eletrônico. Essa atividade também pôde ser realizada em suas habituais salas de aula, usando seus celulares pessoais. Isso foi oportunizado a cada uma das turmas, ou seja, em dois horários distintos, com a anuência do docente responsável pelo respectivo horário de aula.

### **3.9 Contexto de participantes e critérios de inclusão e exclusão**

Em conformidade com a Norma Operacional CNS n.º 001 de 2013, item 3.4.1.11: Os critérios de inclusão e exclusão dos participantes da pesquisa devem ser apresentados de acordo com as exigências da metodologia a ser utilizada. Neste sentido, os critérios de inclusão e exclusão nesta pesquisa compreenderam os seguintes aspectos:

#### **3.9.1 Critérios de Inclusão**

Como critérios de inclusão para realizar esse estudo, foram escolhidos os estudantes que cursavam o 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Os estudantes desse curso totalizavam 55 estudantes no ano de 2023 e foram escolhidos devido ao Curso Técnico em Informática Integrado ao

Ensino Médio apresentar um número de evasão menor do que outros cursos técnicos oferecidos no IFC – *Campus* Blumenau, nesta mesma modalidade. Evidencia-se que a primeira etapa (1º ano) desse curso iniciou com duas turmas de 35 estudantes em cada uma delas, ou seja, o curso teve início com um total de 70 estudantes.

### 3.9.2 Critérios de Exclusão

A exclusão na participação nesta pesquisa pôde ocorrer por iniciativa própria do participante relacionado ou devido a algum fator externo, como, por exemplo, a não permissão dos pais. Também pôde ser considerado como critério de exclusão os estudantes que não estavam devidamente matriculados no terceiro ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

## 3.10 Riscos e Benefícios

Considerando os aspectos éticos exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSC (CEPSH), este projeto de pesquisa foi submetido a esse comitê via Plataforma Brasil, na qual foram postados alguns documentos, que foram preparados com o objetivo de garantir os direitos dos participantes, a privacidade, a segurança e minimizar os possíveis riscos advindos dele, e foram assinados digitalmente, conforme orientações (IFSC, 2023).

Em pesquisas os riscos podem surgir em qualquer fase do projeto. No quadro a seguir, relacionou-se alguns riscos que podem surgir e quais as suas respectivas formas de prevenção.

### 3.10.1 Riscos e prevenção

Quadro 2 - Possíveis riscos e prevenções da pesquisa

Riscos	Prevenção
Possibilidade de constrangimento ou desconforto ao responder o questionário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação será voluntária;</li> <li>- Os indivíduos receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa através da leitura do TCLE;</li> <li>- Será garantida a privacidade para responder o questionário.</li> </ul>

	rio.
Quebra de sigilo/anonimato/ confi- denciabilidade.	- As respostas serão confidenciais e serão resguardadas sigilo durante a pesquisa e divulgação dos resultados, assegurando também o anonimato dos participantes. Será desabilitada a função de registro do <i>e-mail</i> do estudante respondente ao questionário eletrônico.
Cansaço ao responder às perguntas.	- O questionário contempla a maior parte das perguntas fechadas. Além disso, na distribuição do questionário será informado o tempo estimado para responder a totalidade das perguntas. Caso o participante apresente sinais de cansaço poderá realizar pausas.
Falta de clareza nas informações colocadas nos termos.	- Informar corretamente os participantes dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e deixar claro que poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. A possibilidade de o candidato contatar via e-mail o pesquisador para sanar dúvidas específicas.
Discriminação ou exclusão	- Realizar uma abordagem respeitosa e inclusiva.

Fonte: IFSC (2023).

### 3.10.2 Benefícios

A pesquisa buscou contribuir com a formação dos estudantes para que tenham condições de identificar oportunidades e direitos, a fim de ampliar horizontes, fomentar a profissionalização e a verticalização da formação acadêmica e, por conseguinte, promover a inclusão cidadã e inserção profissional no mundo do trabalho por meio da educação.

Os benefícios esperados pela participação na pesquisa se resumem na oportunidade de autoconhecimento e de reflexão a partir de informações atinentes às possibilidades de continuidade dos estudos.

### 3.11 Instrumentos de Coleta/Geração de Dados

A técnica empregada foi a pesquisa direta utilizando um questionário (Apêndice A). O questionário continha perguntas fechadas e uma única pergunta aberta. Esse instrumento foi enviado por meio da ferramenta *Google Forms*, permitindo respostas *online* e facilitando a coleta e o tratamento dos dados. Inicialmente, o questionário buscou realizar um levantamento de perfil dos estudantes, focando em características mais individuais para conhecê-los em suas singularidades.

Nesse sentido, Gil (2002) oferece uma abordagem detalhada para a criação de questionários de pesquisa. Ele destaca a importância de traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens claros e bem definidos. Embora não existam normas rígidas para a elaboração de questionários, ele sugere algumas regras práticas para ajudar nesse processo. Dentre algumas diretrizes defendidas por Gil (2002) estão clareza e objetividade; simplicidade; relevância e consistência:

- a) as questões devem ser preferencialmente fechadas, mas com alternativas suficientemente exaustivas para abrigar a ampla gama de respostas possíveis; b) devem ser incluídas apenas as perguntas relacionadas ao problema proposto; c) não devem ser incluídas perguntas cujas respostas possam ser obtidas de forma mais precisa por outros procedimentos; d) devem-se levar em conta as implicações da pergunta com os procedimentos de tabulação e análise dos dados; e) devem ser evitadas perguntas que penetrem na intimidade das pessoas; f) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa; g) deve-se levar em consideração o sistema de referência do entrevistado, bem como seu nível de informação; h) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação; i) a pergunta não deve sugerir respostas; j) as perguntas devem referir-se a uma única idéia de cada vez; e l) o número de perguntas deve ser limitado (Gil, 2002, p.116).

Embora um teste piloto pudesse ser importante para identificar possíveis problemas nas perguntas e reajustá-las antes de sua aplicação final, nesta pesquisa optou-se por não aplicar um teste piloto devido a complicações no tempo de desenvolvimento deste trabalho. Desta feita, lançou-se mão do envolvimento da equipe multidisciplinar do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional, do qual este pesquisador era integrante, no IFC – *Campus* Blumenau, haja vista a *expertise* dos servidores desse grupo em observações, acompanhamentos e contatos reveladores dos anseios dos estudantes. Este contexto favoreceu para que este pesquisador pudesse ter boa ideia de suas

apreensões, dúvidas, dificuldades e desconhecimentos mais presentes em relação à temática possibilidades de continuidade dos estudos. Além disso, integrantes de um setor de suporte dessa monta, tais como a psicóloga, tinham experiência na elaboração de questionários e colaboraram ativamente para que as perguntas fossem claras, precisas e seguras.

O questionário se conformou em três partes, a primeira parte buscou, sobretudo, identificar o perfil desses jovens. Assim, as perguntas tiveram o objetivo de revelar moderadamente quem são os sujeitos da pesquisa, quais são suas principais características, como faixa etária, gênero, município de residência, com quem moram, se tem irmãos mais velhos, faixa de renda e escolaridade dos responsáveis.

Na segunda parte do questionário, localizavam-se as perguntas que procuravam diagnosticar aspectos de dificuldades e expectativas. Assim, saber se o estudante trabalhava, se fazia estágio, sua visão sobre em que grau o trabalho influenciava na continuidade dos estudos, se pretendia atuar como técnico em informática ou se pretendia mudar de cidade para estudar ou trabalhar, avançava a um patamar de questões mais complexas.

Nesse sentido Gil (2002) propõe uma série de diretrizes para a elaboração de questionários, destacando as vantagens de cada uma. Assim, ele sugere começar com perguntas simples e progredir para questões mais complexas, evitando a contaminação das respostas ao dispersá-las adequadamente. Recomenda-se evitar perguntas que possam levar a respostas defensivas ou socialmente indesejáveis. Além disso, palavras estereotipadas devem ser evitadas e uma boa apresentação gráfica do formulário digital facilita o preenchimento dos participantes.

Destarte, na terceira parte do questionário, buscou-se compreender o conhecimento dos sujeitos da pesquisa acerca das possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFC – *Campus* Blumenau, por meio das seguintes perguntas:

- Sobre a afirmativa “O Ensino Médio Integrado (EMI) contribui para a melhora da minha percepção sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho” assinala: Discordo plenamente – Discordo parcialmente – Indiferente – Concordo parcialmente – Concordo plenamente

- O que você pretende fazer após a conclusão do Ensino Médio? Outro curso técnico – Ingressar em cursos na área de formação/carreira militar – Concurso para o serviço público – Ingressar no Ensino Superior – Ingressar no mercado de trabalho – Ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho – Nem estudar nem trabalhar – Outro
- Sobre os meios de continuidade dos estudos, assinale aqueles que você obteve conhecimento sobre como acessar: SISU/ENEM – PROUNI – Carreira Militar – Concurso público para ingresso em Escolas de Governo – Não pensei sobre isso – Não conheço as possibilidades
- A informação que você recebeu durante o EMI foi suficiente para que você compreendesse os processos necessários para acessar essas possibilidades de continuidade dos estudos? Sim, compreendo plenamente – Sim, compreendo parcialmente – Indiferente – Não compreendo nada – Não, compreendo muito pouco
- Quais dificuldades você considera ter que enfrentar para a sua continuidade dos estudos? Dificuldades financeiras – Dificuldades relacionadas aos processos seletivos – Mudança de cidade – Falta de apoio do grupo familiar - Transporte - Outra(s) – especifique.

Por fim, segundo Gil (2002), as perguntas abertas num questionário possibilitam ao inquirido expressar-se com maior liberdade, havendo espaço para que ele possa, com suas próprias palavras, discorrer sobre uma temática. Nesse sentido, é importante detalhar que, na presente pesquisa, o propósito da questão aberta não foi dirigir uma pergunta específica ao entrevistado. Tratou-se de um item essencialmente aberto que propiciou um espaço para que o estudante fizesse observações sobre o que ele considerasse pertinente à temática ou a outras questões relacionadas não abordadas. Dessa forma, de fato, foram obtidas opiniões, sentimentos e pensamentos muito interessantes, que foram oportunamente retratados na análise de dados deste trabalho.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

A etapa de análise de dados desta pesquisa destinou-se à compreensão do problema investigado, procurando conectar os dados obtidos ao referencial teórico, o qual trouxe endosso às informações coletadas. Considerando o objeto da pesquisa, a análise se deu sobre as respostas dos participantes obtidas por meio da aplicação do questionário (Apêndice A) produzido através da ferramenta *Google Forms* que permite criar formulários *online*.

A análise buscou atender ao objetivo deste estudo, bem como trazer respostas à pergunta/problema desta pesquisa, qual seja: “Em que medida as possibilidades de continuidade dos estudos são conhecidas e/ou identificadas pelos estudantes do 3º ano do EMI?”

Nesse sentido, procurou-se realizar a análise das perguntas, conforme a ordem em que foram estabelecidas no questionário. Desta forma, optou-se por seguir preferencialmente a sequência de perguntas posta no questionário aplicado a fim de trazer a discussão com melhor cadência, e num segundo momento abordar as perguntas de maior atração para resposta ao problema de pesquisa.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho buscou analisar moderadamente o perfil dos estudantes a fim de conhecer quem são os sujeitos da pesquisa.

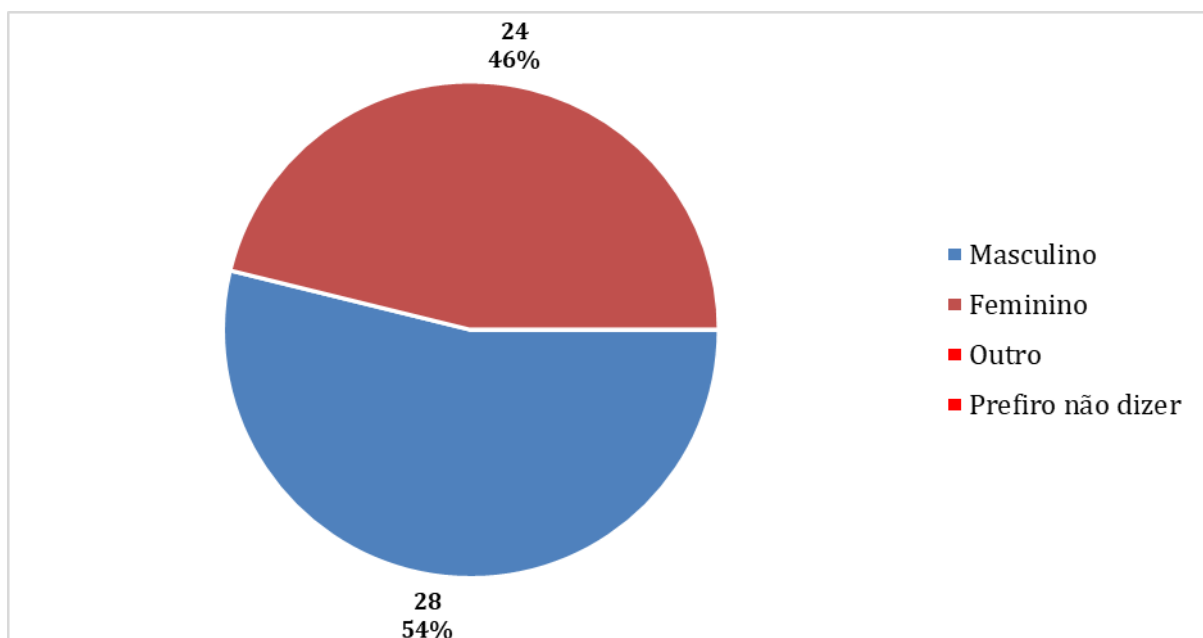
Portanto, revelar suas necessidades e possibilidades sociais, econômicas, culturais e de aprendizagens torna-se fundamental na concepção que temos da avaliação como um instrumento de diagnóstico desses sujeitos, considerando os conhecimentos e experiências vivenciados por eles em múltiplos espaços, além da escola (Raymundo; Raitz; Gesser, 2021, p. 268).

Desta feita, num primeiro momento, a análise focou no primeiro bloco de perguntas que diziam respeito ao horizonte pessoal do sujeito pesquisado, tais como gênero, data de nascimento, se era ou não pessoa com deficiência, município de residência e com quem morava o estudante.

A pergunta que inaugurou o questionário permitia que o estudante informasse o seu gênero, com as opções masculino, feminino, outro e prefiro não dizer. Apesar dos dados da PNAD 2023 (IBGE, 2023) apontarem que 78,2% das mulheres de 15 a 17 anos estavam frequentando o Ensino Médio, contra uma taxa de 71,9% de homens dessa mesma idade, o caso dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio

Integrado, sujeitos desta pesquisa, apresenta um dado invertido no que diz respeito ao recorte de gênero.

Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

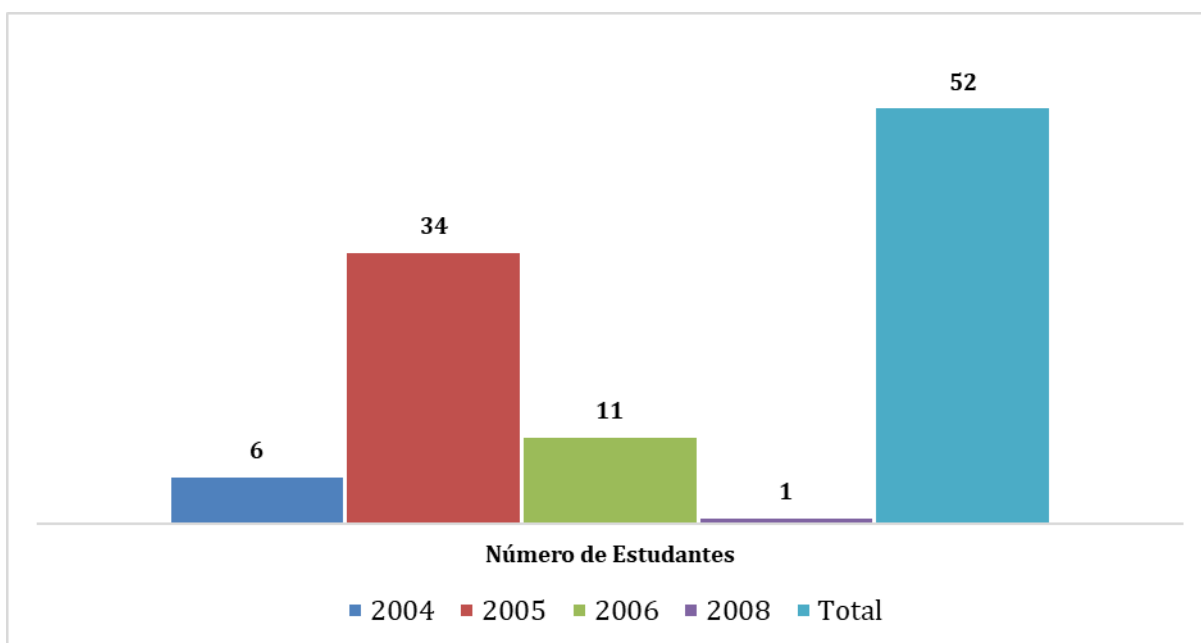
Os discentes que vivenciavam a última etapa de curso, na realidade do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, eram, em sua maioria, homens, visto que 53,8% responderam se identificar com o gênero masculino; e 46,2% das respostas, com o gênero feminino. Não houve resposta que se enquadrasse em outra classificação de gênero ou em 'prefiro não dizer'.

Como forma de conhecer o público, foram analisados os dados oriundos da pergunta que solicitava a data de nascimento. Para essa pergunta, foi possível verificar que o público-alvo nasceu entre os anos de 2004 e 2008, o que significa que não há, nesse público, casos de distorção idade-série. A distorção idade-série no ensino médio consiste numa discrepância entre a idade do estudante e a série em que ele está matriculado, geralmente devido a repetências ou atrasos no percurso escolar. Uma situação que pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, com desmotivação e abandono escolar.

Muito embora nenhum aluno tivesse idade muito maior do que a esperada para a série escolar em curso, uma única resposta em que se apontou o ano de 2008 na data de nascimento, chamou atenção deste pesquisador. Esse dado

denotou a precocidade com que um estudante teria chegado como concluinte do ensino médio. A precocidade no ensino médio diz respeito a estudantes que ingressaram em idades mais jovens do que o usual, o que pode estar relacionado a especificidades como desenvolvimento cognitivo acelerado ou a políticas de aceleração escolar.

Gráfico 2 - Ano de nascimento



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O conjunto desses dados, reveladores de idade, suscitam uma análise quanto ao sucesso ou insucesso escolar e sua relação com uma entrada precoce no mundo do trabalho. Segundo Pais (2016), o insucesso escolar advém da relação de conflito entre dois tipos distintos de solicitações:

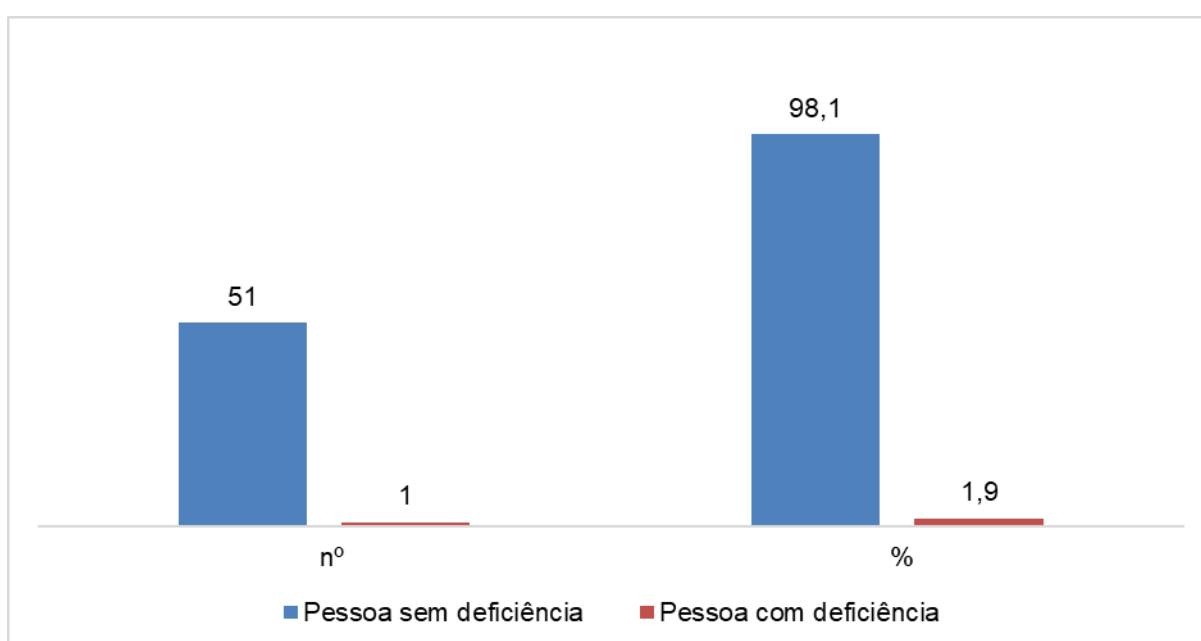
Por um lado, o Estado desejaria que todas as crianças pudessem cumprir, com sucesso, a escolaridade mínima obrigatória; no entanto, como as crianças são socializadas para uma entrada precoce no mundo do trabalho, elas não podem ter um bom aproveitamento escolar: faltam às aulas, não fazem os trabalhos escolares, não têm tempo, aliás, para estudar. O resultado é o insucesso escolar (reprovações) e o próprio abandono da escola (Pais, 2016, p. 37).

Os desafios com que os jovens se deparam ao ingressarem precocemente no mercado de trabalho são discutidos por Pais (2016) ao destacar que esta realidade pode ser uma resposta às condições socioeconômicas adversas, como a pobreza e a desigualdade social. Além disso, Pais (2016) observa que essa transição precoce

muitas vezes se dá de forma não linear e imprevisível, marcada por trajetórias de inserção aleatória no mercado de trabalho. A combinação entre estudos e trabalho é um grande desafio para esses jovens, principalmente para aqueles que não possuem capitais sociais e simbólicos que poderiam tornar essa transição mais fácil.

Também como forma de conhecer o público, buscou-se identificar se havia pessoas com deficiência. Entre 52 estudantes, apenas 1 respondeu ser uma pessoa com deficiência, o que representou 1,9 % dos estudantes:

Gráfico 3 - Deficiência

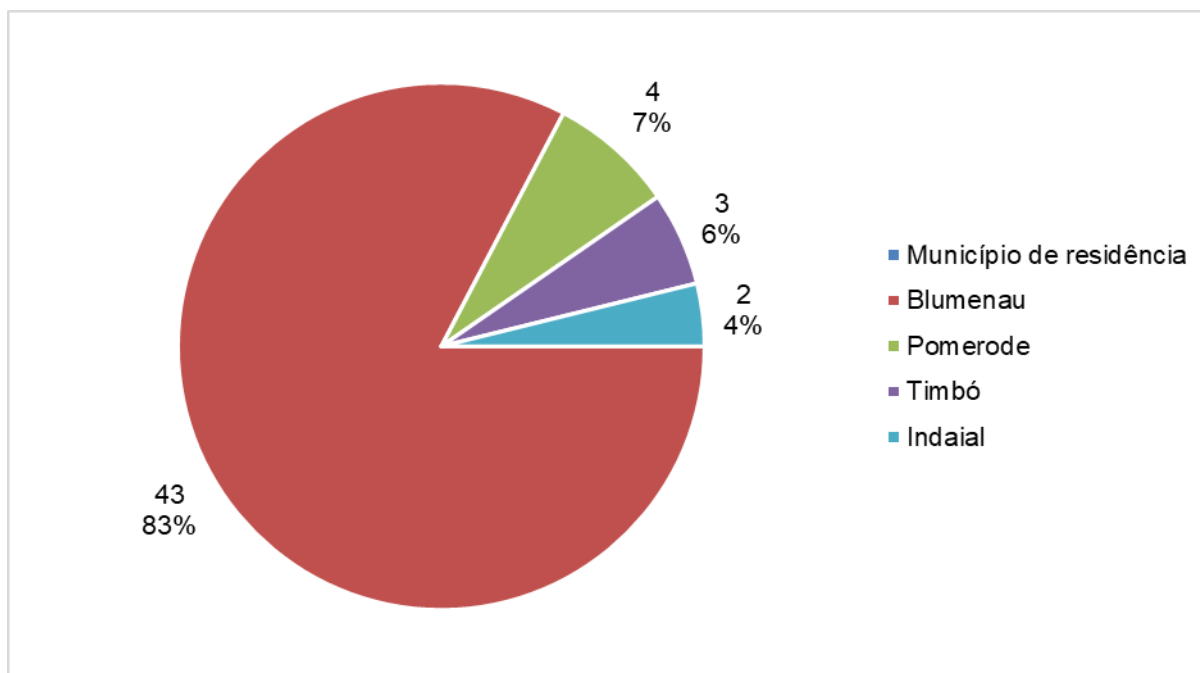


Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Segundo Dayrell (2006), o conhecimento por parte dos profissionais da educação, acerca dos estudantes, é importante para conhecer suas singularidades, o que oportuniza planejar conteúdos escolares que conversam com a realidade do público. Ainda considerando o esforço de descrever as características individuais dos sujeitos da pesquisa, também como forma de conhecê-los foi perguntado aos estudantes a respeito do seu município de residência. Entre os 52 estudantes, 43 (82,7%) eram residentes em Blumenau; 4 (7,7%) residiam em Pomerode; 3 (5,8%) moravam em Timbó; e 2 (3,8%) residiam em Indaial. Algumas outras cidades próximas ou circunvizinhas, a saber, Gaspar, Rodeio, Ascurra e Benedito Novo, foram dadas como opção de resposta, mas não foram declaradas como município de residência por parte de nenhum estudante. A distância entre a escola e o

município de residência dos estudantes é um fator importante que pode ter impacto direto na frequência escolar e na qualidade da educação, visto que os estudantes que eventualmente precisam percorrer longas distâncias para chegar à escola enfrentam desafios adicionais, como o cansaço e o tempo exíguo para estudo e atividades extracurriculares, sobretudo na realidade de um ensino integrado.

Gráfico 4 - Município de residência



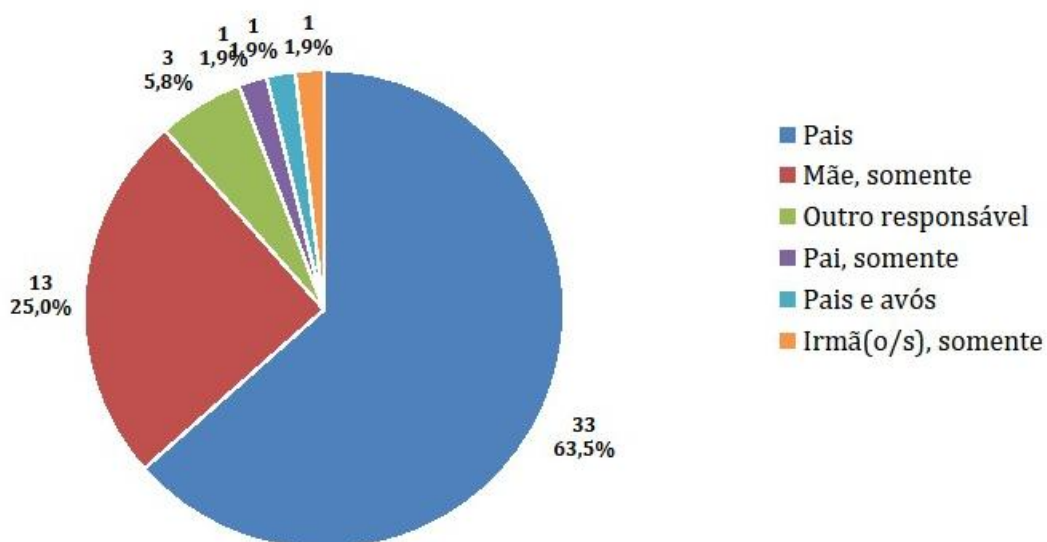
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No caso dos estudantes pesquisados, 9 (17,3%) viajavam dos municípios próximos, quais sejam Indaial, Pomerode e Timbó, para estudar. Nesse sentido, interessante registrar que a localização estratégica do *Campus* Blumenau, na periferia da cidade, em região de confluência com alguns dos principais municípios adjacentes, condiz com a proposta de interiorização dos Institutos Federais e vai ao encontro da acessibilidade e equidade no acesso à educação. Conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, a escola próxima à residência dos estudantes é fundamental para garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

Quanto à pergunta 'Com quem você mora?', a maior parte dos estudantes pesquisados, que representa 63,5% do total, declarou que mora com os dois pais. Por outro lado, 1 estudante (1,9%) informou que mora somente com o pai, 1 estudante (1,9%) respondeu morar com avós, 1 estudante (1,9%) declarou morar

somente com irmãos e 3 estudantes (5,8%) informaram que moram com outro responsável.

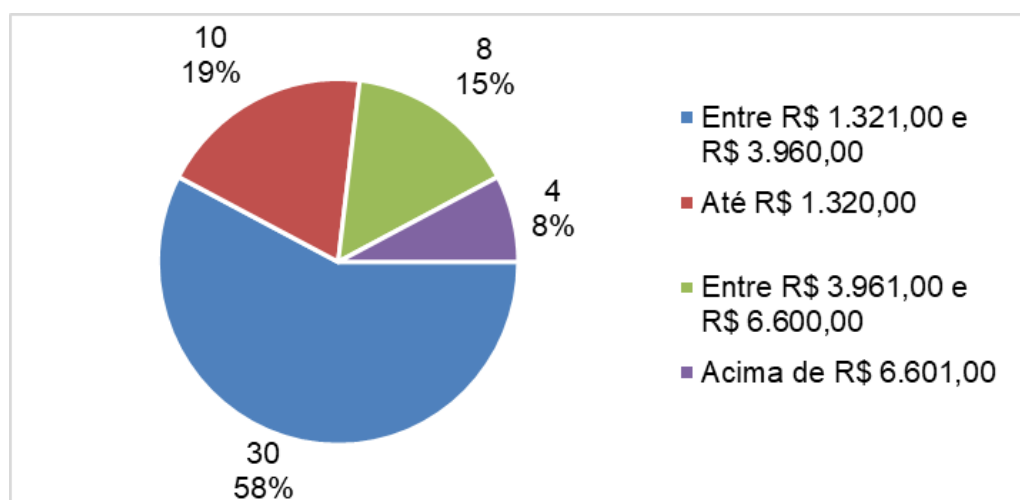
Gráfico 5 - Com quem você mora?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Somando-se os 33 estudantes (63,5%) que viviam com os dois pais, os 13 (25%) que informaram viver somente com a mãe e 1 (1,9%) que vivia somente com o pai, observou-se que um total de 44 estudantes (89,14%) encontravam-se em pleno convívio com a genitora e/ou com o genitor.

O aspecto econômico também pode ser determinante para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, 57,7% dos estudantes informaram a média de renda *per capita* do grupo familiar entre R\$ 1321,00 e R\$ 3960,00, 19,2% tinham média de até R\$ 1320,00 e 15,4% tinham média entre R\$ 3961,00 e R\$ 6600,00. Apenas 7,7% dos inquiridos tinham média de renda *per capita* acima de R\$ 6601,00:

Gráfico 6 - Média de renda *per capita* da família

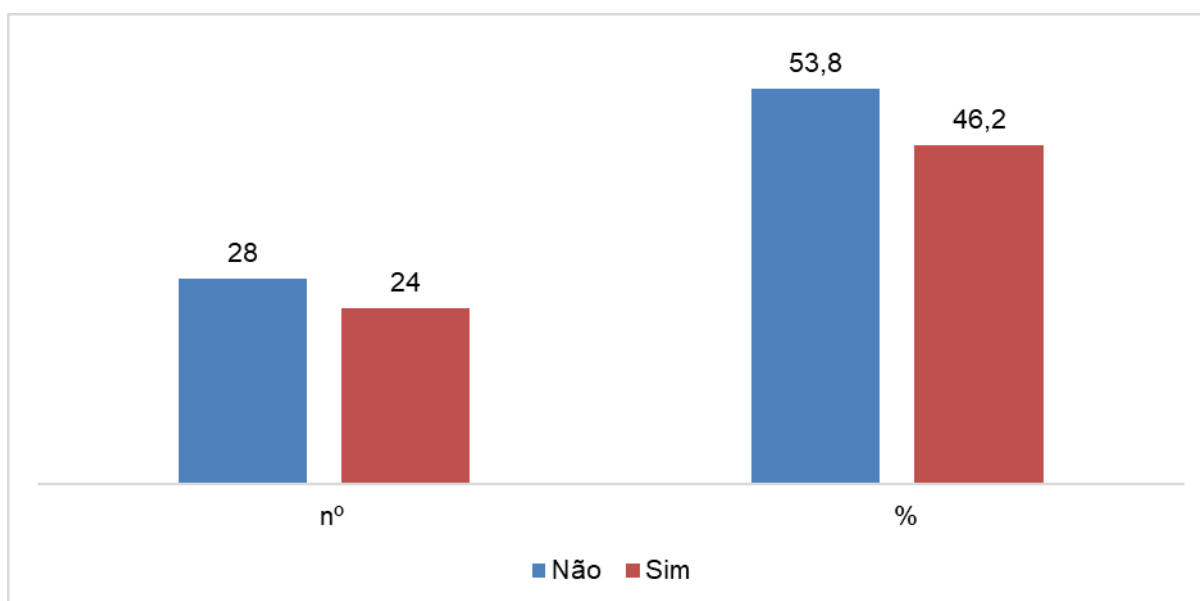
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

É importante destacar a centralidade da renda familiar nos níveis educacionais. Mesmo para a terminalidade da educação básica, há estudos que deixam clara a influência econômica na conclusão desse nível de ensino.

Quanto à terminalidade da educação básica, as pesquisas apontam que os estudantes provenientes de famílias em condições econômicas vulneráveis têm muito mais dificuldades de concluí-la comparados aos jovens com melhores condições socioeconômicas (SPOSTITO; SOUZA; SILVA, 2018). Esse indicador expressa a diversidade quanto à terminalidade do ensino médio, e também representa que a desigualdade e a dificuldade na sua conclusão acentuam a vulnerabilidade de muitos estudantes na continuidade de seu percurso formativo (Raymundo; Raitz; Gesser, 2021, p. 274).

Outro componente relacionado ao núcleo familiar do estudante que se procurou levantar informações foi a existência de irmãos mais velhos. Entre os 52 estudantes, 28 (53,8%) responderam não ter irmãos mais velhos contra 24 (46,2%) que responderam sim à pergunta:

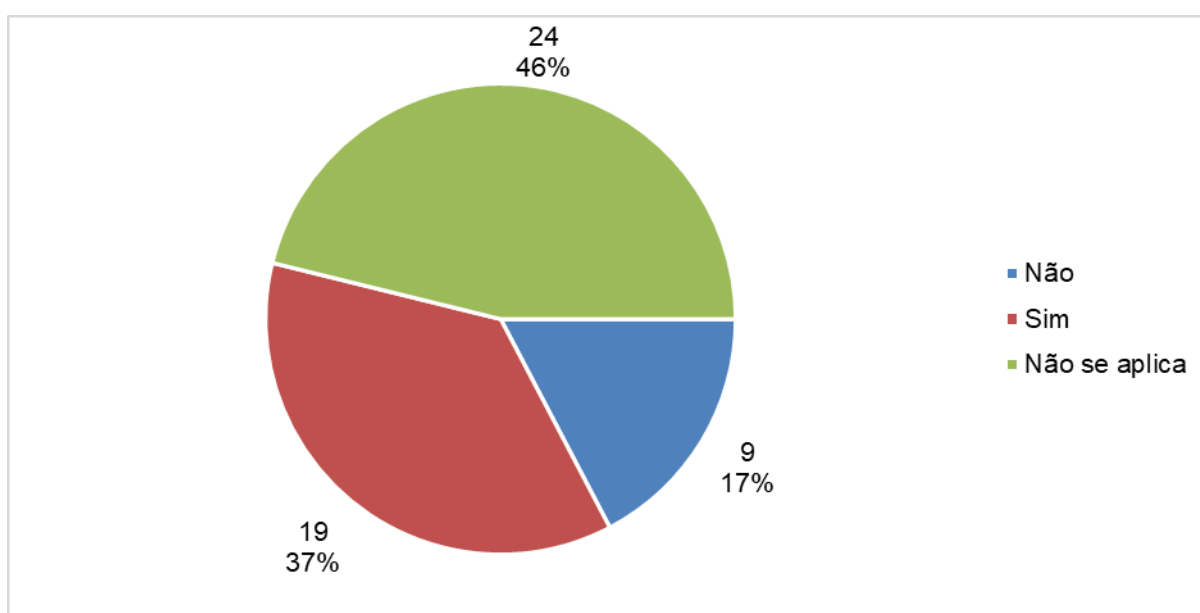
Gráfico 7 - Você tem irmãos mais velhos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Embora não sejam informações prioritárias para o objetivo desta pesquisa saber sobre irmãos mais velhos, este dado também buscou compreender os estudantes como sujeitos socioculturais e sobre suas experiências nas relações familiares e sociais. Desta forma, a pergunta seguinte buscou revelar se os irmãos dos estudantes acessaram ou pretendiam acessar o ensino superior.

Gráfico 8 - Irmãos mais velhos e o ensino superior



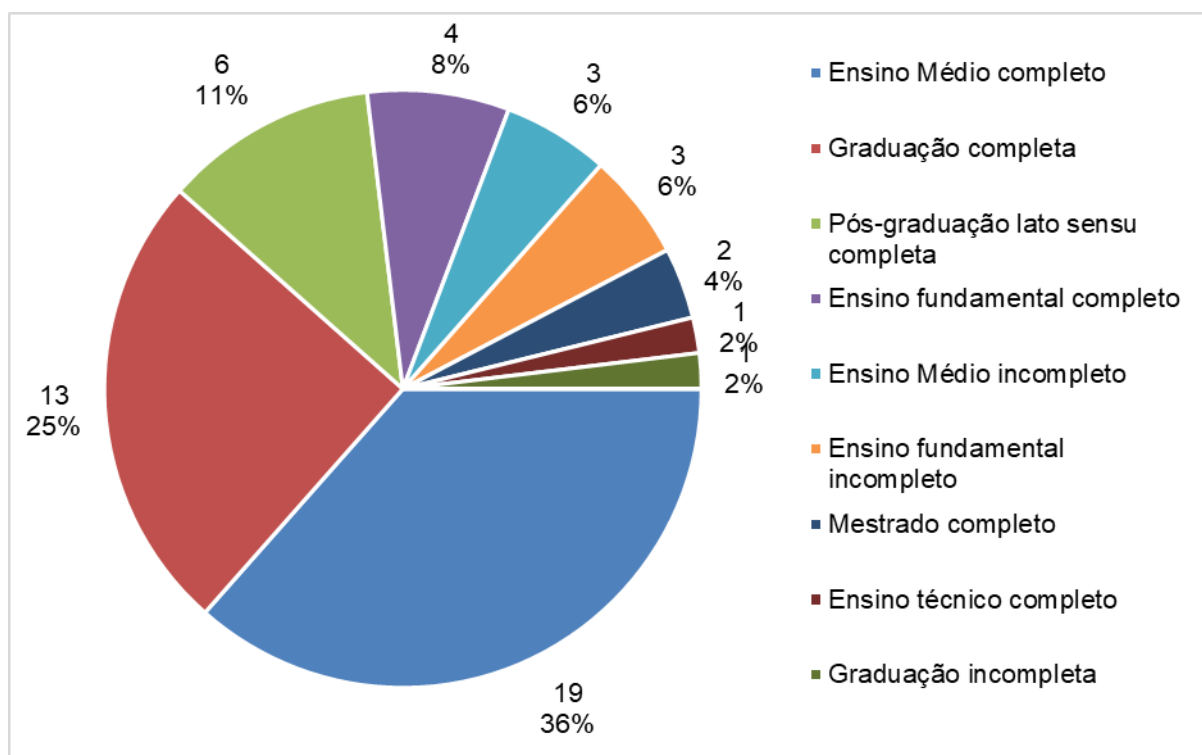
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados acima mostram que 36,5% dos estudantes com irmãos mais velhos indicaram que esses irmãos já acessaram ou pretendem acessar o ensino superior, isso oferece *insights* relevantes sobre o contexto educacional e as influências familiares na trajetória acadêmica desses estudantes.

O fato de os estudantes mais jovens terem irmãos que já acessaram o ensino superior pode influenciar tanto suas expectativas quanto suas motivações. Isso ocorre, principalmente, pela existência de modelos próximos que ajudam a formar uma percepção mais concreta do que significa frequentar uma universidade, o que pode servir como incentivo direto ou indireto para que também almejem esse nível de ensino.

Um outro fator que pode ter potencial para interferir no processo formativo dos estudantes, diz respeito à escolaridade entre os seus responsáveis. Verificou-se que os pais de 36,5% dos estudantes concluíram o Ensino Médio. Em segundo lugar veio a Graduação Completa, com 25% das respostas. Esses dois resultados indicaram que a maioria dos discentes do Ensino Médio Integrado tem pais com boa escolaridade, com destaque à formação no Nível Médio.

Gráfico 9 - Maior escolaridade dos responsáveis



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

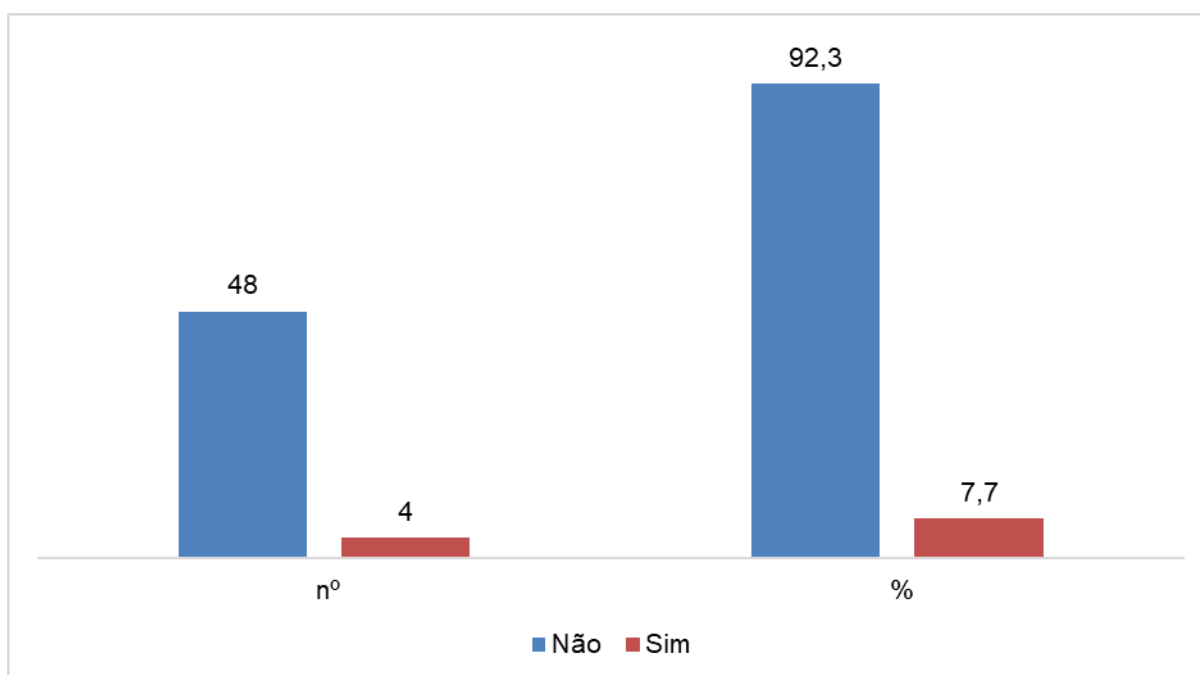
Reforçando o argumento de boa escolarização dos responsáveis, a Pós-graduação *lato sensu* completa ocupou a terceira posição e registrou 11,5% das respostas. Assim, 73% dos estudantes apresentaram algum dos seus responsáveis com formação entre Ensino Médio completo e Pós-graduação *lato sensu* completa, algo que pode influenciá-los a cursar o ensino superior após a conclusão do Ensino Médio. Não houve resposta para 'Doutorado completo' e 'Não possui escolaridade'.

Frisa-se que, no que concerne à análise da formação de Nível Superior, menos de 37% dos pais tiveram acesso ou concluíram essa fase de estudo. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio do seu relatório *Education at a Glance* de 2022, mostram que o Brasil apresenta a taxa mais baixa de adultos (25 a 64 anos) com formação de Nível Superior (INEP, 2022). Dentre os 35 países considerados pela OCDE, a média brasileira ocupa o último lugar com apenas 15% de adultos formados.

A pergunta sobre a maior escolaridade dos responsáveis traz informações de pessoas próximas dos estudantes e por meio dela é possível conhecer um pouco da realidade social dos jovens. Considerando a média brasileira de adultos com formação em nível superior, observou-se que a realidade dos pais desses estudantes de Blumenau é consideravelmente melhor. Do total de 52 estudantes, 42 (80,6%) assinalaram que a maior escolaridade dos responsáveis é no mínimo o Ensino Médio completo.

No tocante ao estágio durante o Ensino Médio Integrado, apenas 4 estudantes (7,7%) estiveram inseridos nesse contexto de preparação educativa para o trabalho. A esmagadora maioria, representada por 48 estudantes (92,3%), respondeu que não fez estágio.

Gráfico 10 - Você faz estágio?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, a resposta de um(a) estudante, no espaço destinado a trazer observações ou questões diversas, não necessariamente abordadas no questionário aplicado, mas que o participante considerasse pertinentes ao assunto, soou como um desabafo. Nesse que era o último item do instrumento de pesquisa, ou seja, a pergunta nº 23 (Apêndice A), o(a) estudante declarou que o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio foi, de fato, muito importante. Porém, ainda escreveu que no Curso de Informática houve muita defasagem de profissionais, pois poucos, segundo o(a) estudante, 'ensinaram de fato o que deveria ser abordado no ensino técnico'. Além disso, o(a) discente mencionou que a carga horária excessiva durante esse período do Ensino Médio dificultava demasiadamente suas chances de ingressar no mercado de trabalho. Isso, visto que muitas empresas não aceitam funcionários jovens que não têm 'um ou outro período livre'. Esse(a) estudante, também, salientou que alguns profissionais e colegas frisavam que 'trabalhar no Ensino Médio é uma opção', enquanto muitas vezes os alunos não têm dinheiro sequer para recarregar o passe escolar para chegarem à instituição.

Essa realidade aponta para um descompasso entre os anseios dos estudantes e as padronizações curriculares.

Por que razão surge tantas vezes uma contradição entre os padrões estandardizantes da planificação e as trajetórias desestandardizadas?

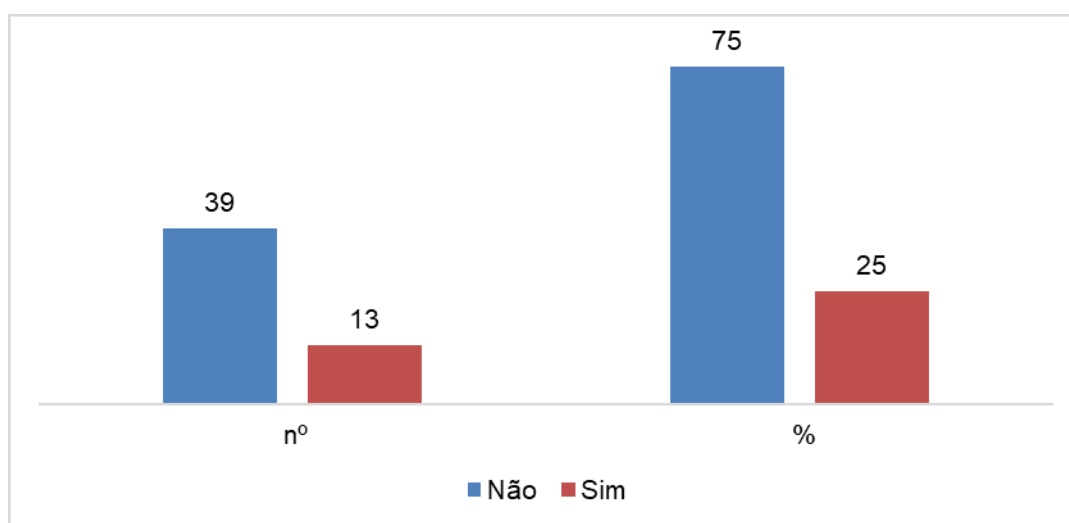
Possivelmente porque essas políticas criam uma lógica de linearidade que nem sempre se ajusta às trajetórias não-lineares (ioiô) do curso de vida de muitos jovens. Muitas dessas políticas tendem a criar uma ordem artificial numa estrutura social que é caótica por natureza (Pais, 2001, p. 8).

Nesse aspecto, foi observado em fase desta pesquisa que o Projeto Pedagógico de Curso registra zero hora de carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório, o que indica que não havia uma cobrança formal dos estudantes pela realização do estágio para integralização do curso.

Além disso, é possível que os estudantes enxergassem a quantidade excessiva de disciplinas como um grande óbice à realização de estágios, que não eram cobrados formalmente, mas aparentemente, na perspectiva do estudante, trata-se de uma realidade prejudicial ao seu desenvolvimento educacional.

Outrossim, no que concerne à ocorrência de trabalho e de estudo, 75% dos estudantes do 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio responderam que não trabalhavam, contra 25% que trabalhavam.

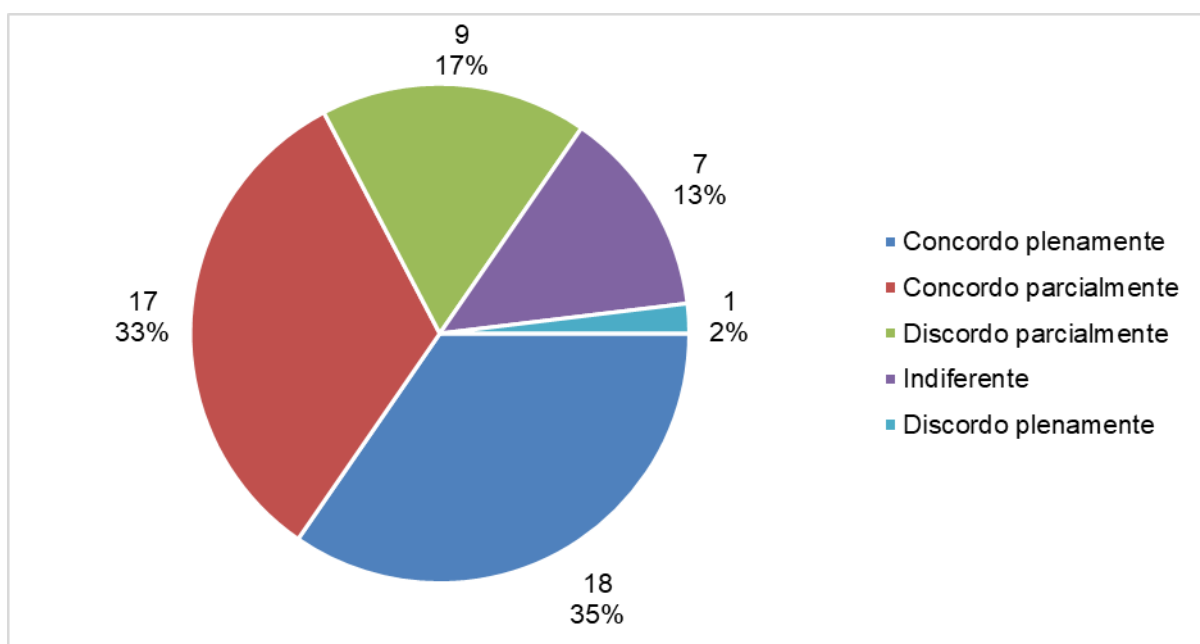
Gráfico 11 - Você trabalha?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por outro lado, ao analisar se a necessidade de trabalhar influencia a continuidade dos estudos, 67,3% dos estudantes concordaram acerca da determinância do trabalho na continuidade dos estudos.

Gráfico 12 - Influência do trabalho na continuidade dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse contexto, Dayrell (2003) “[...] explica que a juventude constitui um momento duro, de dificuldades concretas de sobrevivência, de tensões com as instituições, como no caso do trabalho e da escola”. Essas tensões representam não apenas dificuldades concretas, mas também moldam a percepção que o jovem tem de sua posição na sociedade e de seu país.

Sobre a relação trabalho e estudo, Dayrell (2003) declara que os jovens colocam em questão a imagem que lhes é atribuída, a da juventude como um momento de crise. Assim, os jovens compreendem que ser adulto é ser obrigado a trabalhar para fins de sustentar sua família, sob uma realidade que envolve baixa remuneração e trabalhos subalternos.

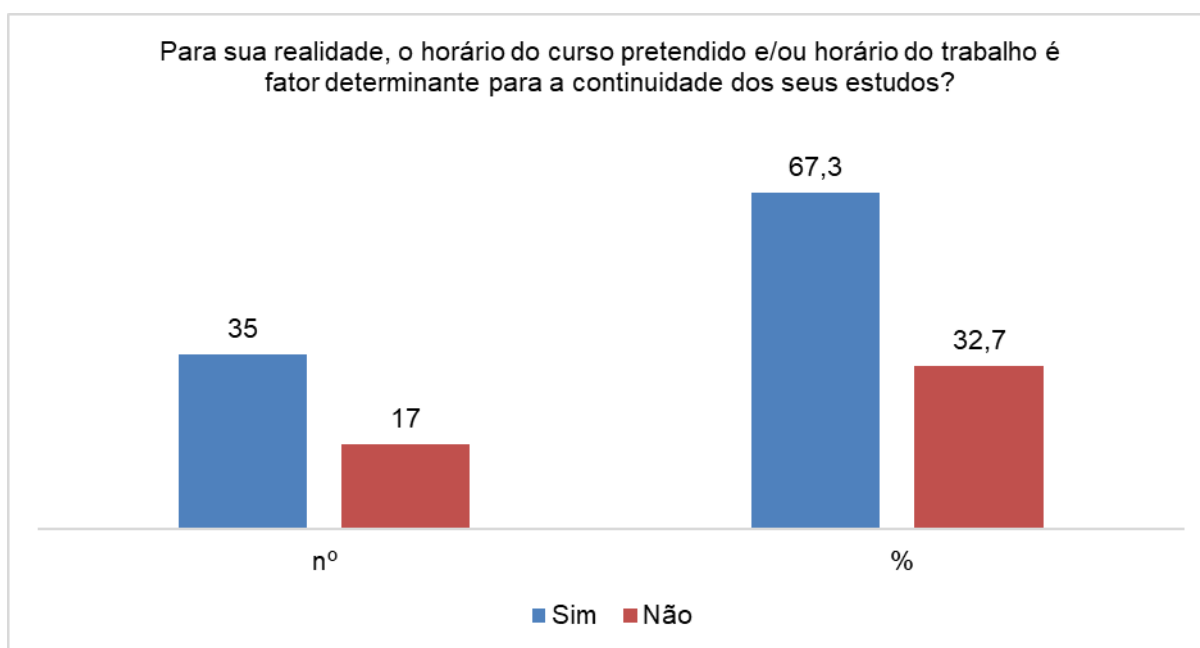
A vivência precária do emprego e do trabalho envolve modalidades múltiplas de “luta pela vida” que compreendem trabalho doméstico, eventual, temporário, parcial, oculto ou ilegal, pluri-emprego, formas múltiplas de desenrascanço a que a linguagem comum se refere com as sugestivas expressões de ganchos, *tachos* e *biscates* (Pais, 2001, p. 7, grifos do autor).

Em outras palavras, trata-se da ascensão ao momento de assumir uma postura ‘séria’, o que evoca uma crise, não pelo momento de vivência da juventude, mas sim pela saída desse estágio da vida, ficando clara a centralidade do trabalho no bojo das angústias do ser adulto, pelas pressões sociais e econômicas que dificultam sua integração e crescimento nesses ambientes.

Neste “fazer pela vida” é como se os jovens nos quisessem dizer que a vida necessita de algum tipo de trabalho para ser plenamente vivida. Não querem ser escravos do trabalho, mas também não o rejeitam, tanto como fonte de rendimento como de realização pessoal. Uma particularidade de muitos jovens contemporâneos é, por conseguinte, a de viverem um tempo de instabilidade e de incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência (Pais, 2001, p. 7, grifos do autor).

Nesse sentido, também, 67,3% dos jovens pesquisados consideram que, para suas realidades, o horário do curso que pretendem cursar e/ou o horário do trabalho é fator determinante para a continuidade dos estudos. Ao passo que 32,7% considerou que não há interferência do horário do curso/trabalho na continuidade dos estudos.

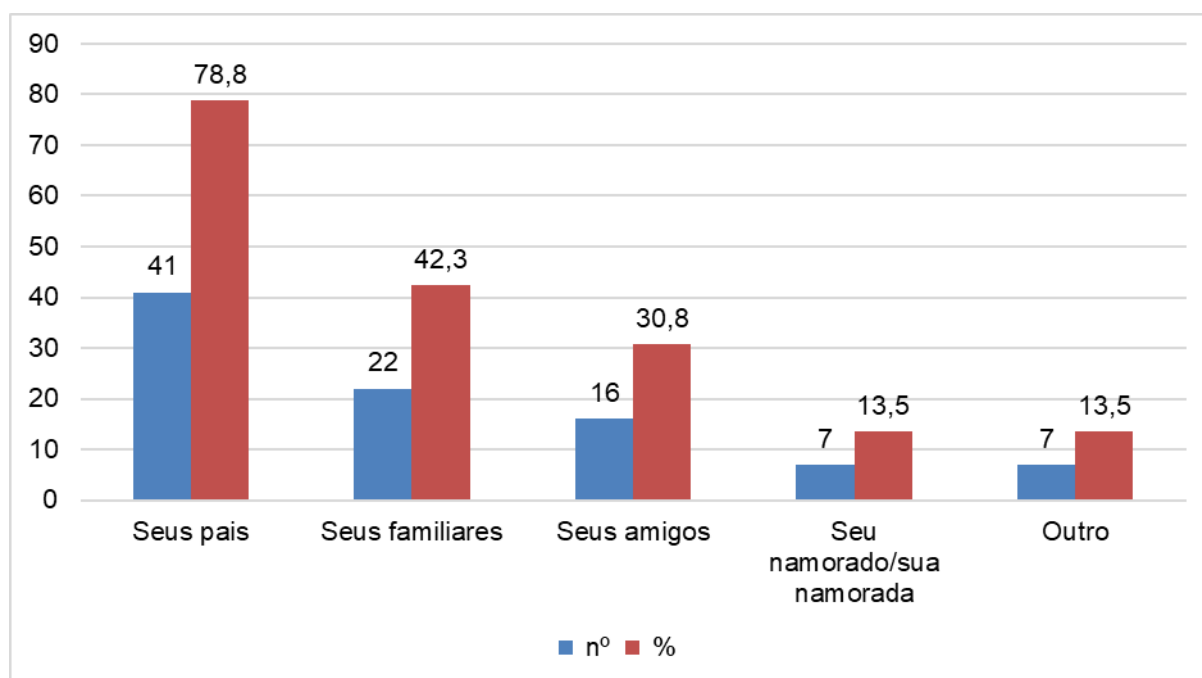
Gráfico 13 - Interferência do horário do curso/trabalho na continuidade dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No tocante às motivações para continuar estudando, a maioria dos estudantes identificou, no âmbito familiar, o maior motivador. Neste contexto, ao se depararem com a pergunta ‘Quem te motiva a continuar estudando?’, embora os estudantes pudessem eleger mais de uma alternativa, destacaram-se, nos primeiros lugares, as respostas que remetem a entes da família: a resposta ‘Seus pais’ foi marcada por 78,8%; ‘Seus familiares’ veio na segunda posição, com 42,3%; ‘Seus amigos’ aparece com 30,8%; e ‘Seu namorado/namorada’ registra 13,5%, mesmo percentual da resposta ‘Outro’.

Gráfico 14 - Motivações para continuidade dos estudos



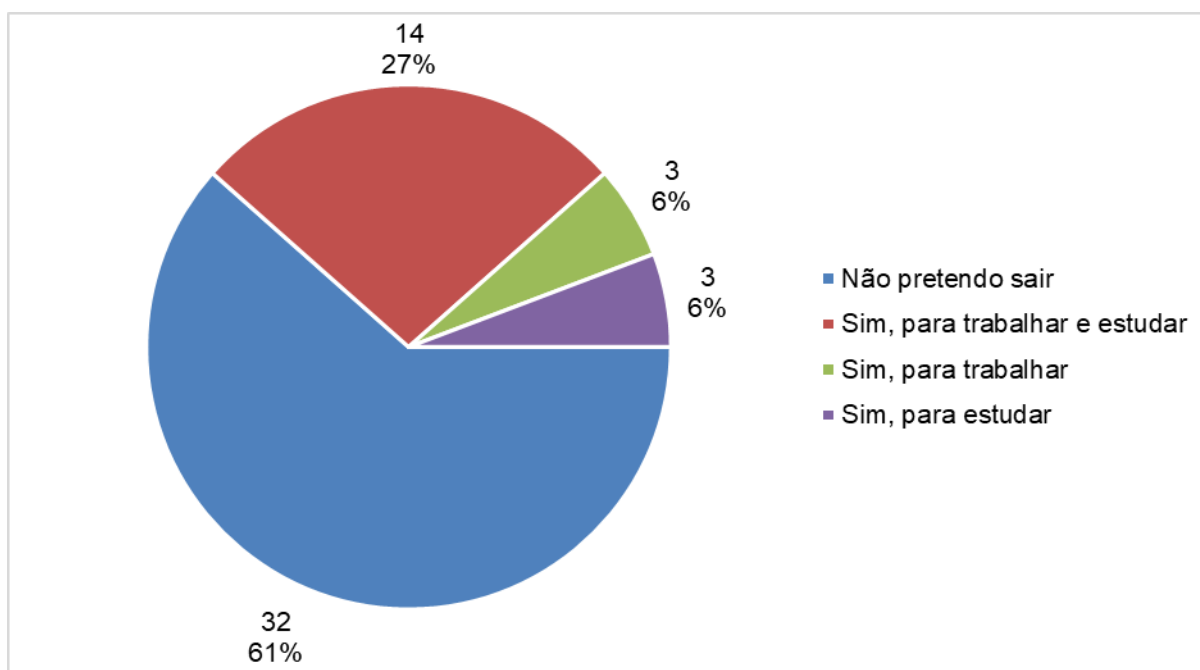
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse sentido, o autor Pais (2001), ao estudar a realidade de Portugal, cita a análise de Coleman sob uma perspectiva histórica das relações entre famílias e crianças/adolescentes na sociedade urbana e industrial:

[...] a família continua a revelar um grande interesse pelas mais novas gerações. O investimento em “capital humano” nos adolescentes é encarado, também, como um investimento no futuro da família. Os pais esperam que, na sua velhice, os filhos os possam ajudar. Os investimentos feitos na educação dos filhos cumprem estes anseios (Pais, 2001, p. 31).

Sobre a pretensão de sair da cidade para estudar ou trabalhar, a maior parte dos estudantes (61,5%) não pretendiam sair da cidade. Ao passo que 31,17% pareceram indicar centralidade no trabalho, visto que estes informaram que pretendiam sair para trabalhar e estudar (26,9%) ou apenas sair para trabalhar (5,8%). Também 5,8% dos estudantes responderam que pretendem sair apenas para estudar.

Gráfico 15 - Pretensão de sair da cidade para estudar/trabalhar



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

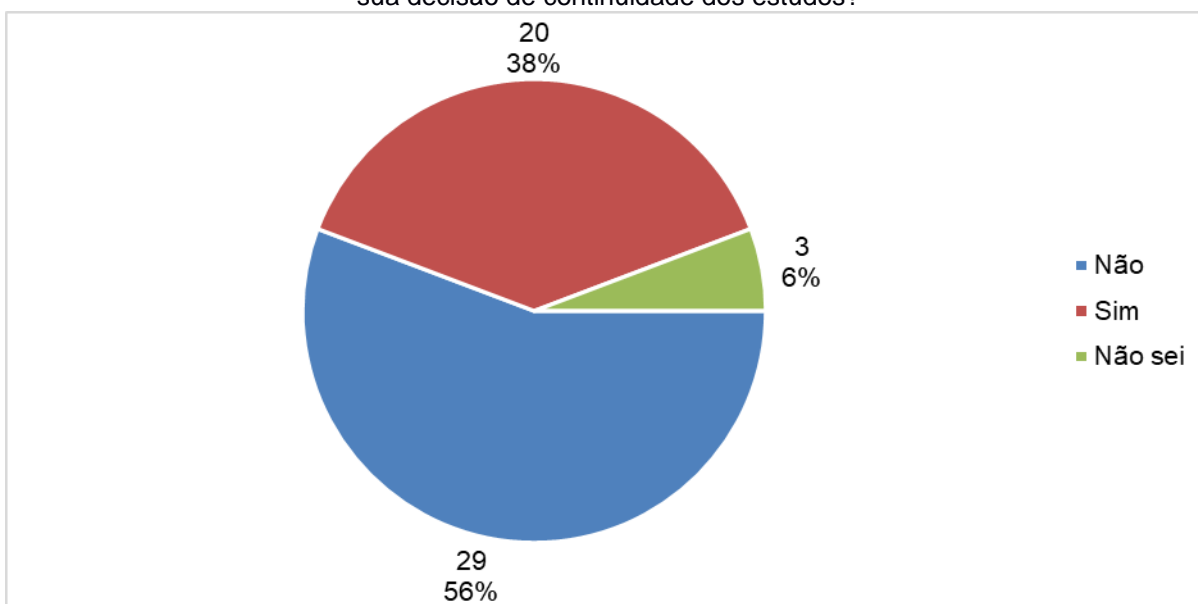
Novamente vale destacar a análise de Pais (2016) que ressalta a existência de uma ideologia fomentadora de uma “ética do trabalho” que advém dos pais que tradicionalmente evocam a inserção precoce das crianças e jovens no mundo do trabalho.

[...] – é o argumento esgrimido – “o trabalho é a melhor escola da vida”. Esta ideologia, apoiada numa “ética tradicional do trabalho”, transparece claramente em alguns adágios portugueses:

- “Mocidade ociosa, velhice vergonhosa”.
- “A quem trabalha Deus ajuda”.
- “Não há honra sem trabalho”.
- “Trabalho de menino é pouco, mas quem não o aproveita é louco”. –
- “Quem em novo não trabalha, em velho dorme numa palha”.
- “De pequenino se torce o pepino” (Pais, 2016, p. 36, grifos do autor).

Quando os estudantes foram perguntados sobre a influência da distância entre residência e instituição educacional na continuidade dos estudos, 55,8% (29) disseram que isso não influencia na sua decisão de continuar estudando contra 38,5% (20) que responderam positivamente à pergunta realizada. No entanto 5,8% (3) dos estudantes responderam ‘Não sei’.

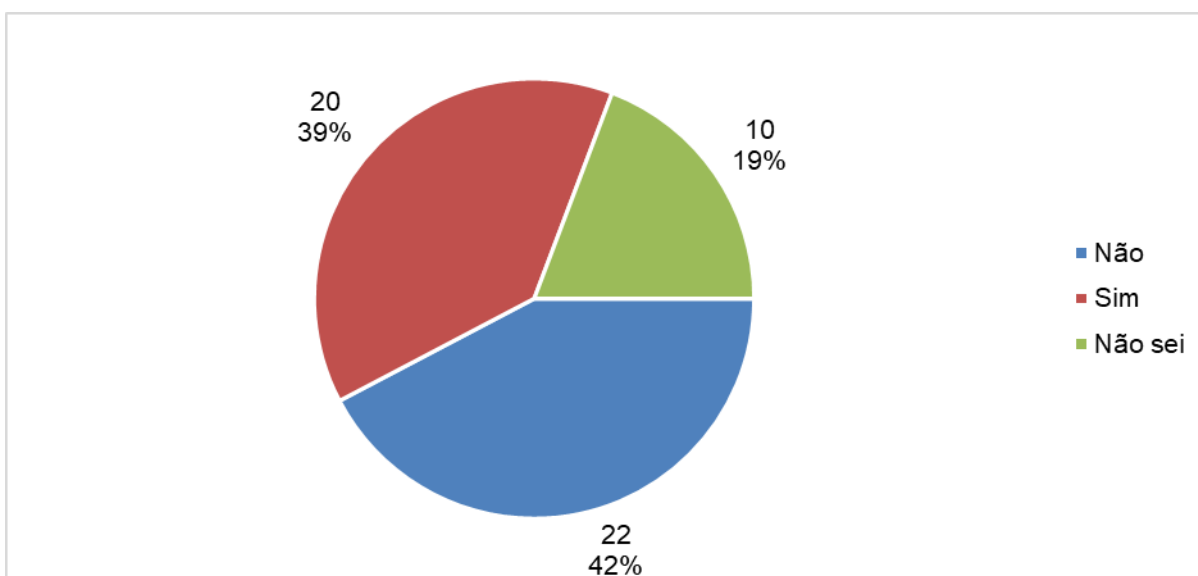
Gráfico 16 - A distância entre a sua residência e uma possível instituição educacional influencia na sua decisão de continuidade dos estudos?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sobre a pretensão de atuar como técnico em informática após concluir o curso, a maioria dos estudantes, 42,3% respondeu que não; 38,5% respondeu que sim; e 19,2% que não sabem. Essas respostas remetem a uma análise que revela um cenário em que a percepção dos entrevistados sobre a atuação como técnico em informática é diversa, com uma distribuição que pareceu indicar diferentes graus de satisfação ou insatisfação.

Gráfico 17 - Você pretende atuar como técnico em informática após concluir o curso?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A resposta mais comum, escolhida por 22 (42,3%) dos estudantes perguntados, sugere que uma parcela vê aspectos específicos positivos na função, embora isso não implique necessariamente satisfação com a carreira como um todo. Além disso, 20 (38,5%) responderam afirmativamente, o que denota uma avaliação favorável ou ao menos uma acessibilidade da profissão. No entanto, uma proporção de 19,2% que respondeu 'Não sei' evidencia um núcleo de 10 entrevistados que possivelmente encontra aspectos frustrantes, desmotivadores ou imprevisíveis na atuação como técnico em informática.

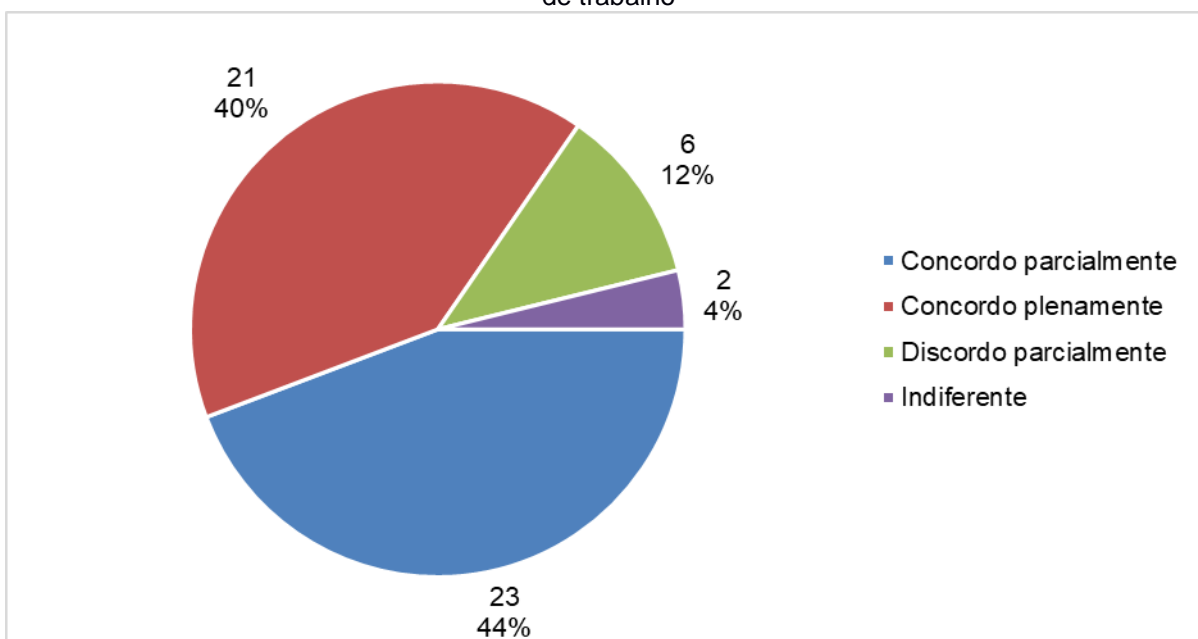
Nesse sentido, Pais (2016) retrata as dificuldades com que os jovens se deparam, em que anseios profissionais associam-se ao peso das transições para a vida adulta, como verdadeiros labirintos, pontos críticos de vida.

Os jovens elaboram guíões múltiplos de futuro mas, muitas vezes, o futuro não se deixa guiar por nenhum deles. As intervenções políticas dirigidas aos jovens procuram também planificar o futuro mas as realidades imprevisíveis criam condições de incerteza que, muitas vezes, invalidam esses planos. (Pais, 2016, p. 7-8).

Esse panorama é significativo e pode indicar um desejo pela profissão, ou pode estar associado a fatores como a falta de oportunidades de desenvolvimento, a ausência de um plano de carreira bem definido e caminhos para os avanços da profissão. Além disso, pode sugerir que uma parte considerável dos estudantes, embora tenha acessado a formação técnica por meio do Ensino Médio Integrado, não pretende atuar na área ou verticalizar suas formações, mas teve um interesse maior na qualidade de ensino de uma instituição de EPT como o IFC. Esses estudantes podem ter pretensões, após o Ensino Médio, de escolher outras possibilidades de nível superior não relacionadas à sua área de formação em nível técnico.

Considerando os sinais relevantes desses dados, os ensinamentos de Kaplún (2003) ressaltam a importância da busca pelas ideias prévias dos sujeitos pesquisados. Ainda no mesmo sentido, os estudantes responderam sobre a contribuição do Ensino Médio Integrado (EMI) para a melhoria de suas percepções acerca do meio acadêmico e do mercado de trabalho.

Gráfico 18 - Contribuição do EMI para a melhoria da percepção sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho



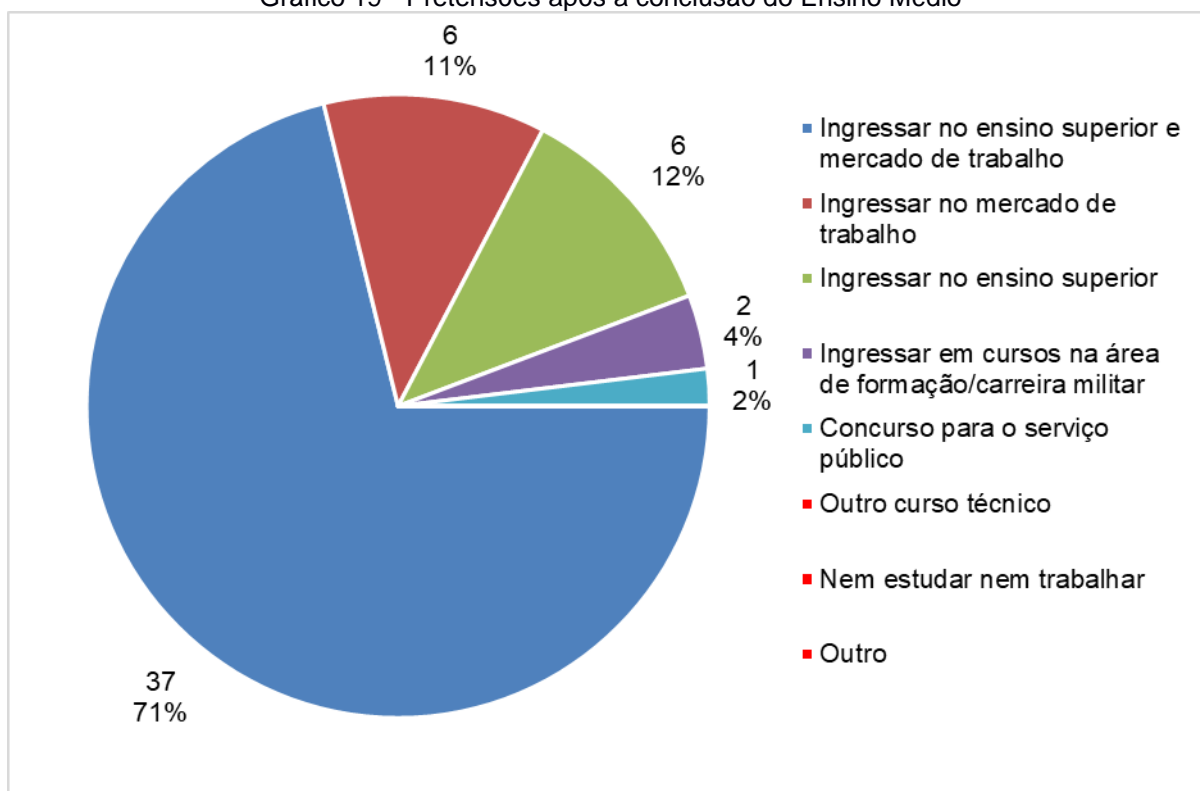
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nesse aspecto, um total de 44 (88,6%), dos 52 que responderam, concordaram parcialmente ou plenamente que o EMI ajuda em suas percepções sobre os dois temas. Saber sobre o quanto os estudantes saem do Ensino Médio com conhecimentos para acessar o ensino superior tem especial relevância, mesmo em face à fragilidade em termos de conhecimento sobre esse tema, visto que a falta desse conhecimento pode influenciar na evasão universitária, isso por não ter, o estudante, entendimento da devida realidade do curso, antes do seu ingresso na graduação.

O fenômeno da evasão pode ocorrer por diversos motivos, se destacando, dentre eles: dificuldade financeira; falta de vocação; descontentamento com o método didático-pedagógico da instituição; motivos pessoais – como doença grave ou morte –; e transferência de domicílio. No momento em que o estudante ingressa no ensino superior, ainda não saberia qual profissão escolher e não teria informações suficientes sobre o curso em que está ingressando, sendo, portanto, esse desconhecimento um dos principais fatores que levam os estudantes universitários à evasão (Gomes *et al.*, 2010 *apud* Queiroz, 2019, p. 15).

O entendimento do conhecimento dos estudantes sobre o universo de possibilidades existentes com o término do ensino médio remete à pergunta 'O que você pretende fazer após a conclusão do ensino médio?'.

Gráfico 19 - Pretensões após a conclusão do Ensino Médio



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Relativamente às pretensões após a conclusão do Ensino Médio, a maior parte dos inquiridos afirmou que pretende ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho. Notadamente 71,2% (37) informaram querer esse ingresso simultâneo, contra 11,5% (6) que pretendiam apenas ingressar no mercado de trabalho e 11,5% (6) que disseram querer ingressar apenas no ensino superior. Houve ainda 1 estudante (1,9%) que pretendia fazer concurso para ingresso no serviço público e 2 estudantes (3,8%) que responderam 'Ingressar em cursos na área de formação/carreira militar'.

O fenômeno dos jovens nem-nem tem sido destacado por especialistas contemporâneos que evidenciam a realidade heterogênea de jovens sem estudo e sem trabalho, haja vista o cenário desafiador de falta de oportunidades de trabalho, educação e qualificação, o que desemboca em falta de perspectivas para a juventude.

A ampla literatura a respeito dos nem-nem trouxe valiosas contribuições que permitiram avançar muito na compreensão sobre os contornos dessa população. Inúmeros estudos já apontaram que as desigualdades de gênero, raça e renda marcam as trajetórias desses jovens na escola e no mundo do trabalho. Ser mulher, especialmente com filhos; ser pobre; ser negro; ter baixa escolaridade; e morar em domicílios com maior número de

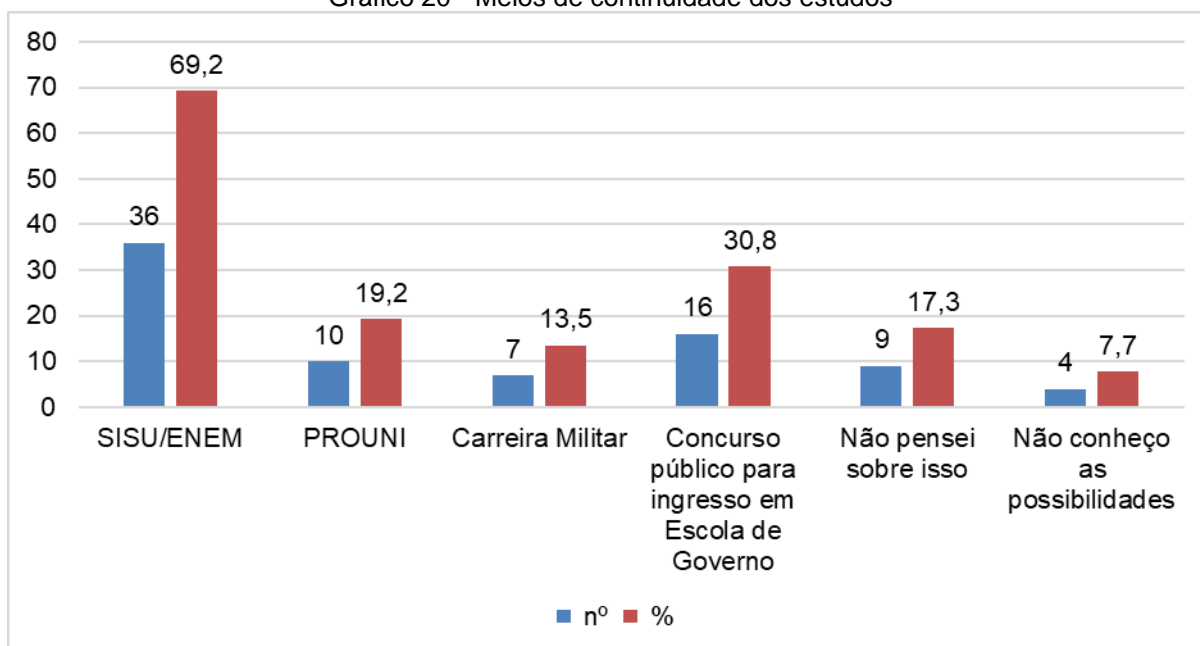
crianças, ou outra pessoa que exige cuidados aumentam expressivamente as chances de um jovem se tornar nem-nem por um curto ou longo período de sua vida. (Silva; Vaz, 2022, p. 106).

Apesar disso, no caso em tela, as respostas dos estudantes pesquisados pareceu demonstrar uma tendência desses jovens em querer buscar e experimentar caminhos novos. Nenhum dos inquiridos considerou como pretensão 'Nem estudar nem trabalhar', assim como 'Outro curso técnico' também não esteve no horizonte dos participantes. Ao mesmo tempo, não houve quem respondesse 'Outro' como forma de indicar que tinha alguma pretensão diferente das que foram contempladas na pergunta 'O que você pretende fazer após a conclusão do Ensino Médio?'.

De forma geral, no presente tema analisado, esses jovens concluintes do Ensino Médio Integrado, na cidade de Blumenau, pareceram manifestar boas perspectivas. A impressão obtida junto aos sujeitos da pesquisa e suas respostas quanto às pretensões, é que pairava entre eles um desejo evidente de ir além das experiências já vivenciadas, com abertura para conhecer diferentes possibilidades.

Quanto ao conhecimento sobre os meios de continuidade dos estudos, 69,2% assinalaram que conhecem os processos relacionados ao SISU/ENEM e 19,2% afirmaram conhecer o PROUNI. Chamou atenção deste pesquisador o fato de 30,8% marcarem que conhecem o meio dos Concursos Públicos para ingresso em Escolas de Governo, enquanto que apenas 13,5% afirmaram ter conhecimentos sobre a Carreira Militar como meio de continuidade dos estudos. Por outro lado, houve também quem declarou não conhecer as possibilidades, o que representou 7,7%, e ainda quem respondeu 'Não pensei sobre isso', o que significou 17,3% dos participantes

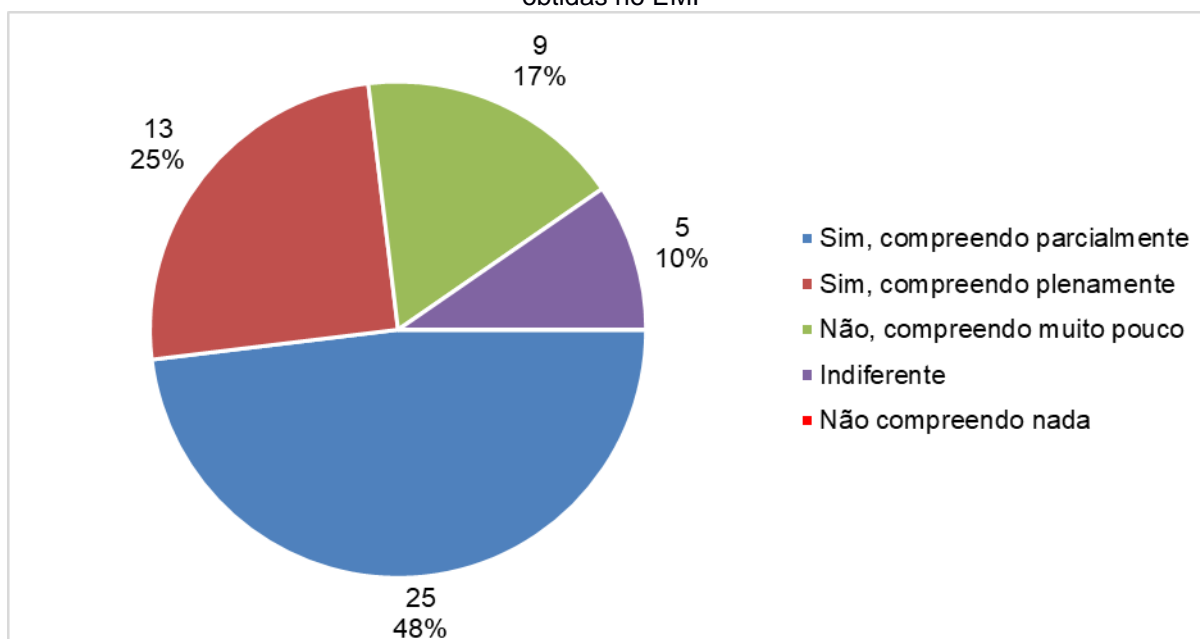
Gráfico 20 - Meios de continuidade dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como vê-se abaixo, destacaram-se as respostas à pergunta nº 21 do questionário (Apêndice A), 'A informação que você recebeu durante o EMI foi suficiente para que você compreendesse os processos necessários para acessar essas possibilidades de continuidade dos estudos?'. A partir dessa pergunta foi possível verificar que a maioria dos estudantes não demonstrou conhecer os processos necessários para continuidade dos estudos após o Ensino Médio. Pois, quando perguntado, aos estudantes do 3º ano, sobre a suficiência das informações, no decorrer do Ensino Médio Integrado, à compreensão dos processos necessários para acessar possibilidades de continuidade dos estudos após o EMI, apenas 25% desses estudantes responderam conhecer plenamente esses processos.

Gráfico 21 - Compreensão das possibilidades de continuidade dos estudos, a partir das informações obtidas no EMI



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Desta forma, 39 estudantes (75%) do total de 52, responderam que têm compreensão parcial, compreendem muito pouco ou são indiferentes ao assunto. Não houve quem respondesse que não compreendia nada.

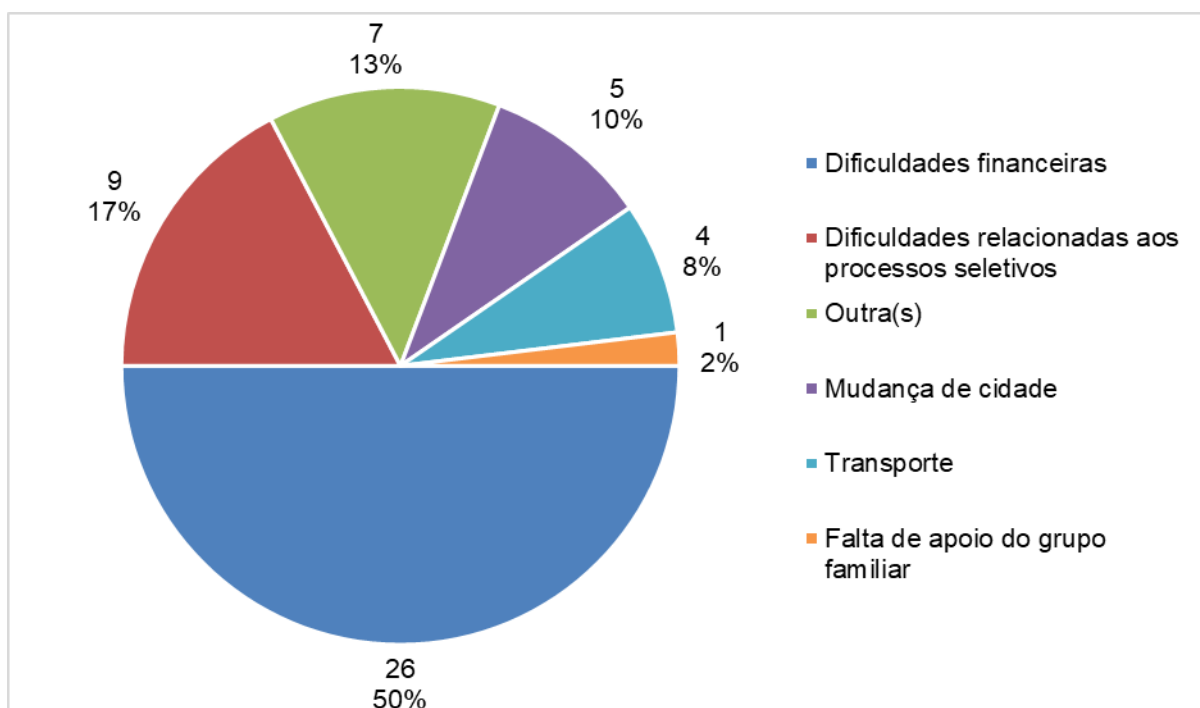
A análise desse dado apontou para a comprovação da pertinência de ser realizado um processo educativo que levasse esses conhecimentos ao referido público, visto que o percentual de 75% representou os estudantes que informaram, em algum grau, carecer de conhecimentos sobre a temática ou, que, uma vez que se encontravam indiferentes, poderiam despertar à importância de compreender os processos necessários à continuidade dos estudos, a partir do contato com uma experiência em que o assunto fosse abordado.

Segundo dados da PNAD 2023 (IBGE, 2023), quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado a escola, esses jovens indicaram a necessidade de trabalhar como o fator principal. Entre os brasileiros, esse contingente chegou a 41,7%. Para os homens, 53,4%, esta é a razão que os levam a parar de estudar, mas 25,5% responderam que a razão é 'não ter interesse em estudar'. No caso das mulheres, o principal motivo para cessar os estudos também é o trabalho (25,5%); e o segundo maior fator, a gravidez (23,1%). Entre as mulheres, a não vontade de estudar ocupa a 3ª posição, com 20,7%, visto que, em

todas as regiões do Brasil, o principal motivo informado para parar os estudos está relacionado ao fato de ter que trabalhar (IBGE, 2023).

Analogicamente a esse fato, no caso pesquisado dos estudantes do Ensino Médio Integrado, metade deles (50%) aponta as dificuldades financeiras como o principal obstáculo à continuidade dos estudos.

Gráfico 22 - Dificuldades enfrentadas para continuidade dos estudos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Logo, a dificuldade financeira dialoga com o fato de que 71,2% responderam que pretendem 'Ingressar no Ensino Superior e no mercado de trabalho', concomitantemente, ao terminarem o Ensino Médio.

Estes dados indicam o que está na perspectiva desses jovens: a dupla jornada, trabalho e estudo. Nesse sentido, os dados publicados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2022, sobre as matrículas em cursos superiores, corroboram a preocupação dos estudantes, visto que o estudo apontou naquele ano que somente 21,8% da população entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos estava matriculada no ensino superior (INEP, 2022).

Importante registrar que logo após a dificuldade financeira, a segunda dificuldade para continuidade dos estudos mais apontada pelos inquiridos, é a

relacionada aos processos seletivos, que foi respondida por 17,3% dos participantes. Ainda, a mudança de cidade foi vista como dificuldade para 9,6% do público pesquisado, 7,7% considerou o transporte e 1,9% destacou a falta de apoio familiar como obstáculo à continuidade dos estudos.

Em termos de políticas públicas, esses dados podem servir de alerta ao desenvolvimento de programas de incentivo à permanência universitária, como bolsas de estudo, financiamentos viáveis e iniciativas de apoio psicológico e financeiro aos estudantes. Além disso, uma dupla jornada pode implicar em níveis de estresse elevados e na redução do desempenho acadêmico, tornando o processo de formação mais demorado e oneroso para esses estudantes.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) está situado no âmbito dos Programas de Pós-Graduação Profissionais. No caso em tela, o Produto Educacional decorre do resultado de um trabalho realizado por este pesquisador no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, que tem o potencial de contribuir com os processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos. Para tanto, o desenvolvimento de um Produto Educacional busca responder a uma pergunta/problema com origem na área profissional (Brasil, 2019).

Segundo a definição apresentada no Documento de Área de Ensino (Brasil, 2019), o Produto Educacional resulta de um processo criativo originado de um projeto de pesquisa, cujo objetivo é responder a uma pergunta, resolver um problema ou atender a uma necessidade concreta relacionada ao campo da prática profissional. Assim, pode-se afirmar que o PE surge das inquietações, problematizações e experiências que o pesquisador vivencia no meio educacional ao qual pertence, sendo a concretização de sua pesquisa. Ao materializar-se, o PE se torna uma possibilidade de estimulação e construção de conhecimentos que são transmitidos à sociedade (Pinheiro; Aires, 2023).

Então, a necessidade de desenvolver um Produto Educacional (PE) surgiu a partir da minha atuação profissional como Auxiliar em Administração, no atendimento aos estudantes do Ensino Médio Integrado, no contexto de um Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional, realizado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau. O contato e as experiências vivenciadas com os estudantes, para apoiá-los em suas diversas demandas, em estreita colaboração com a equipe multiprofissional, me permitiram levantar a seguinte questão: Em que medida as possibilidades de continuidade dos estudos são conhecidas e/ou identificadas pelos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado (EMI)?

Como possibilidades de produtos educacionais, o Documento da Área de Ensino (Brasil, 2019) apresenta: vídeos, videoaulas, animações, quadrinhos, páginas de internet, oficinas, processos, técnicas ou metodologias, entre outros. Todavia, o Documento para os Mestrados Profissionais registra diversas categorizações de produtos educacionais como mídias educacionais, protótipos

educacionais, propostas de ensino e atividades de extensão (Brasil, 2016, p. 14). Quanto às fichas de avaliação para o quadriênio 2013-2016, no que dizem respeito ao Mestrado Profissional, enquadram-se no quesito 4 - Produção Intelectual, estabelecendo 4 subclassificações, entre as quais se encontram a 4.2, que versa sobre a Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes:

(i) Desenvolvimento de material educacional: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual (livros didáticos ou paradidáticos e outros); materiais interativos; atividades de extensão (cursos, oficinas e outros); desenvolvimento de aplicativos (Brasil, 2016, p. 44).

Um dos comentários, contido nesse documento, associado ao aludido quesito, reforça o que um dos tópicos traz ao discorrer sobre prestação de serviço técnico, pois isso resgata uma das importantes finalidades do Mestrado Profissional, que é prestar atendimento às demandas da sociedade.

Por conseguinte, o Produto Educacional deve apresentar, em sua essência, a aplicação dos conhecimentos produzidos. Esses conhecimentos devem ser organizados de tal forma que possibilitem a sua replicação no contexto real via produtos e processos educativos. Nesse sentido, a CAPES aponta para o desenvolvimento de:

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do Produto Educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 15).

Nesse aspecto, verificou-se, também, durante a aplicação do questionário, que construir um processo formativo a respeito de tal tema seria relevante e que nessa proposta deveria existir formas e utilização de recursos que pudessem oportunizar um momento/espço de diálogo com os estudantes.

A propósito, sobre a necessidade do diálogo no processo de pesquisa, trata-se de algo que deve ir além da literatura, sobretudo com foco nos Programas na modalidade profissional, visto que é fundamental que ele se estabeleça com o ambiente da prática profissional, com os produtos educacionais correlatos etc. (Mendonça *et al.*, 2022).

Portanto, a escolha de um caminho que privilegia formas de interação, pareceu aos olhos deste pesquisador algo fundamental para que se chegasse a um resultado interessante, pois, segundo Farias (2019 *apud* Mendonça, 2022), a concepção do Produto Educacional ocorre de forma interativa, iterativa e incremental.

Interativa porque requer observação do universo que permeia o problema e interação com as pessoas envolvidas. Iterativa porque a solução requer “idas e vindas” a fim de elaborar e reelaborar a compreensão do problema e a construção da solução. Incremental pois novas informações podem ser adicionadas ao longo do tempo (Farias, 2019, p. 15 *apud* Mendonça *et al.*, 2022, p. 6).

Estas percepções ajudaram a pavimentar o desenvolvimento de um Produto Educacional que fosse além de um material físico e tangível. Nesse sentido, a definição de oficinas pedagógicas trazidas por Pinheiro e Aires (2023) inspiraram a manutenção da ideia original de desenvolvimento de uma oficina:

[...] oficinas pedagógicas são espaços de construção do conhecimento nas práticas educativas, que promovem o investigar, o agir, conciliando o trabalho individual e coletivo, mesclando teoria e a prática, como instrumentos de aprendizagem (Veja; Schirmer, 2008 *apud* Pinheiro; Aires, 2023, p. 12157).

Vê-se, então, uma percepção de uma real solução para a problemática aventada.

Nessa direção, o pós-graduando ao compreender a importância e o impacto do PE por ele gerado no ambiente onde foi desenvolvido, contribuirá para a pesquisa translacional, principalmente ao considerarmos sua atuação no diálogo para construção do conhecimento (Mendonça *et al.*, 2022, p. 6).

Tendo em vista as constatações acima, o Produto Educacional que se desenvolveu nesta pesquisa visou estabelecer um espaço de conversa com os estudantes, trazendo-lhes informações sobre as possibilidades de formação que eles podiam ingressar após o término do Ensino Médio. Então, foi neste momento/espaço que foram inseridos os meios e ferramentas necessários a esse processo, isso, com o intuito de aproximar os estudantes ao diálogo e, por consequência, criar o ambiente em que o público-alvo seja beneficiado pelo conhecimento.

## 5.1 Caracterização do Produto Educacional

Por meio desta pesquisa, buscou-se a elaboração de um Produto Educacional no formato de oficina, a fim de propiciar o espaço à construção de conhecimentos sobre possibilidades de continuidade dos estudos aos estudantes, após o término do Ensino Médio. Como ponto de partida, procurou-se investigar o que há de mais elementar, em termos dos conhecimentos, em que os estudantes demonstraram que não têm saberes a respeito da temática. Esperava-se, por exemplo, que houvesse a necessidade de esclarecer sobre o que é o ensino superior, bem como os tipos de cursos que estão circunscritos nesse nível de ensino, dentre outras oportunidades menos debatidas. Desta forma, o produto foi desenvolvido a partir das demandas educacionais identificadas sob a análise do objeto de pesquisa, através de um questionário embasado no referencial teórico abordado neste estudo.

A priori, a concepção de um Produto Educacional é contemplada por eixos estruturantes, que se trata dos pilares descritos por Kaplún (2003). Estes eixos estão contidos no PE que é entendido pela CAPES como:

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional [...] (Brasil, 2019, p. 16).

A elaboração do Produto Educacional (PE) foi guiada pelos três pilares destacados por Kaplún: o conceitual, o pedagógico e o comunicacional. Ademais, por se tratar de um material educacional conforme os critérios da CAPES, buscou-se seguir a orientação do autor sobre mensagens educativas ao declarar que “Entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado” (Kaplún, 2003, p. 46). Ainda, sobre material educativo, Kaplún (2003) esclarece:

[...] um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido [...] (Kaplún, 2003, p. 46).

A partir do pressuposto acima, Kaplún (2003) conceitua o eixo conceitual, que versa sobre a escolha das ideias centrais do Produto Educacional, considerando os sujeitos e o contexto em que o tema aventado se encontra. Além disso, segundo

Kaplún (2003), compõem o PE as contribuições dos debates em torno do tema e as opiniões de autores sobre o assunto: “Voltemos agora ao que chamamos *aventura da criação* de um material ou de uma mensagem educativa, em seu aspecto - aparentemente - mais monótono ou menos aventureiro: a investigação prévia [...]” (Kaplún, 2003, p. 48).

Destarte, Kaplún (2003) ainda aponta a importância dos conhecimentos e das mensagens comunicadas pelo material educativo. Nesse ínterim, é importante destacar a interpretação de sentido do eixo conceitual descrito por Kaplún (2003) que, sob o olhar cuidadoso do estudioso Area-Moreira (2010 *apud* Ribeiro, 2024, p. 21), aponta a perspectiva semântica desse eixo como “[...] informações e mensagens que são comunicadas pelo material educativo, englobando, também, uma postura política e social, manifestando entendimentos de mundo, sociedade e educação, por exemplo.”

Salienta-se que a imagem escolhida para inaugurar a apresentação da oficina foi a gravura de um rio, pois, sua simbologia, segundo Chevalier e Gheerbrant (2021):

[...] O simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da *possibilidade universal* e o da *fluidez das formas* (F. Schuon) [...] Ele [o rio] é o símbolo das águas superiores, [...] na sua qualidade de rio que tudo purifica, é instrumento de libertação [...] (Chevalier; Gheerbrant, 2021, p. 858, grifos dos autores).

Imagem 1 – Desenho do rio que flui por campos verdes



Fonte: Public Domain Vectors (s.d.)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://publicdomainvectors.org/pt/vetorial-gratis/Desenho-do-rio-que-flui-por-campos-verdes/>

Devido ao título "Possibilidades de Continuidade dos Estudos", o primeiro *slide* da oficina apresentou a imagem de um rio serpenteando por uma planície, exibindo paisagens naturais e áreas modificadas pela ação humana. A imagem simboliza movimento, fluidez e continuidade da água, que flui incessantemente, mas nem sempre de forma reta. Esses desvios impactam e são impactados pelas vidas e paisagens ao seu redor. Essa metáfora ilustra os caminhos que os estudantes podem trilhar, bem como as transformações internas e externas às quais serão submetidos e influenciados durante o percurso. Essa simbologia é perfeita para representar o momento, aplicando-se à superação de desafios pessoais, à libertação de antigos hábitos e à busca por renovação e novas possibilidades.

Para esse fim, essa etapa conceitual levou em consideração as pesquisas temáticas sobre esse assunto, a revisão do marco teórico e as impressões havidas com o público pesquisado, pois, segundo Kaplún (2003, p. 48): "[...] a opinião de peritos ou a leitura de textos não bastará: devemos conhecer também os contextos pedagógicos e, principalmente, os sujeitos aos quais está destinado o material".

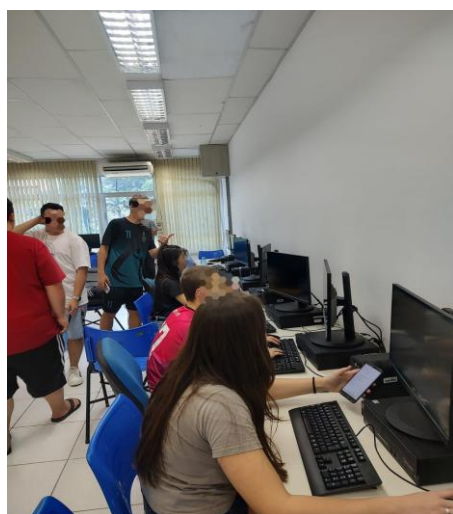
Nesse aspecto, é importante destacar a aplicação do questionário com os participantes da pesquisa e com a análise dos dados coletados que contribuíram para a escolha dos pontos centrais e secundários, os quais foram abordados com os estudantes na aplicação do PE. Considerando os eixos propostos por Kaplún (2003), estas ações permitiram pré-alimentar a mensagem educativa, visto que: "[...] saber o que sabem, o que querem, o que pensam, imaginam, ignoram do tema em questão e a quais necessidades nosso material poderia responder [...]" (Kaplún, 2003, p. 49), guardam importante interseção com o eixo pedagógico, pois são determinantes para a construção deste.

Quanto ao eixo pedagógico, esse é o fomentador principal deste PE. Para Kaplún (2003, p. 54): "Expressa o caminho que estamos convidando alguém a percorrer, que pessoas estamos convidando e onde estão essas pessoas antes de partir". Assim, conforme explicitado, no âmbito da pesquisa como ponto de partida, houve a aplicação de um questionário (Apêndice A) aos estudantes do 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, a fim de verificar uma possível lacuna referente aos caminhos a serem percorridos para a continuidade de seus estudos.

No *Campus* Blumenau, os estudantes da série e curso citados estão divididos em duas turmas: turma 301 Informática e turma 302 Informática. Ambas as turmas foram previamente consultadas sobre a participação na pesquisa. Em datas anteriores à aplicação do questionário, foi realizada a coleta da documentação de autorização de cada participante, incluindo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice C) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE – Apêndice D).

Os estudantes da turma 301 Informática, em horário regular de aula, foram conduzidos, sob a orientação deste pesquisador, ao laboratório D05, do *Campus* Blumenau, para responderem ao questionário nos computadores ou via aparelhos celulares próprios. A atividade se deu em parte do horário da disciplina de Sociologia, que foi cedido pelo Prof. Dalton Reis, entre 11h35 e 12h do dia 21 de novembro de 2023.

Imagem 2 - Turma 301



Fonte: Acervo do autor (2023).

Os estudantes da turma 302 Informática, em sua habitual sala de aula e em horário regular, receberam a visita deste pesquisador para que respondessem ao questionário, tendo como ferramenta principal seus celulares. A atividade se deu em parte do horário da disciplina de Física, que foi cedido pela Profa. Cíntia Passos, no horário compreendido entre 10h20 e 10h45, no dia 22 de novembro de 2023.

Imagem 3 - Turma 302



Fonte: Acervo do autor (2023).

Com base nas respostas do questionário aplicado, identificou-se a necessidade de fornecer conhecimentos sobre a temática abordada. As respostas à pergunta nº 21 do questionário (Apêndice A) mostraram que a maioria dos estudantes não conhecia os processos necessários para a continuidade dos estudos após o Ensino Médio, o que confirmou a relevância de um processo educativo para transmitir esses conhecimentos ao público-alvo. Esses dados fundamentaram o desenvolvimento do PE oficina, idealizado no contexto da pesquisa e baseado no estudo de Kaplun (2003, p. 60) sobre a construção do eixo pedagógico, que “[...] implica uma análise dos destinatários da mensagem, propondo identificar suas ideias construtoras e os possíveis conflitos conceituais a provocar”.

Ademais, para Káplun (2003, p. 49):

[...] para que qualquer aprendizado seja possível, é fundamental conhecer as “ideias prévias” dos sujeitos, com respeito ao tema a ser abordado. Ou, como preferimos aqui, as “ideias construtoras” dos sujeitos: aquelas sobre as quais, com as quais e, frequentemente, contra as quais se vai tentar construir uma nova percepção, uma nova conceitualização, habilidade etc.

Ainda, conforme Kaplún (2003), no eixo pedagógico está a concretização da prática pedagógica na relação entre o material e a forma de interação dos sujeitos; e no eixo conceitual, os conhecimentos e conceitos comunicados.

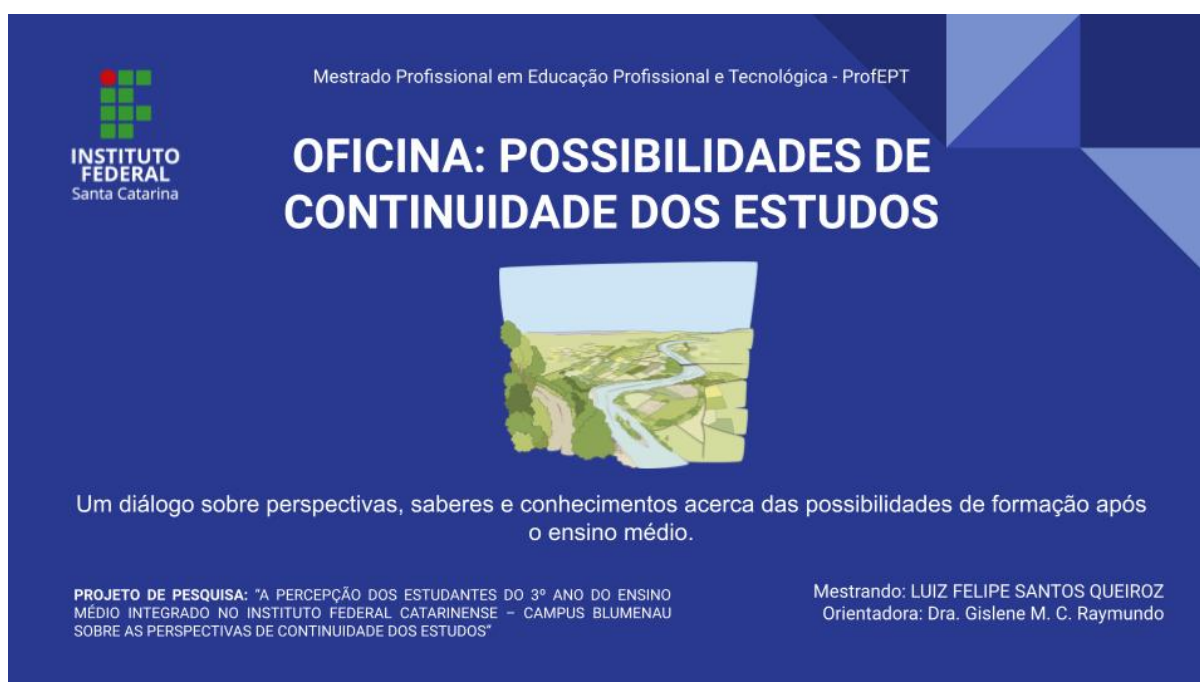
Portanto, tem-se, da concretização desses dois eixos, o eixo comunicacional, que é a forma como o produto se materializa para transmitir ao público uma mensagem que leve a aprendizagens, por meio de símbolos, códigos e formas.

[...] será preciso inventar histórias, criar personagens, inventar paisagens visuais ou sonoras. Será preciso compor canções, inventar brincadeiras, escrever cartas ou poemas. Será preciso animar-se a romper moldes para que a mensagem educativa não seja, uma vez mais, equivalente a um sermão impresso, ou a uma chatice audiovisual (Kaplún, 2003, p. 54).

Além disso, considerando que o eixo comunicacional abrange a apresentação do Produto Educacional (PE), incluindo o formato e a linguagem utilizada na oficina, os estudantes das turmas 301 e 302 do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio foram previamente convidados e conduzidos a uma sala de aula maior (sala D04 do *Campus* Blumenau). Essa sala foi preparada no formato tradicional, com carteiras voltadas para a lousa, permitindo que algumas ações planejadas fossem realizadas, como a visualização de *slides* e a distribuição de material gráfico, um infográfico (Apêndice B), durante a oficina.

No início da oficina, foi feita uma introdução apresentando a proposta de realizar um diálogo sobre perspectivas, saberes e conhecimentos relacionados às possibilidades de formação após o Ensino Médio, sob o título 'Possibilidades de Continuidade dos Estudos'. Nesse momento, os estudantes foram brevemente lembrados, a partir da projeção do *slide* capa da oficina, que se trata de um Produto Educacional pensado por este pesquisador no âmbito do Projeto de Pesquisa, que tem como título 'A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, sobre as perspectivas de continuidade dos estudos', sob a orientação da Profa. Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo.

Imagem 4 - *Slide* – Oficina: Possibilidades de Continuidade dos Estudos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Desta forma, os 35 estudantes que compareceram à oficina foram instigados com a seguinte pergunta: 'Quando você pensa em continuidade dos estudos, o que vem à sua cabeça?'. A questão foi apresentada em *slides*, desenvolvidos no *PowerPoint* e *Apresentações Google*, ferramentas que apoiaram a exposição do pesquisador durante todo o evento.

Faz-se mister destacar que, cada vez mais, tem sido necessário incorporar recursos tecnológicos digitais e explorar seus benefícios nos processos de ensino e

aprendizagem (Rocha, 2021). No entanto, conforme Freitas (2021), fundamentado em Pagán (1995) e em Santos Guerra (1991), também é importante que haja ponderação na utilização desses recursos, pois “[...] os chamados meios audiovisuais e as chamadas novas tecnologias não possuem em si uma capacidade didática inexorável” (Pagán, 1995; Santos Guerra, 1991 *apud* Freitas, 2021, p. 13).

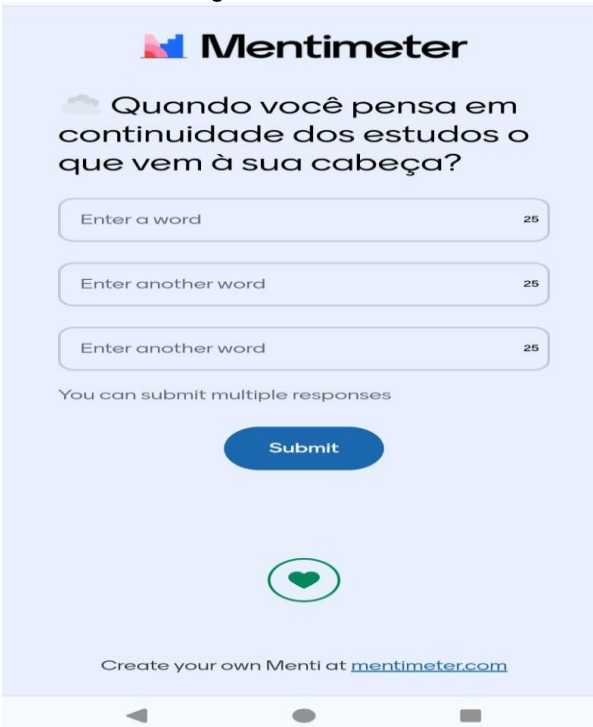
Nesse sentido, o questionamento projetado em *slide* guarda uma relação com a definição do eixo pedagógico, que está alicerçado nos sinais identificados nas respostas dos participantes da pesquisa. Esta pergunta convida o participante a percorrer o conteúdo do PE e funciona como uma forma de aguçar sua curiosidade sobre o tema, além de incitá-lo a participar desse produto para melhor conhecê-lo. Isso resgata os ensinamentos de Kaplún (2003), que registra a relação dinâmica, e de mútua interdependência, entre os eixos, posto que essa deve existir no desenvolvimento de um material educativo, visto que a concepção do eixo pedagógico é articuladora dos eixos conceitual e comunicacional.

A partir dessa indagação, iniciou-se a primeira etapa da oficina, na qual foi sugerido aos estudantes a criação de uma nuvem de palavras baseada em suas respostas. Esta atividade está relacionada ao eixo comunicacional do Produto Educacional (PE), que envolve o uso de diversos artefatos, linguagens e canais próprios (Mendonça *et al.*, 2022).

Nessa perspectiva, a atividade proposta foi realizada através do recurso educacional *Mentimeter*, uma plataforma *online* de origem sueca que permite a criação e o compartilhamento de *slides* interativos:

[...] é um recurso que favorece um ensino centrado no aluno permitindo uma atividade lúdica e compartilhada. Com ele, é possível criar atividades interativas como nuvem de palavras, enquetes abertas e fechadas, murais e escalas [...] (Rocha, 2021, p. 123).

Imagem 5 - Mentimeter



Mentimeter

Quando você pensa em continuidade dos estudos o que vem à sua cabeça?

Enter a word 25

Enter another word 25

Enter another word 25

You can submit multiple responses

Submit

Create your own Menti at [mentimeter.com](https://www.mentimeter.com)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conseqüentemente, a atividade consistiu em dar cinco minutos para que cada participante, utilizando seu celular pessoal, respondesse com a ideia que lhes veio à mente relacionada ao assunto. Para isso, foi compartilhado um *link*, permitindo que todos os estudantes presentes acessassem a pergunta.

O *link* direcionou os participantes a uma pergunta criada na plataforma *Mentimeter*, e foi disseminado com a ajuda dos próprios estudantes, pois existem grupos institucionais de cada turma no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Como servidor desta instituição, o pesquisador teve acesso a essa ferramenta. No entanto, essa ação também poderia ser realizada com a ajuda dos estudantes para encaminhar o *link* aos demais colegas através de seus grupos privados de turma, já que o *WhatsApp* é um aplicativo de comunicação instantânea amplamente utilizado no Brasil.

Ressalta-se, aqui, que foi importante verificar, no decorrer dos 5 minutos, se todos os participantes conseguiram se credenciar para responder a pergunta. Assim, foi perguntado ao público sobre o *link*, se alguém não conseguiu ou teve dificuldade para acessá-lo.

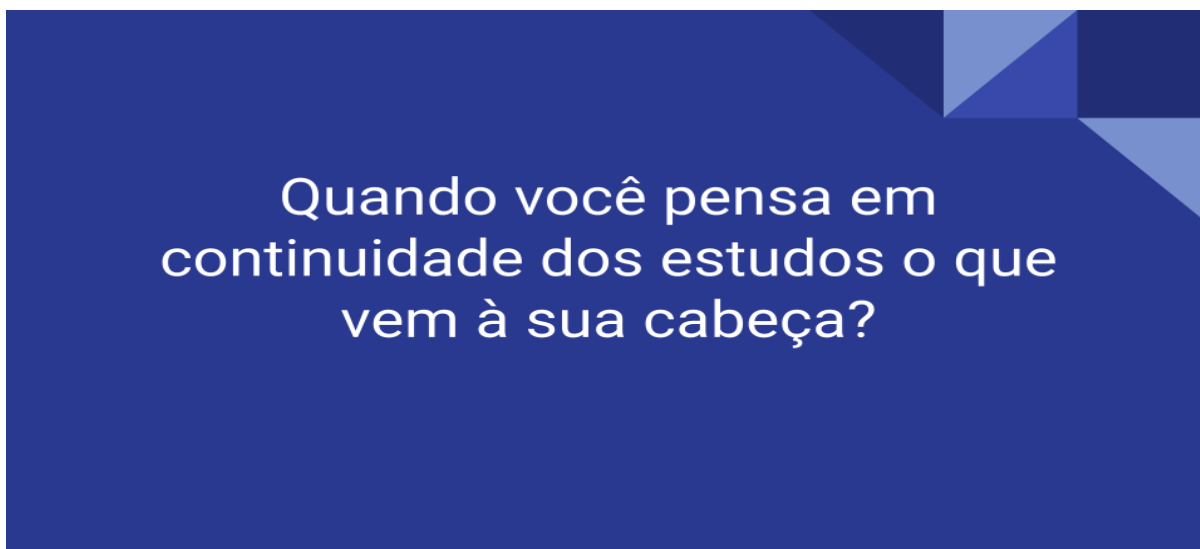
Assim que os estudantes acessaram o *link* compartilhado, a mesma pergunta projetada no *slide* 2 apareceu na tela de seus celulares: 'Quando você pensa em continuidade dos estudos, o que vem à sua cabeça?'. No entanto, desta vez, havia três caixas abaixo da pergunta para que cada participante inserisse uma palavra em cada uma delas. Abaixo das caixas, havia um botão com a inscrição *submit*, que significa enviar em inglês.

Imagem 6 - Estudantes participando da oficina



Fonte: Acervo do autor (2023).

Imagem 7 - *Slide* – Quando você pensa em continuidade dos estudos o que vem à sua cabeça?



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A nuvem de palavras foi alimentada em tempo real com as respostas dos estudantes, que utilizavam seus celulares para participar. Durante esse processo, os participantes não puderam ver a formação da nuvem. O *slide* projetado na tela exibiu a mesma ilustração de nuvem que havia sido mostrada no início da atividade.

Imagem 8 - *Slide* – Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Faz-se mister explicar que havia um acordo com os estudantes, conforme apresentado nos *slides*, de que a formação da nuvem de palavras só seria projetada



após o Ensino Médio. Isso levou à criação de um material didático dividido em partes, acreditando-se que essa abordagem seria a mais adequada para o público adolescente.

A ferramenta Canva foi fundamental na produção desse recurso educacional, permitindo o desenvolvimento de materiais gráficos com textos atraentes, esquematizações e figuras coloridas. O *Canva* é uma plataforma de edição *online* e gratuita, que oferece diversas ferramentas de *design*, facilitando a comunicação por meio da arte visual.

Assim, ainda na primeira etapa da oficina, foi distribuído o material gráfico produzido. Essa ação serviu para enfatizar e comunicar mais um convite aos estudantes, além de guiá-los no aprofundamento de seus conhecimentos sobre as possibilidades de continuidade dos estudos.

O material gráfico, assim como o formato da sala de aula escolhido, constitui-se sob um aspecto que diz respeito às escolhas que são definidoras da materialidade do produto/processo educativo “[...] tendo em vista que é a forma pela qual as discussões teórico-metodológicas do percurso investigativo são estruturadas em uma situação ou artefato capaz de ser acessado pelo público interessado [...]” (Cordeiro; Altoé, 2021, p. 259).

Apesar de o infográfico também ser classificado como Produto Educacional, ele serve como um artefato essencial que enriquece o espaço de diálogo com os estudantes durante a oficina. Mendonça *et al.* (2022) afirmam que o artefato, por si só, não é um Produto Educacional, mas um Produto Educacional pode incluir um ou mais artefatos:

No contexto da concepção de produtos educacionais, entendemos artefatos como um ou mais objetos físicos ou digitais (texto, vídeo, *blog*, *podcast* etc.) que compõem um Produto Educacional ou estão relacionados ao seu desenvolvimento. Observado isoladamente, isto é, fora do Produto Educacional, o artefato não é capaz de orientar professores, alunos ou gestores quanto ao seu propósito educacional, não respondendo ao problema de pesquisa (Mendonça *et al.*, 2022, p. 8).

Imagem 10 - Infográfico



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No universo de categorização de produtos educacionais, que estão previstas no Documento Orientador de Avaliação de Propostas para Cursos Novos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil da CAPES (CAPES, 2019), o infográfico se classifica como material textual, já que funciona como um material didático e instrucional na forma de um texto de apoio. Nesse sentido, esse artefato cumpriu a finalidade de ser um material atrativo e simples que auxilia o público a se guiar na temática da oficina e facilitar sua interação, destaca-se, nesse contexto, os elementos principais em termos das informações que foram inseridas ao processo de construção do conhecimento.

Segundo Paiva (2016, p. 44), os infográficos “[...] são textos visuais informativos produzidos com informações verbais e não verbais como imagens, sons, animações, vídeos, *hiperlinks*, entre outros, em uma mesma forma composicional”. Quanto à elaboração do infográfico, utilizou-se a plataforma de edição *online Canva* como um recurso educacional que possibilitou criar textos atraentes, com utilização de imagens do banco de dados da própria ferramenta. A produção foi complementada com imagens do *site Freepik* e, também, por alguns *links*, seja para acesso a informações complementares, seja como forma de conduzir a interação, requisitada por etapas específicas no transcorrer da oficina.

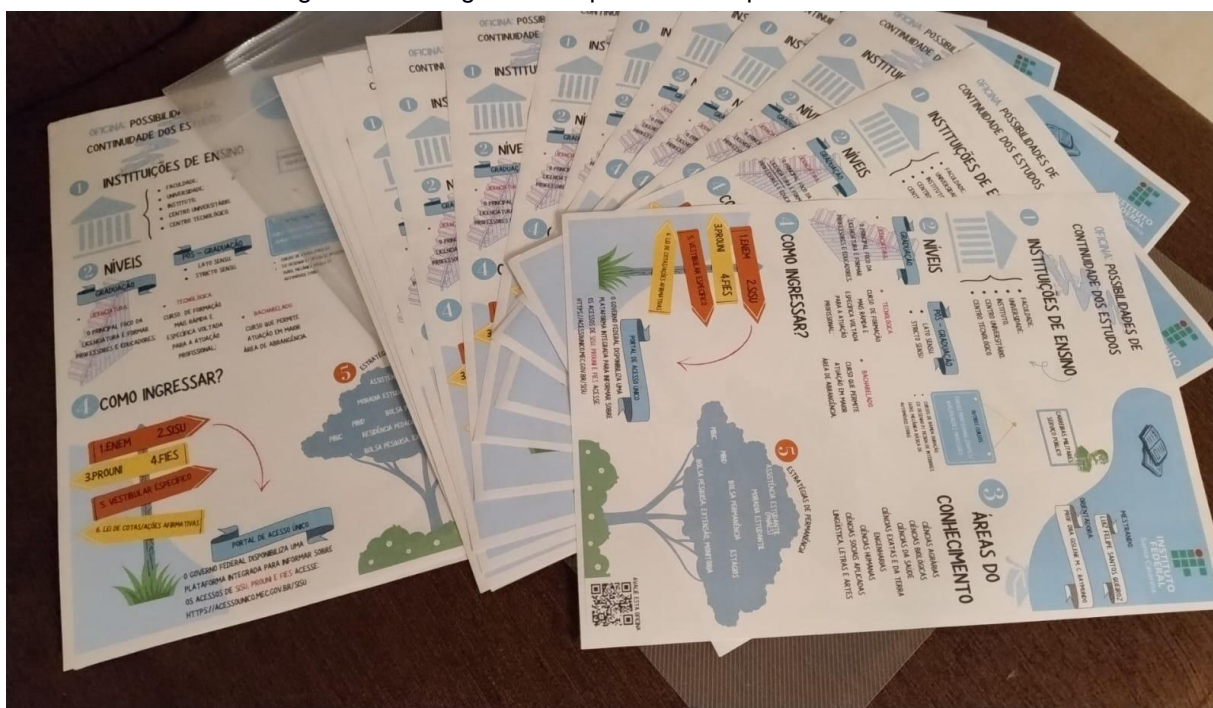
Além disso, o infográfico contribui para a definição do eixo comunicacional do PE oficina, levando em conta o perfil dos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e a possibilidade de acesso virtual. A comunicação sucinta e a característica de hipertexto foram elaboradas de forma a manter o foco no público-alvo (Káplun, 2003).

Embora o material tenha sido produzido digitalmente com inserção de *hiperlinks* para os conteúdos complementares *online* e essa característica permita seu uso como material virtual ao ser exportado para o formato *Portable Document Format* (PDF), considerando o público-alvo do Curso de Informática, optou-se, estrategicamente, por não utilizar a versão digital desse artefato durante a oficina, mas sim a versão impressa. De acordo com Mendonça *et al.* (2022), isso se refere à camada estético funcional do PE, pois os elementos empregados no produto, para além da identificação com o público-alvo, contribuem para que ele seja aprazível, harmonioso e eficaz, o que gera melhor compreensão, usabilidade e facilidade de acesso.

Nessa camada devem ser tomadas uma série de decisões estratégicas que dizem respeito a forma como será materializado o produto, tais como: tipo de material (impresso ou digital), formas de acesso (site específico, repositório, etc.) e os elementos visuais que irão comunicar os conceitos estabelecidos (Mendonça *et al.*, 2022, p. 12).

O objetivo foi que o conteúdo resumido apresentado no infográfico despertasse principalmente o interesse pela temática, que seria desenvolvida ao longo da oficina. Além disso, buscou-se manter o foco e a atenção dos estudantes, evitando que se distraíssem ao tentar acessar *links* sem a devida orientação.

Imagem 11 – Infográficos impressos e dispostos sobre a mesa

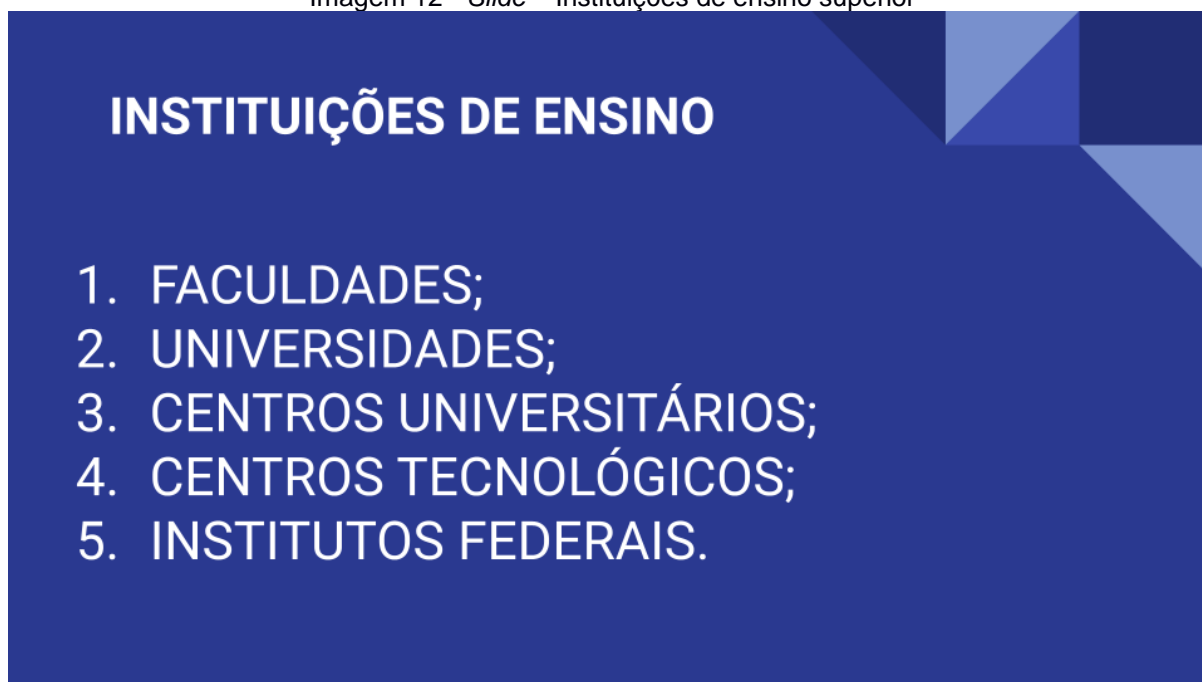


Fonte: Acervo do autor (2023).

Segundo Mendonça *et al.* (2022, p. 12), a camada estético funcional “[...] traz benefícios para a ‘vida’ do público-alvo, proporcionando-lhe melhor experiência e condições de alcançar o propósito para o qual o produto foi criado”. Nesse aspecto, por se tratar de um material acessado fisicamente pelo público presente, uma vez que foi distribuído a cada um dos estudantes, na forma de uma folha impressa colorida, ele oportunizou ao participante registrar informações no papel, caso desejasse. Mas, já em si, apenas pela forma como se apresentava, ele se constituiu no material que documenta alguma memória do evento para que o estudante carregasse consigo e pudesse consultá-lo, caso desejasse. Além disso, um QR Code, inscrito discretamente no canto inferior direito da folha impressa, era a pista para que cada estudante facilmente acessasse a avaliação ao final da oficina.

Depois de distribuir o infográfico a todos os participantes, começou-se um diálogo sobre os diferentes tipos de instituições de ensino, destacando as diferenças entre faculdade, universidade, instituto, centro universitário e centro tecnológico.

Imagem 12 - Slide – Instituições de ensino superior



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Todas essas Instituições de Ensino Superior (IES) têm suas distinções. Cada uma delas possui um papel específico, alinhado à sua missão educacional e ao alcance na formação de profissionais para atender à demanda do mercado e da sociedade.

As Universidades são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, que abrangem diversas áreas do conhecimento. Formam profissionais de nível superior com foco no ensino, pesquisa e extensão e atendem à comunidade de forma mais ampla, com capacitação acadêmica robusta (FARO, s.d.).

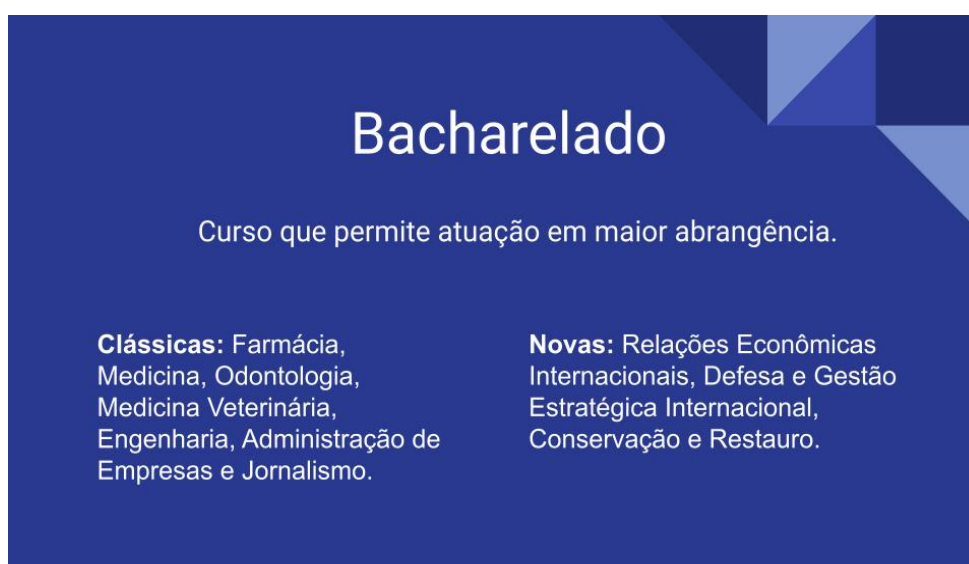
Já as Faculdades, são instituições pluricurriculares, também públicas ou privadas, com foco em áreas específicas do conhecimento. Oferecem menor número de cursos em comparação com universidades. Quanto aos Centros Universitários, também são instituições pluricurriculares, públicas ou privadas, de porte intermediário entre faculdades e universidades. Abrangem uma ou mais áreas de conhecimento, mas sem a obrigatoriedade de atendimento à comunidade (FARO, s.d.).

Os Centros de Educação Tecnológica são instituições públicas ou privadas voltadas para educação profissional e qualificação técnica. Oferecem cursos superiores focados em capacitação para setores específicos da economia. E os Institutos Federais, instituições públicas pluricurriculares, ofertam educação básica,

superior e profissional. Possuem cursos técnicos e capacitam alunos para o mercado de trabalho em várias áreas (FARO, s.d.).

Desta forma, foi discutido com os estudantes sobre o ensino superior e os diversos tipos de cursos superiores, explicando as diferenças entre os títulos. Para essa etapa, o objetivo foi apresentar conhecimentos sobre (eixo conceitual): O que são cursos de bacharelado? O que são cursos tecnólogos? O que são as licenciaturas? Quais são as diferenças nos processos formativos dessas opções de cursos superiores? Qual é a possível atuação no mercado de trabalho ao escolher um curso tecnólogo?

Imagem 13 - Slide – Cursos superiores



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sobre o bacharelado, foi explicado aos estudantes que os cursos circunscritos nesta modalidade de graduação oferecem uma formação ampla e generalista, mas pertencem a uma área específica do conhecimento. Como exemplo desta modalidade, foi citado o curso de Administração, em que o estudante recebe uma base sólida em várias disciplinas relacionadas a esta área de estudo, podendo atuar em diferentes funções vinculadas a este campo. Além disso, foi informado que a duração do bacharelado varia entre 3 (três) e 6 (seis) anos.

Por outro lado, os cursos de tecnologia foram definidos como voltados à formação prática e específica em áreas de tecnologia. Nesse aspecto, foram exemplificados o Tecnólogo em Recursos Humanos e o Tecnólogo em Negócios

Imobiliários, pertencentes ao eixo gestão e negócios. Ademais, foi ressaltada que se trata de uma graduação com duração entre 2 (dois) e 3 (três) anos, com foco nas habilidades específicas aplicadas ao mercado de trabalho.

Quanto à licenciatura, foi exposta como a modalidade de graduação destinada a quem quer se preparar para atuar como professor no Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, em uma área de conhecimento específica, tais como História, Matemática ou Sociologia, por exemplo, adensada de uma formação pedagógica que visa possibilitar conhecimentos de didática e técnicas de ensino aos seus discentes. Aos estudantes foi informado que, normalmente, as licenciaturas duram de 3 (três) a 4 (quatro) anos.


Segundo a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que divide em áreas do conhecimento os saberes desenvolvidos pela ciência e tecnologia, foi apresentada aos estudantes o material acima com algumas informações sobre cursos que permitem atuação com uma maior abrangência. Também, foram ilustradas antigas e novas profissões que demandam tais formações, bem como a área de conhecimento a que pertencem determinados cursos, isso, como forma de assistir os estudantes, mesmo que minimamente, sobre a imensa gama de cursos superiores existentes no Brasil.

Imagem 14 - *Slide* – Áreas do conhecimento

## ÁREAS DO CONHECIMENTO

*Grandes áreas do conhecimento, segundo CNPQ*

- Ciências Agrárias
- Ciências Biológicas
- Ciências da Saúde
- Ciências Exatas e da Terra
- Engenharias
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Linguística, Letras e Artes



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Durante esse período, foram discutidas algumas profissões que exigem diploma para serem exercidas, além de atuações profissionais derivadas do mesmo

curso superior, que necessitam de capacitações e/ou certificações específicas além da formação em nível de graduação. Nesse contexto, foram feitas perguntas com um tom de pequenos desafios, como: Em que área do conhecimento está o curso de Museologia? Vocês sabem em que área de conhecimento estabelecida pelo CNPq se enquadra o curso de Biomedicina? Quem pode citar um curso que se situa na área de Ciências Sociais Aplicadas?

Assim, para o desenvolvimento desses temas, foi adotada a metodologia de conversa dialógica (eixo pedagógico), utilizando *slides* para a apresentação e, novamente, o infográfico repleto de textos e figuras atraentes. Além da linguagem verbal direcionada ao público-alvo, também foi empregada a linguagem não verbal, através das figuras, para garantir uma melhor compreensão da mensagem pelos estudantes (eixo comunicacional). Sobre o cuidado neste tipo de material, Cordeiro e Altoé (2021, p. 262) explicam que:

[...] o tamanho e a verticalização ou a horizontalização da página, para bem dispor imagens e textos, bem como escolher um fundo que melhor valorize os elementos verbais e não-verbais, contribuem para a clareza da mensagem educativa no decorrer do processo de interação do leitor.

Ao discorrer sobre o eixo comunicacional, Kaplún (2003, p. 54) afirma: “Agora, nosso ofício de comunicadores entra em jogo. Novamente os sujeitos vão nos dar parte importante da chave”. Foi perceptível um momento de grande interesse dos estudantes, que foram novamente instigados a participar e reagiram com entusiasmo. Houve respostas marcadas pela dúvida e curiosidade, e alguns se arriscaram a definir completamente tipos de curso como o Tecnólogo. Kaplún (2003) destaca a importância de considerar o público-alvo e de ter um banco de experiências, códigos, histórias e imagens que provêm dos próprios destinatários da mensagem. Esse momento chamou a atenção do pesquisador, pois os estudantes não demonstraram inibição em fazer perguntas, complementar definições de colegas e, em alguns casos, compartilhar com todos o conceito apropriado sobre o tema, baseando-se em suas vivências acadêmicas.

Imagem 15 - *Slide* – Formações profissionais

## FORMAÇÕES PROFISSIONAIS

Cursos profissionalizantes/ qualificação profissional: (cursos de menor duração)

Exemplos:

SENAI:

Desenho para Design de Interiores (60h)  
 Estilista (200h)  
 Mecânica Básica de Automóveis (100 horas)

FURB:

Gastronomia (9 meses - 360h)  
 Design de Interiores (9 meses)



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Acima, há a amostra da imagem que foi mostrada aos estudantes, a qual tem uma breve diferenciação dos níveis de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e a exemplificação de cursos de formações profissionais.

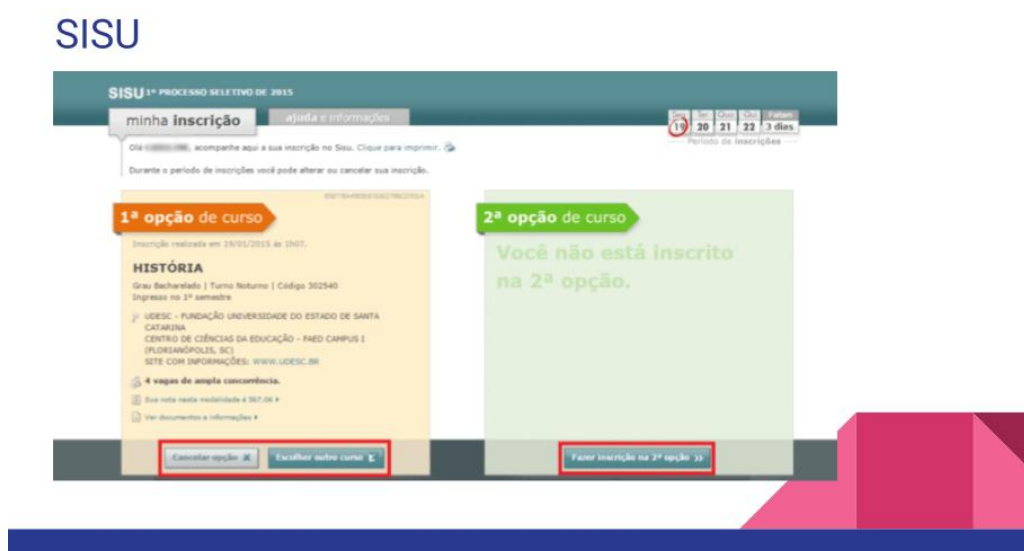
A segunda etapa da oficina teve como objetivo explicar os meios de acesso às formações oferecidas pelas oportunidades proporcionadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Este exame, que avalia o desempenho escolar dos estudantes ao final da educação básica, passou a ser utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior desde 2009. A ideia foi detalhar o funcionamento das plataformas de ingresso no ensino superior disponibilizadas pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), explicando os passos necessários para a inscrição no certame, além de como acompanhar cada processo decorrente da realização do ENEM.

O SISU atende a um público diversificado e promove a acessibilidade, ao centralizar a oferta de vagas em um único sistema de alcance nacional, ou que beneficia principalmente estudantes de regiões menos favorecidas, que, de outra forma, poderiam ter dificultado o acesso a processos seletivos de instituições localizadas fora de seu estado de origem. Dessa forma, o sistema contribui para reduzir barreiras logísticas e financeiras, uma vez que os candidatos não precisam se deslocar ou arcar com custos adicionais para participar de diferentes vestibulares.

Além disso, ao priorizar vagas em universidades e institutos federais, o SISU fortalece a inclusão em instituições que tradicionalmente oferecem educação gratuita e de alta qualidade. Isso promove um uso mais eficiente dos recursos do Estado na educação superior, permitindo que as vagas sejam distribuídas.

Nesse contexto, foi apresentado o funcionamento do Sistema de Seleção Unificada (SISU), um sistema eletrônico gerenciado pelo MEC que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior em todo o Brasil. Esse sistema informatizado utiliza as notas do ENEM para selecionar e classificar os candidatos para cursos e modalidades de concorrência. Notavelmente, a maioria das vagas ofertadas pelo SISU provém de Universidades Federais e Institutos Federais que aderiram a esse sistema de seleção (Brasil, s.d.).

Imagem 16 - Slide – SISU



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Baseando-se nas informações do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Ministério da Educação, um site administrado pelo MEC que funciona como uma plataforma integrada para informar sobre as oportunidades de acesso, cujo ponto de partida é o ENEM, o SISU foi apresentado aos estudantes de forma explicativa e dialogada. O objetivo foi estimular uma discussão sobre os critérios de participação nesse processo e suas principais características.

- A partir do *login* no sistema, as notas obtidas na última edição do ENEM são automaticamente carregadas (o candidato deve ter nota maior do que zero e não estar na condição de treineiro do ENEM para participar do SI-

SU);

- O candidato escolhe até duas opções de curso superior em instituições públicas de todo o país, não havendo limitação da escolha à localização geográfica do candidato;
- Além da opção de curso, o candidato selecionará a categoria em que deseja concorrer ao curso escolhido, ficando claro quantas vagas pertencem a cada modalidade de cotas ou ampla concorrência e os requisitos para concorrer naquela respectiva categoria, haja vista a Lei de Cotas e políticas de ações afirmativas adotadas pelas instituições públicas de ensino superior;
- Cada instituição pode definir bônus a determinado perfil de estudantes ou valorar de forma diferente cada área do conhecimento que compõe a nota, podendo haver uma valoração diferente de instituição para instituição ou mesmo de curso para curso de uma mesma instituição;
- O candidato conseguirá ver como ficará sua nota em cada categoria a que ensaiou a inscrição, ou seja, a nota original obtida no ENEM vai variar a depender do curso, modalidade, instituição selecionada, bônus etc.;
- O sistema calcula e entrega diariamente as parciais de nota de corte, a fim de que o candidato consiga ter noção de como está posicionado perante os outros inscritos no mesmo curso ou categoria de vagas no curso até aquela data;
- Até o final do período de inscrição, o candidato poderá trocar de curso, instituição, modalidade etc. Isso significa que ele poderá trocar suas escolhas no sistema quantas vezes quiser até o encerramento do certame. Mas deve fazê-lo se responsabilizando pelas escolhas feitas, visto que as suas escolhas são livres. Contudo, deve ser verificado pelo candidato se a sua inscrição atende às exigências legais e se conseguirá comprovar, no ato da matrícula, via documentação exigida, que realmente faz jus à ocupação daquela vaga;
- O candidato que não for selecionado em nenhuma das duas opções de curso indicadas na chamada regular, poderá disputar uma das vagas por meio da lista de espera e deve se manifestar sinalizando interesse dentro do prazo divulgado pelo MEC, o qual deve se atentar verificando a plata-

forma;

- A manifestação do interesse em participar da lista de espera consiste em logar no *site* da plataforma e apertar o botão “participar da lista de espera” para confirmar sua adesão;
- O candidato selecionado em sua primeira opção deixará, automaticamente, de concorrer na segunda opção; assim como o candidato aprovado em sua segunda opção, deixará, também, de concorrer na sua primeira opção. Isso reforça a necessidade de realmente selecionar como primeira ou única opção aquele curso que mais deseja e/ou percebe melhores condições de passar e/ou insistir em uma eventual lista de espera;
- O candidato selecionado em qualquer uma das opções não poderá participar da lista de espera, nem mesmo para a primeira opção escolhida. Isso reforça a primazia do curso que mais deseja e quer insistir em uma eventual lista de espera, podendo ocorrer de o candidato selecionar apenas uma única opção de curso para evitar que eventual aprovação em uma segunda opção elimine sua primeira opção, além da possibilidade de concorrer em lista de espera naquela que verdadeiramente era sua opção prioritária;
- O candidato que perceber menor possibilidade de ser aprovado na chamada regular, tanto para a primeira quanto para a segunda opção, poderá ficar mais tranquilo quanto a decidir depois em qual das duas opções deseja participar da lista de espera;
- Uma vez que o candidato não aprovado na chamada regular se inscreve na lista de espera a partir do apertar o botão “participar da lista de espera” no *site* da plataforma SISU, ele deverá acompanhar as próximas chamadas no *site* da própria instituição de ensino para a qual se inscreveu, pois todas as chamadas da lista de espera não são realizadas via plataforma, e sim pelas próprias instituições que aderiram ao SISU;
- Inscrever-se e estar atento à lista de espera com suas chamadas pela própria instituição é bastante importante, pois há consideráveis chances de aprovação a partir da inscrição na lista, já que o SISU é um sistema acessível a estudantes de todo o país que, por diferentes motivos, podem decidir ou não por efetivarem suas matrículas, pois é comum que sobrem

vagas para a lista de espera.

Além disso, considerando o ENEM como uma porta de entrada para oportunidades de continuidade dos estudos, foi apresentado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que, segundo Souza e Menezes (2014, p. 617) “[...] faz parte da política nacional de educação superior, na qual tem a função de promover a expansão do acesso da população de baixa renda a esse nível de ensino”.

Iniciado em 2004, este programa oferece bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. O público-alvo do programa são estudantes sem diploma de nível superior (Brasil, s.d.).

Imagem 17 - Slide – PROUNI

## PROUNI

**1ª opção de curso**

**COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO** ( ) - BOLSA PARCIAL 50%

Valor da mensalidade bruta: R\$ 1.370,13  
 Valor da mensalidade c/ Desconto: R\$ 1.317,52

Bacharelado | Turno Matutino | Modalidade de concorrência: Ampla concorrência

Nota de corte na modalidade: 585,04

Instituição:  
 Local de oferta:  
 Município:  
 Aluno da instituição: Não | Aluno deste curso/turno: Não

Excluir opção ✕ Alterar opção de curso ✓

---

**2ª opção de curso**

**CIÊNCIAS SOCIAIS** ( ) - BOLSA INTEGRAL

Valor da mensalidade bruta: R\$ 1.286,00  
 Valor da mensalidade c/ Desconto: R\$ 1.286,00

Licenciatura | Turno Vespertino | Modalidade de concorrência: Ampla concorrência

Nota de corte na modalidade: 590,88

Instituição:  
 Local de oferta:  
 Município:  
 Aluno da instituição: Não | Aluno deste curso/turno: Não

Excluir opção ✕ Alterar opção de curso ✓

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em relação ao PROUNI, e com base nas informações do Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do Ministério da Educação, foram explicados aos estudantes, de forma comparativa ao SISU, os principais critérios de participação e as características essenciais deste programa nacional de concessão de bolsas de estudo:

- O candidato deve ter realizado, pelo menos, uma das duas últimas edições do ENEM e ter alcançado no mínimo 450 pontos de média das 5 notas do exame como um todo, ou seja, não é necessária essa pontuação

mínima em cada um dos 5 conteúdos do ENEM, e sim o mínimo de 450 pontos na média geral;

- A partir do *login* do candidato na plataforma, o sistema automaticamente escolhe a melhor nota do candidato no ENEM para concorrer, considerando as duas edições anteriores do exame;
- O candidato escolherá até duas bolsas de estudo nas instituições privadas cadastradas, não havendo limitação da escolha à localização geográfica do candidato;
- Até o final do período de inscrição, o candidato poderá trocar de curso, instituição, modalidade de concorrência/cota etc. Isso significa que ele poderá trocar suas escolhas no sistema quantas vezes quiser até o encerramento do certame. As duas opções de bolsa escolhidas são as que valerão no fechamento do sistema. No entanto, o candidato deverá fazê-la se responsabilizando pelas escolhas feitas, visto que as suas escolhas são livres. Entretanto, deve ser verificado pelo candidato se a sua inscrição atende às exigências legais e se conseguirá comprovar no ato da matrícula, via documentação exigida, que realmente faz jus à ocupação daquela vaga;
- Há duas chamadas regulares pela própria plataforma, diferentemente do SISU;
- O candidato contemplado na chamada será convocado para a matrícula e deverá apresentar a documentação exigida, conforme os pré-requisitos de cada bolsa, de 50% ou 100%;
- O critério de renda para concorrer à bolsa de 50% é de 3 salários mínimos *per capita*;
- O critério de renda para concorrer à bolsa de 100% é 1,5 salário mínimo *per capita*;
- O candidato deverá preencher adequadamente o questionário, pois este impactará na sua classificação, considerando a sua origem escolar. Diferentemente do SISU, a preferência pela bolsa não é necessariamente do candidato com as maiores notas no ENEM.

Referente ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que também está disponível no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, esse programa tem como

objetivo fornecer financiamento para estudantes em cursos superiores pagos. As instituições que fazem parte desse programa são privadas e possuem cursos avaliados positivamente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do MEC. A partir de 2024, foi introduzido o FIES Social, que prevê o financiamento de até 100% para participantes de programas sociais do Governo Federal. Esse programa permite ao candidato selecionar três opções de cursos (Brasil, 2024a).

Imagem 18 - Tela para opções de cursos do FIES Social



Fonte: Olhar Digital<sup>7</sup> <sup>8</sup>.

Os critérios principais para participar do FIES e as características do programa incluem:

- Para se inscrever no programa, o candidato deve ter participado do ENEM a partir da edição de 2010 e ter alcançado no mínimo 450 pontos de média das 5 notas do exame como um todo, ou seja, não é necessária essa pontuação mínima em cada um dos 5 conteúdos do ENEM, e sim o mínimo de 450 pontos na média geral, além de ter nota na prova de redação superior a 0 (zero);
- Na inscrição, o sistema selecionará automaticamente a edição em que o candidato teve a maior nota;

<sup>7</sup><https://img.olhardigital.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Fies-7-1024x475.png>

<sup>8</sup><https://img.olhardigital.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Fies-7-1024x475.png>

- A(s) edição(ões) que o candidato teve participação no ENEM como treineiro não são válidas;
- Há chamadas regulares e também lista de espera;
- Diferentemente do PROUNI, em que há concessão de bolsas, o FIES é um financiamento, logo, o candidato pagará o crédito que lhe é concedido;
- O candidato não poderá ter dívida com o programa;
- O critério geral de renda é de 3 salários mínimos *per capita* (renda familiar);
- Em regra, os candidatos pagam parte da mensalidade, a parte não financiada (coparticipação);
- O critério de renda para candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é de renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, para este público o financiamento é de até 100%;
- É importante que o candidato seja cuidadoso durante sua inscrição, informando corretamente os dados, como os de renda, pois essas informações precisam ser comprovadas depois;
- É possível concorrer em mais de um grupo de preferência (instituição, curso, região e índice de avaliação do MEC), o que resultará na escolha de até 3 opções para concorrer. As 3 opções escolhidas valerão, no fechamento do sistema;
- Semelhante ao SISU e ao PROUNI, a partir da atualização do FIES, em 2024, com a possibilidade de escolher 3 grupos de preferência, o programa passou a não ter limitação da escolha à localização geográfica do candidato;
- A primeira opção de curso é a prioridade, mas sendo o candidato selecionado em qualquer uma das outras, não há possibilidade de lista de espera, nem mesmo na primeira opção;
- O candidato que não foi pré-selecionado em nenhuma das 3 opções, automaticamente será inserido na lista de espera;
- Sendo pré-selecionado em qualquer uma das 3 opções, o candidato deixará de concorrer nas demais, inclusive no estágio em que está na lista de espera;

- A inscrição no processo seletivo é por meio do sistema FiesSeleção. no endereço <https://fiessselecaoaluno.mec.gov.br/>.

Após a apresentação do FIES, foram lançados os holofotes nas bolsas de estudo e vagas gratuitas oportunizadas por leis e programas do estado de Santa Catarina. A escolha por abordar estas oportunidades, em particular, considera a realidade regional e os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Segundo o governo federal, estes arranjos “[...] mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa” (Brasil, 2022a).

Nesse aspecto, Blumenau, município onde se localiza a instituição de ensino a qual os estudantes, sujeitos desta pesquisa, estiveram vinculados, é uma cidade contemplada com a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), uma instituição de ensino de grande relevância para os estudantes da região, visto que é uma referência para a comunidade. A FURB integra um sistema de universidades regionais do estado de Santa Catarina, fruto de um movimento comunitário, foi fundada em 5 de março de 1964, pela Lei Municipal nº 1233 (Menezes *et al.*, 2023, p. 48).

Sobre a educação superior no estado de Santa Catarina, com as chamadas universidades comunitárias, Bastiani *et al.* (2018, p. 392) destaca que:

[...] a responsabilidade de manutenção financeira ficava sob a responsabilidade dos municípios, entes criadores das fundações, num primeiro momento, e, na sequência, da própria instituição que era obrigada a cobrar mensalidades para a sua manutenção.

Nesse sentido, urge salientar as oportunidades do programa Universidade Gratuita (UG), que prevê assistência financeira para fomentar a educação superior em nível de graduação, destacando as vagas gratuitas ofertadas nas instituições regionais que tradicionalmente cobram mensalidades. Um dos principais aspectos do funcionamento do programa é a classificação dos candidatos em ordem decrescente, com base no índice de carência, de modo que o candidato mais carente tem prioridade na concessão da vaga gratuita. Esse processo é organizado pela Comissão de Seleção da instituição universitária em que o estudante está matriculado (Santa Catarina, 2023).

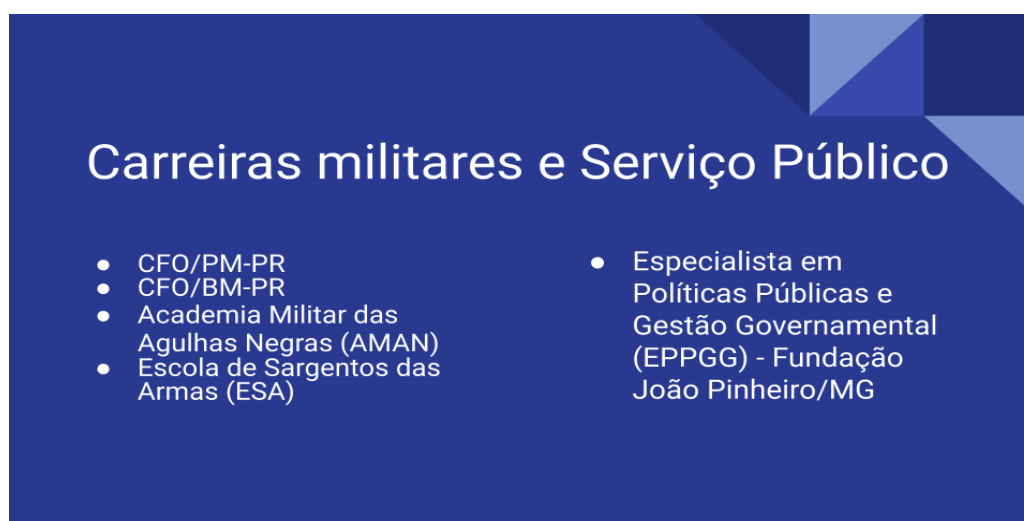
Com base nas informações da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, foram destacados aos estudantes, de maneira explicativa e comparativa às

outras possibilidades de acesso ao ensino superior discutidas, os principais critérios para participação nesse programa estadual:

- A matrícula na instituição credenciada. Contudo, ao se matricular na instituição, o ingressante não tem a garantia de ser contemplado com a assistência financeira que repercute na integralidade da mensalidade do curso, ou seja, a matrícula na instituição credenciada possibilitará apenas que ele possa pleitear a sua vaga gratuita;
- O programa Universidade Gratuita se difere do FIES, visto que este é um programa de financiamento, e aquele prevê a integralidade da mensalidade, ou seja, a vaga gratuita para os contemplados. No Universidade Gratuita não basta ser aceito por meio do processo de seleção da instituição participante, como no caso do FIES, pois no UG é preciso estar matriculado na instituição credenciada;
- Ser hipossuficiente, conforme o índice de carência;
- Ser natural do estado de Santa Catarina, ou na data de ingresso na instituição universitária, estar nele residindo há mais de 5 anos;
- Possuir renda *per capita* inferior a 8 salários mínimos para o caso do curso de Medicina; ou renda *per capita* inferior a 4 salários mínimos, para o caso dos demais cursos;
- Contrapartida de 20h mensais de prestação de serviço à população, onde o beneficiado cursa sua graduação, de forma proporcional ao tempo em que o estudante permaneceu usufruindo da assistência financeira com integralidade da mensalidade do curso.

Nesta etapa, foram apresentados alguns dos processos seletivos e concursos mais relevantes do país para carreiras militares, que possuem um contexto educacional de nível superior, bem como concursos das escolas de administração pública voltados à formação de funcionários públicos em nível superior. Essa parte também utilizou uma explicação dialógica com o apoio de *slides* e do material gráfico distribuído.

Imagem 19 - Slide – Carreiras militares e serviço público



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como exemplos de possibilidades de continuidade de estudos em que, ao mesmo tempo, a formação para um cargo ou posto profissional se constitui em uma graduação de nível superior, foi apresentado os Cursos de Formação de Oficiais Militares do Paraná, o curso de formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e o Curso de Formação e Graduação de Sargentos da Escola de Sargentos das Armas (ESA).

Nesse sentido, primeiramente, destacou-se o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO/PM) e o Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFO/BM), ambos do Paraná, em que os ingressos até 2023 exigiram formação de nível médio e tiveram como processo seletivo o vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Tratam-se de oportunidades interessantes para os estudantes concluintes do Ensino Médio, já que os conhecimentos deste nível de ensino são exigidos no concurso para ingresso nesses cursos de formação, com duração de três anos.

O percorrer e concluir com aprovação o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (CFO/PM) em regime de internato, resulta na promoção de Cadete a Aspirante a Oficial Policial que, simultaneamente, é graduado como bacharel em Ciências Policiais e Segurança Pública, vinculado academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Da mesma forma, o término com aprovação no Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares (CFO/BM), em regime de internato, resulta na promoção

de Cadete a Aspirante a Oficial Bombeiro Militar que, simultaneamente, é graduado como bacharel em Segurança Pública e Redução de Desastres, vinculado academicamente à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Quanto à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que forma os Oficiais Combatentes de carreira do Exército, seu curso de formação profissional militar é também uma graduação com duração de 4 anos. Ou seja, o curso da AMAN forma o Aspirante a Oficial das Armas, do quadro de Material Bélico ou do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro que, simultaneamente, é graduado como bacharel em Ciências Militares. No entanto, o ingresso na AMAN se dá por meio de outra instituição militar e é necessário prestar concurso público que ocorre anualmente, com exigência de nível médio, para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx). Portanto, o acesso à AMAN é de forma indireta, a partir da finalização do curso da EsPCEEx, que tem duração de 1 ano. O aluno concluinte do curso da EsPCEEx com aproveitamento, prosseguirá para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, no estado do Rio de Janeiro (AMAN, s.d.).

A EsPCEEx, por seu turno, é o estabelecimento de ensino militar do Exército responsável por selecionar e preparar os jovens para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais das Armas e está localizada na cidade de Campinas, São Paulo. Para ingressar na EsPCEEx, há um processo seletivo próprio do Exército em que o candidato deve se inscrever no seu Concurso de Admissão, que prevê dentre suas etapas o Exame Intelectual, com exigência de conhecimentos do Ensino Médio. Além disso, o candidato deve estar cursando o terceiro ano do Ensino Médio no ano da inscrição ou já tê-lo concluído, ter no mínimo 17 (dezesete) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade completos até o fim do ano de sua matrícula (EsPCEEx, s.d.).

No que concerne o Curso de Formação e Graduação de Sargentos da Escola de Sargentos das Armas (ESA), forma sargentos combatentes de Carreira das Armas em 5 (cinco) qualificações diferentes: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Todas essas formações profissionais levam, simultaneamente, ao concluinte sargento o grau de nível superior Tecnólogo. A ESA está localizada em Três Corações, Minas Gerais, e segue diretrizes do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), tratando-se, portanto,

de um estabelecimento de ensino do Exército que diploma seus formandos sargentos com o grau acadêmico superior de Tecnologia (ESA, s.d.).

Frisa-se que para ingressar no Curso de Formação de Sargentos da ESA, há um processo seletivo próprio do Exército em que o candidato deve se inscrever no seu Concurso de Admissão, que prevê dentre suas etapas o Exame Intelectual, com exigência de conhecimentos do Ensino Médio. Além disso, o candidato deve estar cursando o terceiro ano do Ensino Médio no ano da inscrição ou já tê-lo concluído, ter no mínimo 17 (dezesete) e no máximo 24 (vinte e quatro) anos de idade para cursos da Área Geral e o máximo de 26 (vinte e seis) anos de idade para cursos de Música e Saúde (ESA, s.d.).

Ainda no sentido de explorar a diversidade de possibilidades de formação após a conclusão do Ensino Médio, apresentou-se as Escolas de Governo como “instituições públicas criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado [...]” (UFES, s.d.). Dentre as formações oportunizadas em cursos oferecidos por Escolas de Governo, destaca-se a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP), ligada ao Governo do estado de Minas Gerais, que oferece um curso de graduação com finalidade de formar o servidor público, vinculando-o a um cargo público na finalização do curso.

Este processo se inicia com a inscrição num concurso público de nível médio, em que, na sua primeira etapa, a nota do ENEM é utilizada para selecionar os candidatos à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). A segunda etapa diz respeito à habilitação documental do candidato aprovado e classificado pela nota do ENEM. Mas a frequência e conclusão do curso de graduação em administração pública, ministrado pela Escola de Governo da FJP na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, constitui-se na mais importante etapa do concurso público, visto que se trata de um curso de duração de 4 anos com dedicação exclusiva, que oferta aos estudantes uma bolsa de estudos mensal de um salário mínimo. Ao final deste curso, tendo êxito, o estudante é graduado como bacharel em Administração Pública e, cumpridos os demais requisitos dispostos no edital e na legislação estadual, é nomeado para o cargo de EPPGG, com atuação

nos diversos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual (FJP, 2024).

Com relação aos vestibulares tradicionais, realizados diretamente pelas próprias instituições de ensino, também fazem parte do rol de cursos os estudantes que visam uma formação após o Ensino Médio. Nesse aspecto, foi salientado que, muito embora exista o sistema eletrônico do SISU para ofertar vagas em instituições públicas desde 2009, ainda há universidades públicas municipais, estaduais e mesmo federais, assim como instituições particulares, que abrem inscrição para seus vestibulares específicos.

Esse contexto evidencia a coexistência de diferentes modelos de ingresso no ensino superior no Brasil, mesmo com a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2009. O SISU, por meio de uma plataforma eletrônica que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é responsável por distribuir vagas em instituições públicas de ensino superior e se tornou uma alternativa acessível e centralizada para muitos estudantes. Contudo, o sistema não substitui integralmente os vestibulares tradicionais realizados por universidades municipais, estaduais, federais

Essas instituições que ainda mantêm vestibulares específicos preservam um modelo mais tradicional de seleção. Entre os motivos para a manutenção desse sistema estão a autonomia universitária, a possibilidade de avaliar competências e conhecimentos específicos, além da adaptação dos processos de seleção às particularidades regionais e curriculares de cada instituição.

Como em outros processos seletivos, a entrada em algumas instituições é guiada por um edital que define todas as normas, requisitos, conteúdo programático, etc.

Com base nisso, decidiu-se apresentar como exemplo um processo seletivo de grande relevância para o público-alvo: o Vestibular Unificado UFSC/IFSC/IFC, realizado em consórcio pela Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Federal de Santa Catarina e Instituto Federal Catarinense (IFSC, 2024). Neste vestibular, os principais critérios para participação e suas características são:

- Inscrição do candidato deve ocorrer por meio dos endereços eletrônicos das instituições voltadas a essa finalidade, por exemplo: [www.ifsc.edu.br/vestibularunificado](http://www.ifsc.edu.br/vestibularunificado), [vestibularunificado2025.ufsc.br](http://vestibularunificado2025.ufsc.br), [in-](#)

[ingresso.ifc.edu.br/cursos-superiores-de-graduacao/](http://ingresso.ifc.edu.br/cursos-superiores-de-graduacao/);

- Na inscrição, deve-se fazer a escolha da primeira língua e da segunda língua para a prova;
- Na escolha do curso de preferência, deve-se considerar seu pertencimento a uma das 3 instituições de ensino e a sua localização geográfica em 34 municípios do estado de Santa Catarina;
- Além da opção de curso, o candidato deverá se atentar se pode concorrer às vagas estabelecidas pela Política de Ação Afirmativa das instituições de ensino superior, com base na Lei de Cotas, e ser enquadrado em uma das categorias, conforme as condições exigidas;
- Verificação e apropriação do conteúdo das obras literárias indicadas no programa da disciplina de Literatura Brasileira do Vestibular Unificado;
- Realização da(s) prova(s) em seu local específico, considerando a cidade de prova indicada no requerimento da inscrição, dia(s) e horário(s) de realização;
- Acompanhamento do resultado com aprovados e classificados;
- Acompanhamento das listas de espera;
- A realização de matrícula dar-se-á de acordo com datas, locais, procedimentos e normas constantes nas portarias e editais de matrículas das respectivas instituições de ensino.

Imagem 20 - Apresentação aos estudantes



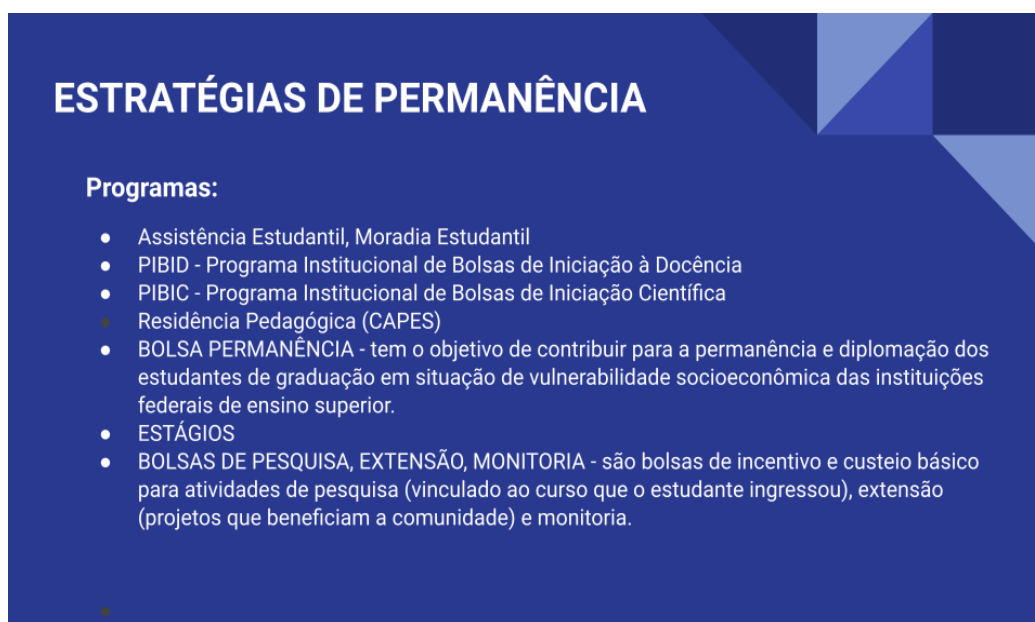
Fonte: Acervo do autor (2023).

Na terceira etapa, com base nas possibilidades de formação abordadas, buscou-se apresentar algumas estratégias de permanência existentes nas instituições. Foram esclarecidos o funcionamento de bolsas de pesquisa, bolsas permanência nas universidades, programas de assistência estudantil do governo federal, legislações de assistência estudantil e outros recursos que apoiam a sustentabilidade dos estudos, por meio de programas das instituições de ensino ou oportunidades relacionadas aos cursos.

A ferramenta *Canva* foi utilizada como um recurso educacional para esta etapa, auxiliando na criação de materiais gráficos com textos e *slides* que apoiaram a explicação dialogada durante a oficina.

Os estudantes foram informados sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída por Lei, que inclui iniciativas de assistência já existentes, com o objetivo de contribuir para a permanência de estudantes de baixa renda nas universidades e institutos federais, possibilitando a conclusão dos cursos (Brasil, 2024a).

Imagem 21 - *Slide* – Estratégias de permanência



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

É importante salientar que houve um processo de criação de políticas estudantis, o qual perpassou decretos e leis desde a Constituição Federal de 1988,

ou seja, há um conjunto normativo que “oferece embasamento para medidas que estimulem a permanência dos alunos nos cursos [...]” (Silva; Sampaio, 2022, p. 606).

Entre os principais programas que integram o PNAES, estão:

- Programa de Assistência Estudantil (PAE): oferece benefícios diretos aos estudantes. Esses auxílios são pagos diretamente no CPF do estudante e servem à administração nas diferentes necessidades de sua vida estudantil, como acesso à alimentação, ao transporte, à saúde e à cultura;
- Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES): com foco na oferta de alimentação saudável, adequada e subsidiada nas instituições federais. Nesse programa, os estudantes contemplados são priorizados para a alimentação gratuita;
- Programa de Bolsa Permanência (PBP): destinado aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Essa bolsa oferece auxílio financeiro aos estudantes beneficiados por ela, visando a sua permanência na instituição e, conseqüentemente, funcionando como suporte à redução da evasão estudantil;
- Programa Estudantil de Moradia (PEM): com foco na prevenção da evasão, assegurando condições dignas de moradia aos estudantes contemplados por esse programa.

Faz-se mister pontuar que existem outras oportunidades disponíveis para os estudantes que podem ajudar a sustentar seus estudos, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Este programa incentiva os cursos de licenciatura, apoiando tanto os alunos quanto os professores da rede pública, que precisam se envolver no dia a dia das escolas públicas para aprimorar suas habilidades com base nas experiências pedagógicas nesses ambientes. O objetivo do programa é o desenvolvimento de projetos institucionais de iniciação à docência, e a CAPES concede cotas de bolsas para as instituições de ensino que realizam as seleções internas dos bolsistas participantes (Brasil, 2024b).

O tipo de bolsa de interesse para o estudante de graduação é a seguinte:

Bolsista de iniciação à docência: prevê uma bolsa de R\$ 700,00 (setecentos reais), com dedicação de carga horária mínima de 10 (dez) horas ao estudante regularmente matriculado em curso de licenciatura que integra o projeto institucional da instituição de ensino superior (Brasil, 2024b, n.p.)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é destinado ao desenvolvimento do pensamento científico e à iniciação à pesquisa para estudantes de graduação. Esse programa incentiva a pesquisa e a formação científica, envolvendo os estudantes em atividades científicas, tecnológicas, profissionais e artístico-culturais, sob a orientação de pesquisadores (Brasil, 2022b). Além de contribuir para a formação científica e promover a interação entre graduação e pós-graduação, preparando estudantes para programas de pós-graduação, também serve como uma estratégia de permanência no curso, pois as bolsas desta área variam em valores conforme uma tabela nacional. Especificamente, a bolsa de iniciação científica é de R\$ 700,00, de acordo com a Tabela de Valores de Bolsas no País fornecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Brasil, 2024c).

Outras oportunidades possíveis para o estudante utilizar como estratégia de permanência são as bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Essas bolsas são de incentivo e custeio básico nas áreas do ensino, voltadas à reflexão e à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem. As bolsas de pesquisa servem de apoio a projetos de pesquisa/inação; e de extensão, a projetos voltados à interação com a comunidade e setores da sociedade (IFMG, 2024).

Também foram abordadas as bolsas de monitoria que, embora possam ter menor importância em termos de suporte financeiro, têm sua monitoria como um facilitador do conhecimento, o que contribui significativamente com o processo de aprendizagem dos alunos. Quando vinculadas a um auxílio mensal como forma de reconhecimento pelo trabalho realizado, as bolsas de monitoria também podem ser encaradas como uma forma de estratégia de permanência. Da mesma forma, há os estágios remunerados, que combinam aprendizado prático relacionado à área de formação do estudante com o recebimento de uma bolsa-auxílio, ao mesmo tempo em que colaboram para o desenvolvimento profissional, possibilitando empregabilidade, como ferramenta à sustentabilidade dos seus contemplados no período dos estudos.

Na quarta etapa, os estudantes foram convidados a revisar o material gráfico que receberam, contendo os principais tópicos da oficina. No material impresso distribuído, havia um *QR Code* com o objetivo de direcioná-los à avaliação da oficina. A tecnologia *QR Code* (*Quick Response Code*), que traduzido do inglês

significa Código de Resposta Rápida, baseia-se na leitura e decodificação de dados. Parra (2016), apoiado nos estudos de Manduca (2016) sobre esses instrumentos na era da internet das coisas, afirma que essa tecnologia consiste em mídias com informação digital, reconhecidas por dispositivos tecnológicos de decodificação.

[...] Em outras palavras, são códigos bidimensionais que podem ser acionados pela câmera dos dispositivos móveis por meio de um *software* que o digitaliza. Esses códigos são utilizados em larga escala para armazenar informações e podem ser encontrados em revistas, correspondências, anúncios publicitários etc. (Manduca, 2016 *apud* Parra, 2016, p. 2).

Além disso, a tecnologia do *QR Code* pode acelerar tarefas diárias como realizar pagamentos, consultar cardápios, acessar formulários e muito mais.

Imagem 22 – *QR Code* para avaliação no infográfico



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Utilizando essa tecnologia, os estudantes foram incentivados a escanear o *QR Code* presente na folha que receberam durante a primeira etapa do evento.

Desta forma, ainda presentes na sala da oficina, os estudantes se depararam com a avaliação do Produto Educacional por meio de um questionário no *Google Forms*. Essa avaliação incluiu perguntas destinadas a captar a percepção dos estudantes sobre como o Produto Educacional proposto pode ser aprimorado, com perguntas como 'O que você mudaria nesta oficina?'. De modo geral, as perguntas

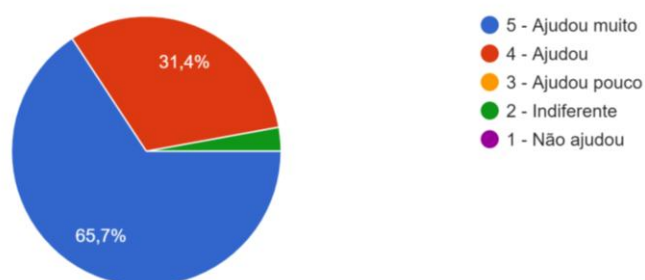
procuraram identificar tanto os aspectos bem-sucedidos do produto quanto os pontos que necessitam de melhorias.

Especificamente, essa avaliação visou contemplar os três eixos que nortearam a construção do produto. Nesse contexto, foi questionado até que ponto os conhecimentos compartilhados ajudaram os estudantes a entender a continuidade do processo formativo em direção ao mundo do trabalho, referindo-se diretamente ao eixo conceitual do PE.

Gráfico 23 - Resultados da avaliação dos alunos sobre a oficina

A oficina trouxe alguma informação que lhe ajudará na continuidade dos seus estudos? Avalie numa escala de 1 a 5, sendo 5 "Ajudou muito" e 1 "Não ajudou".

35 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Neste aspecto, 97% dos estudantes afirmaram que o produto trouxe alguma informação para que eles pudessem dar continuidade em seu processo formativo ao término do Ensino Médio.

Além de buscar demonstrar, de maneira objetiva, como as informações apresentadas no produto contribuíram ou contribuirão para a continuidade de seus estudos, a avaliação incluiu espaços abertos para que os estudantes pudessem escrever livremente sobre o que mais lhes chamou a atenção ou quaisquer sugestões sobre a experiência recém-vivida naquela sessão, ocorrida em uma determinada manhã, quase ao final do período letivo.

Em resposta a esse canal de comunicação, foram coletados os pensamentos e sentimentos gerados pela aplicação do Produto Educacional "Oficina: Possibilidades de Continuidade dos Estudos". Nesse contexto, os estudantes elogiaram a oficina e, parafraseando suas palavras, afirmaram que não havia absolutamente nada para melhorar, pois a apresentação foi ótima, objetiva e clara, em um tom de conversa muito proveitoso. Além disso, usando a paráfrase para as

respostas dos estudantes, houve registros declarando que gostaram do esclarecimento sobre as formas de ingressar nas IES, bem como do conhecimento das estratégias de permanência, o que ajudou aqueles que tinham dúvidas e os motivou a continuar os estudos. Também houve menções sobre a abordagem do tema da Licenciatura, pois não tinham ideia do que era e para que servia, além de desconhecerem o SISU, por exemplo. Assim, consideraram a apresentação muito boa, proporcionando-lhes um conhecimento prévio sobre os assuntos abordados.

Da alta relevância dessa temática, pôde-se aferir por meio da pesquisa diagnóstica, então era de conhecimento dos aplicadores que era fundamental criar esse espaço de diálogo e reflexão. Portanto, o relato dos estudantes, além de confirmar que havia a necessidade da pesquisa, expressou que atingiu-se o êxito em compreender a dimensão teórico-prática dos eixos estruturantes que um Produto Educacional deve apresentar.

A quinta etapa consistiu em um momento de confraternização, onde foi servido um café durante a oficina, proporcionando relaxamento após um período de atenção, interação e reflexão promovido pelo espaço dialógico gerado pelo PE. O café, já previamente montado em uma mesa acessória em um canto da sala, foi disponibilizado para todos. Composto por bolos de milho, bolos de cenoura com chocolate, suco de laranja natural, café preto e leite, os estudantes puderam se servir à vontade. Esse momento incentivou a permanência na sala de aula e gerou várias rodas de conversas livres entre os pares, alguns de pé e outros sentados.

Imagem 23 - Interação com os estudantes



Fonte: Acervo do autor (2023).

Outrossim, em um contexto mais amplo, o café, cuidadosamente organizado em uma mesa posta, teve o objetivo de incentivar a reunião e promover a comunicação e a permanência no local, fortalecendo as trocas e os laços, inspirados pelos conhecimentos compartilhados durante a oficina. Esse gesto também pode ser interpretado como uma forma de tecnologia.

Ora, em inúmeras sociedades, acredita-se que as refeições tomadas em comum criam um laço de parentesco artificial entre os participantes. Parentes, com efeito, são seres constituídos da mesma carne e do mesmo sangue. Mas a alimentação refaz continuamente a substância do organismo. Uma alimentação comum pode, portanto, produzir os mesmos efeitos que uma origem comum (Durkheim, 1989, p. 405).

Dessa forma, a prática de preparar uma mesa posta é uma atividade essencialmente humana, uma técnica que promove transformações para atender às necessidades das pessoas. A exemplo literário, tem-se o livro *O Senhor dos Anéis - A Sociedade do Anel*, de J. R. R. Tolkien (primeira publicação em 29 de julho de 1954), onde a descrição de banquetes abundantes e festivos destaca a importância da hospitalidade e da amizade na obra do autor. Esse ambiente acolhedor de refeições e momentos à mesa é bem retratado até mesmo em contextos literários. A seguir, um excerto da obra de John Ronald Reuel Tolkien, *O Senhor dos Anéis - A Sociedade do Anel* (2019), em que um grande regozijo toma conta de um personagem por dividir o que há em sua mesa com seus pares:

[...] Tom Bombadil irrompeu em risada. “Bem, meus rapazinhos!”, disse ele, curvando-se para lhes olhar no rosto. “Venham comigo à minha casa! A mesa está posta, creme amarelo, favo, pão branco e manteiga. Fruta d’Ouro aguarda. Tem tempo para perguntas à mesa do jantar. Sigam atrás de mim tão depressa quanto puderem!” (Tolkien, 2019, p. 181, grifo do autor).

A verossimilhança da obra de Tolkien (2019), nesse ínterim, toca a realidade quanto aos aspectos de pôr uma mesa, pois, para além do sentido alimentar, destaca a importância de compartilhar refeições em momentos de convívio familiar e social. Isso fortalece não apenas a relação com os alimentos e a cultura alimentar baseada em saúde e qualidade de vida, mas também os laços afetivos, a troca e o diálogo. Dessa forma, isso se encaixa na aplicação de conhecimentos e habilidades para criar ferramentas ou métodos que facilitam a vida humana.

No ambiente acolhedor onde se formaram rodas de conversas, o tema da oficina continuou de forma descontraída. Em determinado momento, as interações e conversas se estenderam a outros espaços físicos da escola. Esse foi um momento livre em que os estudantes relaxaram, conversaram sobre os aprendizados, tiraram fotos, abraçaram-se e compartilharam com o pesquisador, professores e técnicos suas perspectivas para o ano seguinte, assim como os pontos relevantes daquela experiência, diante da proximidade do fim do ano e do início de um novo ciclo em suas vidas.

## 5.2 Tecnologia a ser Empregada e Meio de Divulgação do Produto Educacional

A oficina foi realizada nas dependências do IFC – *Campus* Blumenau, em horário escolar. Essa proposta contou com o espaço das salas de aula das turmas, laboratórios de informática e infográfico na forma de material impresso, cuja a feitura se deu por meio da plataforma *Canva*, quadro e projetor para apresentação de *slides* produzidos com os recursos apresentações *Google* e *PowerPoint*, além do uso da ferramenta *Mentimeter* para a formação de uma nuvem de palavras com os estudantes. Ainda, sobre tecnologias empregadas, a avaliação do PE utilizou um *QR Code* que, acessado por meio do material impresso, serviu como redirecionador ao formulário de avaliação da oficina; e o café, como convite a prolongar o diálogo em sala de aula.

A oficina “Possibilidades de Continuidade dos Estudos”, divulgada nas salas das turmas dos terceiros anos de Informática, tinha previsão de ser propagandeada nos meios de comunicação institucionais, tais como: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e nos grupos institucionais de recados no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* das turmas dos terceiros anos de Informática. Evidencia-se, aqui, que a ampla adesão do público e a efetividade de comunicação, deu-se por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, o que foi bastante para cumprir a finalidade de divulgação em meio eletrônico.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa vislumbrou criar um ambiente dialógico, em que os estudantes do Ensino Médio Integrado pudessem explorar, com orientação e clareza, as várias possibilidades profissionais e de continuidade acadêmica disponíveis ao final dessa etapa educacional. Esse espaço formativo foi pensado para não apenas apresentar alternativas, mas também para fortalecer a compreensão dos alunos sobre suas próprias realidades e ajudá-los a se posicionarem com relação ao futuro.

A pesquisa revelou diversos aspectos importantes sobre o perfil dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado. Primeiramente, quanto à pergunta "Com quem você mora?", a maior parte dos estudantes pesquisados, representando 63,5% do total, declarou que mora com ambos os pais. Além disso, 13 estudantes (25%) informaram que vivem somente com a mãe, enquanto 1 estudante (1,9%) vive apenas com o pai. Observou-se também que 1 estudante (1,9%) mora com os avós, 1 estudante (1,9%) mora apenas com irmãos, e 3 estudantes (5,8%) informaram que moram com outro responsável. Com isso, constatou-se que 44 estudantes (89,1%) convivem com a genitora e/ou com o genitor.

A escolaridade dos responsáveis também foi investigada. Do total de 52 estudantes, 42 (80,6%) assinalaram que a maior escolaridade dos responsáveis é, no mínimo, o Ensino Médio completo. Esse dado sugere que a realidade dos pais desses estudantes de Blumenau é consideravelmente melhor que a média brasileira de adultos com formação em nível superior.

Outro fator importante identificado na pesquisa foi o aspecto econômico, que pode ser determinante para a continuidade dos estudos. Entre os entrevistados, 57,7% informaram que a média de renda *per capita* do grupo familiar está entre R\$ 1321,00 e R\$ 3960,00, enquanto apenas 19,2% indicaram uma média de até R\$ 1320,00. Esse dado destaca a centralidade da renda familiar nos níveis educacionais e na conclusão da educação básica, como indicado por diversos estudos.

Esses dados, quando analisados em conjunto, mostraram um panorama detalhado das condições socioeconômicas e familiares dos estudantes, elucidando fatores que podem influenciar diretamente suas trajetórias educacionais e

perspectivas de continuidade dos estudos. A compreensão dessas realidades é essencial para elaborar estratégias educativas que atendam às necessidades específicas desses jovens, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Os dados levantados na pesquisa foram fundamentais para entender as motivações dos estudantes e suas percepções sobre o Ensino Médio Integrado (EMI). A maioria dos estudantes identificou o âmbito familiar como o principal motivador para continuar estudando. Quando questionados sobre "Quem te motiva a continuar estudando?", 78,8% mencionaram "Seus pais", 42,3% "Seus familiares", 30,8% "Seus amigos" e 13,5% "Seu namorado/namorada".

Os estudantes também avaliaram a contribuição do EMI para a melhoria de suas percepções sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho. Dos 52 respondentes, 88,6% concordaram parcialmente ou plenamente que o EMI contribuiu positivamente para suas percepções sobre esses temas.

Relativamente às pretensões após a conclusão do Ensino Médio, 71,2% dos estudantes pretendiam ingressar simultaneamente no ensino superior e no mercado de trabalho. Outros 11,5% desejavam apenas ingressar no mercado de trabalho e mais 11,5% apenas no ensino superior. Houve ainda aqueles que visavam carreiras militares ou concursos públicos.

Levando em consideração alguns dados resgatados acima, a pesquisa revelou que os responsáveis pelos estudantes apresentavam uma média geral de renda e um nível de escolaridade relativamente bons. Essa condição se mostrou fortemente vinculada à significativa influência que a família, especialmente os pais, exerce sobre a continuidade dos estudos dos alunos. Uma realidade que também se conecta à importância atribuída ao trabalho pelas famílias. Os pais têm grandes expectativas de que a educação dos filhos possa proporcioná-los uma boa posição no mundo do trabalho, uma vez que o trabalho é considerado um elemento essencial para essas famílias. Essa ênfase no trabalho é tão marcante que, para muitos estudantes, o trabalho se torna um objetivo central, juntamente com a educação. E essa posição de centralidade do trabalho foi confirmada pelos resultados da pesquisa, que indicaram que a maioria dos estudantes, apesar de ainda estarem matriculados no ensino médio, manifestou a intenção de trabalhar e estudar simultaneamente após a conclusão dessa etapa escolar. A intenção da maioria não foi de apenas continuar os estudos, mas também ingressar no mercado

de trabalho, demonstrando a importância do trabalho na vida dos estudantes e de suas famílias.

O fenômeno dos jovens nem-nem tem sido destacado por especialistas, mas, no caso desta pesquisa, as respostas dos estudantes demonstraram uma tendência a buscar novos caminhos. Nenhum inquirido considerou como pretensão "Nem estudar nem trabalhar", nem "Outro curso técnico". De forma geral, esses jovens concluintes do Ensino Médio Integrado no IFC – *Campus* Blumenau manifestaram boas perspectivas. Houve um desejo evidente de explorar diferentes possibilidades além das experiências já vivenciadas.

Embora não tenha existido significativa indicação de baixa motivação ou ausência de perspectivas desses jovens para o pós-ensino médio, a pesquisa revelou que a maioria dos estudantes não demonstrava conhecimento pleno dos processos necessários para a continuidade dos estudos ao fim dessa etapa de ensino, de modo que apenas 25% afirmou conhecer plenamente esses processos.

Quanto ao desenvolvimento do Produto Educacional (PE), os três eixos sugeridos pela literatura de Kaplún (2003) foram aplicados: o conceitual, que especifica ações e conhecimentos sobre possibilidades de abrangência acadêmica; o pedagógico, que facilita a comunicação entre orientadores e estudantes através de um levantamento de suas ideias; e o comunicacional, que se apoia em um *design* gráfico acessível, em um PE carregado de artefatos com o mesmo espírito atrativo e de interação. Além disso, a experiência oferecida pelo PE mostrou-se não apenas aplicável, mas replicável, com potencial para ser usada por outras instituições de ensino que desejem informar os seus alunos sobre as possibilidades de formação e de profissionalização.

O resultado dessa estrutura dialógica possibilitou um alto índice de eficácia na recepção e compreensão do conteúdo, com 97% dos estudantes afirmando ter recebido informações úteis para orientar suas decisões futuras. Esse índice comprovou o sucesso da iniciativa e reforçou o papel do PE como uma ferramenta relevante para o público estudantil.

Dessa forma, o PE colaborou significativamente para que jovens estudantes entendessem suas opções de maneira mais clara e informada, favorecendo a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho.

Segundo a UNESCO (2019), a inclusão e a equidade são princípios essenciais que devem orientar as políticas educacionais, com vistas nesse viés, este projeto se alinhou a esses ideais ao promover uma experiência que favoreceu o acesso igualitário ao conhecimento sobre a continuidade dos estudos.

Assim, com base nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Brasil, 2004b), este projeto contribuiu para ampliar o acesso dos estudantes a conhecimentos que os capacitam a continuar sua formação em níveis mais avançados, em busca de uma inserção no mundo do trabalho.

Portanto, concluiu-se que, tanto esta pesquisa quanto o Produto Educacional, são ferramentas poderosas para apoiar os estudantes na visualização de suas trajetórias de formação e profissionalização, ampliando a consciência sobre as oportunidades existentes. Ao mesmo tempo, podem servir como referências para que outras instituições promovam ações semelhantes, incentivando a verticalização da educação e o fortalecimento das possibilidades de continuidade acadêmica, alinhando-se aos objetivos da educação inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). **Casa de valores**: berço de tradições. [S. l.]: AMAN, s.d. Disponível em: <https://www.aman.eb.mil.br/>. Acesso em: 24 out. 2024.

ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Livro didático 1**: conceitos fundamentais da EP. Livro didático do Moodle IFSC. [S. l.]: IFSC, s.d. Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=561413>. Acesso em: 15 maio 2024.

ANDRADE, I. de C. D. Tem um espírito que vive dentro dessa pele: democracia, desenvolvimento e feitiçaria em Tete, Moçambique. **Etnográfica**, Lisboa, v. 24, n. 1, p. 69-89, fev. 2020.

BASTIANI, S. C.; TREVISOL, J. V.; PEGORARO, L. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 375-395. set/dez. 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782018000300375&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782018000300375&script=sci_arttext). Acesso em: 01 out. 2024.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta em discussão**: políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: SETEC, 2004b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008a. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/institucional/normas-e-leis/concepcao-e-diretrizes-dosinstitutos.pdf/at\\_download/file](https://portal.ifrn.edu.br/institucional/normas-e-leis/concepcao-e-diretrizes-dosinstitutos.pdf/at_download/file). Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. **Documento de área**: Ensino. Brasília, DF: CAPES, 2016.

BRASIL. **Documento de área**: Ensino. Brasília, DF: CAPES, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Brasília, DF: MEC, s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Observatório brasileiro arranjos produtivos locais**. Brasília, DF: [s. n.], 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/apls-brasileiros>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. **PIBIC**. Brasília, DF: PIBIC, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-ict/pibic>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Dados abertos**: MEC. Brasília, DF: SISU, s.d. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/sisu>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal Único de Acesso ao Ensino Superior**. Brasília, DF: MEC, s.d. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como funciona**. Brasília, DF: MEC, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes/como-funciona>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Pibid**: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Brasília, DF: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. **Tabela de valores de bolsas no país**. Brasília, DF: CNPq, 2024c. Disponível em: [https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy\\_of\\_modalidades/tabela-de-valores-no-pais](https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades/tabela-de-valores-no-pais). Acesso em: 24 out. 2024.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 35. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento orientador de avaliação de propostas para cursos novos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil**. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

CORDEIRO, R. V.; ALTOÉ, R. O. Fatores comunicacionais para elaboração de produtos/processos educativos em programas profissionais de pós-graduação na área de ensino/educação em ciências e matemática: reflexões emergentes e em movimento. **Amazônia**: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, v. 17, n. 39, p. 253-270, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/11627>. Acesso em: 22 out. 2024.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], v. 39, p. 501-520, 2021.

COSTA, R. Uma análise exploratória da influência da distância entre a residência familiar e a universidade no desempenho acadêmico. *In*: CHALETA, M. E. (org.). **Actas de III International Conference Learning and Teaching in Higher Education & I Congresso Internacional Ibero-Afro-Americano de Psicologia**: volume 1. Évora: CIEP, 2015. p. 132-145. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13980/1/Representações%20e%20opiniões%20dos%20estudantes%20de%20licenciatura%20sobre%20as%20praxes%20no%20ensino%20superior.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DAYRELL, J. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. *In*: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 69-83.

DURKHEIM, E. **As formas de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS (ESA). **Graduação tecnológica**. [S. l.]: ESA, s.d. Disponível em: <https://esa.eb.mil.br/index.php/pt/graduacao-tecnologica>. Acesso em: 24 de out. 2024.

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (EsPECEEx). **Como ingressar**. [S. l.]: EsPECEEx, s.d. Disponível em: <https://espceex.eb.mil.br/index.php/como-ingressar>. Acesso em: 24 out. 2024.

FACULDADE DE RONDÔNIA (FARO). **5 tipos de instituições de ensino superior e suas diferenças**. Porto Velho: FARO, [2024]. Disponível em: <https://faro.edu.br/blog/5-tipos-de-instituicoes-de-ensino-superior-e-suas-diferencas/>. Acesso em: 26 out. 2024.

FAVRETTO, J.; SCALABRIN, I. Educação profissional do Brasil: marcos da trajetória. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 14. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698\\_11447.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698_11447.pdf). Acesso em: 01 jul. 2024.

FERREIRA, D. da R. **Processo de ingresso do curso técnico subsequente em segurança do trabalho no campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)**: um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoC Conclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11035270](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoC Conclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11035270). Acesso em: 30 maio 2024.

FREITAS, R. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229/805>. Acesso em: 22 out. 2024.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 05 jun. 2024.

FRIGOTTO, G.; ARAÚJO, R. M. de L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/7956/5723/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Edital Seplag/FJP N° 003/2024**. [S. l.]: FJP, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/edital-seplag-fjp-n-003-2024/>. Acesso em: 24 out. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD contínua: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. [S. l.]: IBGE, 2023. Disponível em: [https://static.poder360.com.br/2024/03/PNAD\\_Educacao\\_2023.pdf](https://static.poder360.com.br/2024/03/PNAD_Educacao_2023.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Plano de desenvolvimento institucional (PDI)**. Blumenau: IFC, 2014. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2023/03/PDI-IFC-2014-2018.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Projeto pedagógico de curso de educação profissional técnica de nível médio (PPCTM)**. Blumenau: IFC, 2019. Disponível em: <https://informatica.blumenau.ifc.edu.br/wp-content/blogs.dir/14/files/sites/148/2023/03/PPC-Integrado-Informatica-Blumenau-%E2%80%93-2019.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **História do campus**. Blumenau: IFC, [2024]. Disponível em: [https://blumenau.ifc.edu.br/historia-do-campus/#:~:text=Ainda%20em%202014%2C%20a%20partir,ofertado%20no%20campus%20em%202021.&text=Em%202015%2C%20o%20IFC%20Campus,CAPES\)%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o](https://blumenau.ifc.edu.br/historia-do-campus/#:~:text=Ainda%20em%202014%2C%20a%20partir,ofertado%20no%20campus%20em%202021.&text=Em%202015%2C%20o%20IFC%20Campus,CAPES)%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS (IFMG). **Resolução nº 19 de 06 de maio de 2024**. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Institucional de Concessão de Bolsas do IFMG. Belo Horizonte: IFMG, 2024. Disponível em: [https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/manuais-e-regulamentos/SEI\\_1918186\\_Resolucao\\_do\\_Conselho\\_Superior\\_192.pdf](https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/manuais-e-regulamentos/SEI_1918186_Resolucao_do_Conselho_Superior_192.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). **Notícias**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/noticias/w/abertas-as-inscricoes-para-o-vestibular-unificado-ufsc/ifsc/ifc-2025>. Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (IFSC). CEPESH-IFSC. **Submissão de projetos**. [S. l.: s. n.], 2023.

Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/cepshubmissao-de-projetos>. Acesso em: 07 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Publicado no Education at a Glance 2022**. Brasília, DF: Assessoria de Comunicação Social do Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/publicado-o-education-at-a-glance-2022#:~:text=Nesta%20segunda%2Dfeira%2C%203%20de,de%20cada%20uma%20das%20na%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 04 nov. 2024.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [s. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KUSSLER, L. M. Técnica, tecnologia e tecnociência: da filosofia antiga à filosofia contemporânea. **Kínesis: Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, [s. l.], v. 7, n. 15, p. 187-202, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/5712>. Acesso em: 26 out. 2024.

LEITE, P. de S. C. P. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Revista Atas: Investigação Qualitativa em Educação**, [s. l.], v. 1, p. 330-339, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>. Acesso em: 17 ago. 2024.

LIBÂNEO, J. C. Cultura, jovem, mídia e escola: o que muda no trabalho dos professores? **Educativa**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 25-46, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Midia%20Escola.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LUKÁCS, G. O trabalho. *In*: LUKÁCS, G. **Per una ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Ivo Tonet. Roma: Riunitim, 1981.

MENDONÇA, A. P. *et al.* O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para programas de pós-graduação na área de ensino. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, [s. l.], v. 8, e211422, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114>. Acesso em: 22 out. 2024.

MENEZES, M. B.; SALEH, S. M.; CARDOSO, M. G. Educação enquanto instrumento de liberdade substancial: uma análise social do ensino superior em Santa Catarina. **Direito, Processo e Cidadania**, Recife, v. 2, n. 3, p. 41-61, 2023. Disponível em:

<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/dpc/article/view/2461>. Acesso em: 23 out. 2024.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NEVES VIEIRA, A. L. *et al.* A educação como meio de inclusão social. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 3, n. 2, p. 148-162, 2011. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/151>. Acesso em: 28 maio 2024.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PADOIN, E.; AMORIM, M. L. **O percurso da educação profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais neste contexto**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: [https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_SNHCTENVIADO.pdf](https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGO_SNHCTENVIADO.pdf). Acesso em: 12 maio 2024.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. Berlin: Editora Machado, 2016.

PAIVA, F. A. Leitura de imagens em infográficos. *In*: COSCARELLI, C. V. (org.). **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

PARRA, F. Mídias digitais: reapropriação da tecnologia QR Code. *In*: CONFERÊNCIA DO PENSAMENTO COMUNICACIONAL BRASILEIRO (PREZACOM), 3., 2016, [s. l.]. **Anais eletrônico [...]**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/pensacom2016/textos/felipe-parra.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024

PINHEIRO, F. F. do P. S.; AIRES, J. P. Orientações para elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos. **Contribuciones a las ciencias sociales**, [s. l.], v. 16, n. 8, p. 12151-12168, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1667>. Acesso em: 24 out. 2024.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, C. H. S. **Panorama do Curso de Graduação em Administração da UFMG campus Montes Claros (2009 a 2018)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2019.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. **Portal dos Fóruns de EJA**. 2005. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 20 fev. 2024.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008. v. 8. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RAUEN, F. J. **Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação**. Palhoça: Ed. Unisul, 2015.

RAYMUNDO, G. M. C.; RAITZ, T. R.; GESSER, V. Juventude em foco: a diversidade no perfil dos estudantes dos cursos técnicos subsequentes. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 64, p. 266-285, out. 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-70432021000400266&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000400266&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 out. 2024.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2000.

RIBEIRO, W. F. **Laboratório de aprendizagem mediada: como trabalhar com produtos educacionais da ProfEPT na produção e permanência do êxito estudantil?** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasília, DF, 2024.

ROCHA, D. R. O uso do Mentimeter como recurso de aprendizagem em tempos de ensino remoto. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E GEOTECNOLOGIAS-CINTERGEO, 2021, [s. l.]. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2021. p. 122-127. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cintergeo/article/view/12626>. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTA CATARINA. Agência de notícias SECOM. **Saiba mais sobre o programa universidade gratuita**. Florianópolis: SECOM, 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/saiba-mais-sobre-o-programa-universidade-gratuita/>. Acesso em: 24 out. 2024.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, p. 152-166, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v12n34/v12n34a12.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SILVA, M. P. da. Juventude(s) e a escola atual: tensões e conflitos no "encontro de culturas". **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 46–59, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/28958>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, P. T. F. E.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de administração pública**, [s. l.], v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022.

SILVA, E. R. A.; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. *In*: SILVA, S. P. da; CORSEUIL, C. H. L.; COSTA, J. S. de M. (org.). **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2022.

SOARES, M. de J. A. As escolas de aprendizes artífices e suas fontes inspiradoras. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 69-77, dez. 1981. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/60571/58817>. Acesso em: 23 maio 2024.

SOUZA, E. de; BENITES, L. C. Ensino médio integrado. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 25, p. 105-120, 27 abr. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/62773>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SOUZA, M. R. de A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 609-633, set. 2014. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362014000300003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 24 out. 2024.

TOLKIEN, J. R. R. **A sociedade do anel**: primeira parte de O Senhor dos Anéis. Tradução de Ronald Kyrmse. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2019.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. [S. l.]: UNESCO, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Escolas de governo**. [S. l.]: UFES, s.d. Disponível em: <https://progep.ufes.br/escolas-de-governo>. Acesso em: 24 out. 2024.

VIEIRA PINTO, Á. B. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1 e 2.

VIEIRA, A.; SOUZA JUNIOR, A. A Educação profissional no Brasil. **Interacções**, Santarém, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 28 jun. 2024.

WOODS JUNIOR, T. E. **Como a igreja católica construiu a civilização ocidental?** Tradução de Elcio Carillo. São Paulo: Quadrante, 2008.

**APÊNDICE A – Questionário**

1) Gênero: Masculino – Feminino – Outro – Prefiro não dizer

2) Data de Nascimento:

3) Você é pessoa com deficiência? Sim – Não

4) Município de residência:

Blumenau – Indaial – Timbó – Pomerode – Rodeio – Ascurra – Benedito Novo – Gaspar – Outro

5) Com quem você mora?

Pais – Mãe somente – Pai somente – Pais e avós – Pai e avô(a) – Mãe e avô(a) – Somente avós – Somente irmão(a)s – Amigo(a)s – Outro responsável – Sozinho

6) Qual a média de renda *per capita* da sua família? (soma do total dos valores recebidos, dividido pelo número de pessoas que residem na sua casa. Valores brutos)

Até R\$1.320,00 - Entre R\$ 1.321,00 e R\$ 3.960,00 - Entre R\$ 3.961,00 e R\$ 6.600,00 - Acima R\$ 6.601,00.

7) Você tem irmãos mais velhos?

Sim – Não

8) Caso tenha irmão(a)s mais velho(a)s, ele(s)(as) acessou(ram) ou pretende(m) acessar o ensino superior?

Sim – Não – Não se aplica

9) Qual a maior escolaridade entre os seus responsáveis?

Não possui escolaridade – Ensino fundamental incompleto – Ensino fundamental completo – Ensino Médio completo – Ensino Médio incompleto – Ensino técnico

completo – Graduação completa – Graduação incompleta – Pós-graduação lato sensu completa – Mestrado completo – Doutorado completo

10) Você faz estágio? Sim – Não

11) Você trabalha? Sim – Não

12) Sobre a afirmativa “A necessidade de trabalhar influencia a continuidade dos meus estudos” assinale:

Discordo plenamente – Discordo parcialmente – Indiferente – Concordo parcialmente – Concordo plenamente

13) Para a sua realidade, o horário do curso pretendido E/OU horário do trabalho é fator determinante para a continuidade dos seus estudos?

Sim – Não – Não sei

14) Quem te motiva a continuar estudando? (Pode assinalar mais de uma alternativa)

Seus pais – Seus familiares – Seus amigos – Seu namorado/sua namorada – Outro

15) Após a conclusão do Ensino Médio, você pretende sair da sua cidade para estudar e/ou trabalhar?

Sim, para trabalhar - Sim, para trabalhar e estudar - Sim, para estudar - Não pretendo sair.

16) A distância entre a sua residência e uma possível instituição educacional influencia na sua decisão de continuidade dos estudos?

Sim – Não - Não sei

17) Você pretende atuar como técnico em informática após concluir o curso?

Sim – Não – Não sei

18) Sobre a afirmativa “O Ensino Médio Integrado (EMI) contribui para a melhora da minha percepção sobre o meio acadêmico e o mercado de trabalho” assinale:

Discordo plenamente – Discordo parcialmente – Indiferente – Concordo parcialmente – Concordo plenamente

19) O que você pretende fazer após a conclusão do Ensino Médio?

Outro curso técnico – Ingressar em cursos na área de formação/carreira militar – Concurso para o serviço público – Ingressar no Ensino Superior – Ingressar no mercado de trabalho – Ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho – Nem estudar nem trabalhar – Outro

20) Sobre os meios de continuidade dos estudos, assinale aqueles que você obteve conhecimento sobre como acessar:

SISU/ENEM – PROUNI – Carreira Militar – Concurso público para ingresso em Escolas de Governo – Não pensei sobre isso – Não conheço as possibilidades

21) A informação que você recebeu durante o EMI foi suficiente para que você compreendesse os processos necessários para acessar essas possibilidades de continuidade dos estudos?

Sim, compreendo plenamente – Sim, compreendo parcialmente – Indiferente – Não compreendo nada – Não, compreendo muito pouco

22) Quais dificuldades você considera ter que enfrentar para a sua continuidade dos estudos?

Dificuldades financeiras – Dificuldades relacionadas aos processos seletivos – Mudança de cidade – Falta de apoio do grupo familiar - Transporte - Outra(s) - especifique.

23) Caso queira, comente neste espaço observações que você considera pertinentes ao assunto ou, ainda, outras questões relacionadas ao tema e que não foram abordadas neste questionário.

## APÊNDICE B – Infográfico

**OFICINA: POSSIBILIDADES DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS**



**1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

- FACULDADE;
- UNIVERSIDADE;
- INSTITUTO;
- CENTRO UNIVERSITÁRIO;
- CENTRO TECNOLÓGICO.

**2 NÍVEIS**

**GRADUAÇÃO**

**LICENCIATURA:**  
O PRINCIPAL FOCO DA LICENCIATURA É FORMAR PROFESSORES E EDUCADORES;

**POS – GRADUAÇÃO**

- LATO SENSU;
- STRICTO SENSU.

**OUTROS CURSOS:**  
CURSOS PROFISSIONALIZANTES/ QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

- CURSOS DE RÁPIDA DURAÇÃO;
- EX: DESENHO P/ DESIGN DE INTERIORES (60H), MECÂNICA BÁSICA DE AUTOMÓVEIS (100H).

**3 ÁREAS DO CONHECIMENTO**

- CIÊNCIAS AGRÁRIAS
- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
- CIÊNCIAS DA SAÚDE
- CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
- ENGENHARIAS
- CIÊNCIAS HUMANAS
- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
- LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

**4 COMO INGRESSAR?**

1. ENEM    2. SISU  
3. PROUNI    4. FIES  
5. VESTIBULAR ESPECÍFICO  
6. LEI DE COTAS/AÇÕES AFIRMATIVAS

**PORTAL DE ACESSO ÚNICO**

O GOVERNO FEDERAL DISPONIBILIZA UMA PLATAFORMA INTEGRADA PARA INFORMAR SOBRE OS ACESSOS DE SISU, PROUNI E FIES. ACESSE: [HTTPS://ACESSOUNICO.MEC.GOV.BR/SISU](https://accessunico.mec.gov.br/sisu)

**5 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA**

- ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)
- MORADIA ESTUDANTIL
- PIBID    BOLSA PERMANÊNCIA
- PIBIC    RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA    ESTÁGIOS
- BOLSA PESQUISA, EXTENSÃO, MONITORIA

**AVALIE ESTA OFICINA**



## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Leia os termos abaixo e, caso aceite fazer parte do estudo, assine este termo.

Para o caso de documento em cópia física: Rubrique todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador.

Para o caso de documento virtual: Será possível inserir ao término do documento a assinatura com certificado digital, sendo que este documento será encaminhado para o seu e-mail pelo pesquisador.

Título da pesquisa: A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau sobre as perspectivas de continuidade dos estudos.

Pesquisador responsável (Operador de dados): Luiz Felipe Santos Queiroz  
Telefone para contato: (47) 99201-0977

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos (CEPSH) é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/IFSC está localizado dentro da própria Instituição, à Rua 14 de julho nº150, 1º andar, sala 33B, Florianópolis-SC, CEP 88075-010. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 12h para contato dos pesquisadores e participantes das pesquisas. Telefone para contato (48) 3877-9054 e e-mail [cepsh@ifsc.edu.br](mailto:cepsh@ifsc.edu.br).

O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado sobre as perspectivas que têm com a conclusão do curso e também desenvolver um produto na forma de palestras ou oficinas informacionais que os ajudem em suas escolhas para a continuidade dos estudos. O convite à sua participação se deve ao seu status de estudante do último ano do Ensino Médio Integrado, 3º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFC – *Campus* Blumenau.

A sua participação na pesquisa consiste em responder perguntas contidas em um questionário elaborado pelo pesquisador do projeto. Este questionário, composto por perguntas fechadas e abertas, será enviado por meio da ferramenta Google Forms, a fim de que se possibilite a resposta *online* e melhor análise dos dados após a resposta. O questionário buscará informações sobre o perfil e o conhecimento dos estudantes acerca das possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no IFC – *Campus* Blumenau sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o(a) pesquisado(a). Os procedimentos aplicados por esta pesquisa eventualmente podem oferecer riscos a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. São considerados riscos

atrelados à sua participação nesta pesquisa a invasão de privacidade, a discriminação e estigmatização a partir de conteúdo revelado e tomar tempo ao responder o questionário. Nesse sentido, são garantidas formas de prevenção, como o acesso aos resultados individuais e coletivos, a garantia da não violação e a integridade dos documentos, a garantia da confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima e de prestígio e/ou econômico-financeiro. Caso queira, informe ao pesquisador qualquer condição de saúde, que possa interferir em sua participação na pesquisa. Caso ocorram efeitos indesejáveis ao(a) pesquisado(a), encaminharemos para o Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – *Campus* Blumenau que conta, entre outros profissionais voltados ao atendimento estudantil, com atendimento do serviço de psicologia escolar, sendo garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são a oportunidade de autoconhecimento e de reflexão a partir de informações atinentes às possibilidades de continuidade dos estudos. A atividade não prevê nenhum tipo de ressarcimento ou compensação material para os participantes. É garantida indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

### **CONSENTIMENTO DA PESSOA (TITULAR) COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Assinatura do participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador responsável:

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Para crianças e adolescentes (maiores de 7 anos e menores de 18 anos) e para legalmente incapaz.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau sobre as perspectivas de continuidade dos estudos” coordenada por Luiz Felipe Santos Queiroz, contato (47) 99201-0977. Seus pais ou responsáveis devem permitir que você participe.

Nesta pesquisa, pretendemos conhecer o perfil dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado quanto às questões socioeconômicas e as possibilidades de continuidade dos estudos; Verificar a existência de dificuldades que os estudantes enfrentam para continuar os estudos; Construir uma ferramenta que possibilite aos estudantes buscar informações e conhecimentos sobre a continuidade dos estudos na forma de palestras ou oficinas.

Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. Os estudantes menores de idade que irão participar desta pesquisa têm entre 16 e 17 anos de idade.

A pesquisa será feita no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau, onde os adolescentes responderão um questionário através da ferramenta Google Forms. Para isso, será usado um questionário, ele é considerado seguro, mas é possível ocorrer riscos como exposição da privacidade e riscos de estigmatização. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelo telefone que tem no começo do texto. Mas há coisas boas que podem acontecer como autoconhecimento e a oportunidade de reflexão a partir de informações atinentes às possibilidades de continuidade dos estudos.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados em revistas acadêmicas sobre o tema, mas sem identificar os adolescentes que participaram.

=====

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu \_\_\_\_\_ aceito participar de “A percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Blumenau sobre as perspectivas de continuidade dos estudos”.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Blumenau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Luiz Felipe Santos Queiroz – Pesquisador

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS**

Eu, (nome do responsável) \_\_\_\_\_, após esclarecido e orientado quanto ao teor e objetivos da pesquisa, informo ciência e autorizo a participação de (nome do menor) \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável

\_\_\_\_\_  
Luiz Felipe Santos Queiroz – Pesquisador

## APÊNDICE E – Termo de Confidencialidade e Sigilo



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, Luiz Felipe Santos Queiroz, brasileiro, solteiro, auxiliar em administração, inscrito(a) no CPF/ MF sob o nº 082.591.236-90, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado A percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio integrado no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau sobre as perspectivas de continuidade dos estudos, a que tiver acesso nas dependências do Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me a:

1. não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. orientar a equipe e os(as) envolvidos(as) quanto às boas práticas em sigilo e confidencialidade;
3. não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
4. não me apropriar, copiar ou efetuar duplicação de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível;
5. não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

**Informação Confidencial:** significará toda informação revelada ou cedida pelo participante da pesquisa, a respeito da pesquisa, ou associada à avaliação de seus dados, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios. **Avaliação** significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com o desenvolvimento da pesquisa.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Informação Confidencial** inclui, mas não se limita, aos dados pessoais, informação relativa à operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de que sanções judiciais poderão advir.

Blumenau, 14/06/2023

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ  
Data: 07/09/2023 15:40:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass. \_\_\_\_\_

**Luiz Felipe Santos Queiroz**

#### Referência:

Brasil, Lei Geral da Proteção de Dados, art. 6º, 7º, 8º e 17º nos termos da Lei nº 13.709/2018  
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm)

UEL, CEPESH. Termo de sigilo e confidencialidade. Acesso em Maio/2020.

## APÊNDICE F – Carta de Anuência



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

### CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado sobre as perspectivas que têm com a conclusão do curso e também desenvolver um produto na forma de palestras ou oficinas informacionais que os ajudem em suas escolhas para a continuidade dos estudos. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada participante.

A coleta de dados envolverá a aplicação de um questionário que deverá ser respondido individualmente por cerca de 70 estudantes do Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio, realizado em meio digital via link da ferramenta *Google Forms*.

Os participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como da instituição envolvida. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde e também a Resolução CNS 510, de 07 de abril de 2016. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade do participante. Todo material desta pesquisa ficará sob responsabilidade do autor do trabalho. Dados individuais dos participantes coletados ao longo do processo não serão informados às instituições envolvidas ou aos familiares, mas deverá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para a escola, se for assim solicitado.

Através deste trabalho, esperamos contribuir com a oportunidade de autoconhecimento e de reflexão a partir de informações atinentes às possibilidades de continuidade dos estudos. Após estes esclarecimentos, solicitamos a anuência da instituição para que participe desta pesquisa.

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Os responsáveis por esta pesquisa são a orientadora Gislene Miotto Catolino Raymundo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e o pesquisador Luiz Felipe Santos Queiroz acadêmico do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Caso queira contatar a equipe, isso poderá ser feito pelo telefone (47) 99201-0977.

Florianópolis, 19 de junho de 2023.

## ANEXO A – Aprovação do Projeto de Pesquisa

### DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

#### DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, ζ CAMPUS BLUMENAU SOBRE AS PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE DOS ESTUDOS  
**Pesquisador Responsável:** LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ  
**Área Temática:**  
**Versão:** 2  
**CAAE:** 71550423.0.0000.0185  
**Submetido em:** 09/09/2023  
**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
**Situação da Versão do Projeto:** Aprovado  
**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável  
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_2164819

#### DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão em Tramitação (E1) - Versão 3
  - ↳ Emenda (E1) - Versão 3
    - ↳ Documentos do Projeto
      - ↳ Comprovante de Recepção - Submissão
      - ↳ Cronograma - Submissão 1
      - ↳ Declaração de concordância - Submiss
      - ↳ Folha de Rosto - Submissão 1
      - ↳ Orçamento - Submissão 1
      - ↳ Outros - Submissão 1
      - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investig
      - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
    - ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
    - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações

#### LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação <sup>+</sup>	Pesquisador Responsável <sup>+</sup>	Versão <sup>+</sup>	Submissão <sup>+</sup>	Modificação <sup>+</sup>	Situação <sup>+</sup>	Exclusiva do Centro Coord. <sup>+</sup>	Ações
E1	LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ	3			Em Edição		
PO	LUIZ FELIPE SANTOS QUEIROZ	2	09/09/2023	18/09/2023	Aprovado	Não	

#### HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	18/09/2023 20:38:57	Parecer liberado	2	Coordenador	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	PESQUISADOR	
PO	18/09/2023 20:38:15	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	16/09/2023 15:43:19	Parecer do relator emitido	2	Membro do CEP	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	16/09/2023 15:32:16	Acetatação de Elaboração de Relatoria	2	Membro do CEP	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	15/09/2023 15:00:35	Confirmação de Indicação de Relatoria	2	Coordenador	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	12/09/2023 20:20:28	Indicação de Relatoria	2	Secretária	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	12/09/2023 20:19:59	Acetatação do PP	2	Secretária	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	09/09/2023 04:41:05	Submetido para avaliação do CEP	2	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	
PO	14/08/2023 21:27:51	Parecer liberado	1	Coordenador	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	PESQUISADOR	
PO	14/08/2023 16:52:38	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina IFSC	

Ocorrência 1 a 10 de 24 registro(s)

#### LEGENDA:

##### (\*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

##### (\*) Formação do CAAE

